

Helena Raquel Silva Teixeira

Direitos humanos: um retrato mundial

A perspectiva dos Estados Unidos da América

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM
HISTÓRIA, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COOPERAÇÃO

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

Porto

2011

Helena Raquel Silva Teixeira

hr_teixeira@hotmail.com

Direitos humanos: um retrato mundial

A perspectiva dos Estados Unidos da América

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM
HISTÓRIA, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COOPERAÇÃO

Orientação: Professor Doutor Luís Antunes Grosso Correia

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

Porto

2011

Por mim, por ti, por todos.

Um especial agradecimento ao
Professor Doutor Luís Grosso Correia,
por uma orientação com perspicácia,
conhecimento e bom humor.

“A Declaração de 1948 introduz a concepção contemporânea de direitos humanos, marcada pela universalidade e indivisibilidade desses direitos. Universalidade porque clama pela extensão universal dos direitos humanos, sob a crença de que a condição de pessoa é o requisito único para a titularidade de direitos, considerando o ser humano como um ser essencialmente moral, dotado de unicidade existencial e dignidade, esta como valor intrínseco à condição humana. Indivisibilidade porque a garantia dos direitos civis e políticos é condição para a observância dos direitos sociais, econômicos e culturais e vice-versa. Quando um deles é violado, os demais também o são. Os direitos humanos compõem, assim, uma unidade indivisível, interdependente e inter-relacionada, capaz de conjugar o catálogo de direitos civis e políticos com o catálogo de direitos sociais, econômicos e culturais”.

Flávia Piovesan,

“Tratados internacionais de proteção dos direitos humanos: jurisprudência do STF” (2008)

Índice

Siglário	6
Resumo/Abstract	7
Introdução	9
1. Direitos humanos: definição e internacionalização	11
1.1. As influências do pensamento filosófico	12
1.2. Análises civilizacionais	15
1.3. Universalismo/Relativismo	19
1.4. Estado e sociedade	20
1.5. Educação	22
1.6. A internacionalização	23
1.6.1. Nações Unidas	27
1.6.2. União Europeia	29
1.6.3. Organização dos Estados Americanos	35
1.6.4. União Africana	38
1.6.5. Liga Árabe e Organização da Conferência Islâmica	41
1.6.6. Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN)	46
1.6.7. Amnistia Internacional	46
1.6.8. Human Rights Watch	48
1.7. Direitos humanos na política externa dos EUA	49
2. Elaborando a pesquisa	54
2.1. Problemáticas metodológicas da investigação em direitos humanos	54
2.2. A pesquisa documental	57
2.3. A fonte	59
2.4. Os procedimentos técnicos adotados	60
3. Os direitos humanos segundo o DEEUA	68
3.1. As práticas nacionais de direitos humanos	68
3.2. As práticas de direitos humanos nos EUA	79
Notas finais e conclusões	82
Referências bibliográficas	91
Fontes	96
Anexos	97

Siglário

AICHR - Comissão Intergovernamental de Direitos Humanos da Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean Intergovernmental Commission on Human Rights)

ASEAN - Associação de Nações do Sudeste Asiático (Association of Southeast Asian Nations)

DEEUA – Departamento de Estado dos Estados Unidos da América (United States State Department)

EUA – Estados Unidos da América

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transsexuais (Lesbians, Gays, Bissexuals and Transsexuals)

OCI - Organização da Conferência Islâmica

OEA - Organização dos Estados Americanos

OHCHR - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (Office of the High Commissioner for Human Rights)

ONU – Organização das Nações Unidas

OUA - Organização da Unidade Africana

UA – União Africana

UE – União Europeia

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization)

Resumo

O que são direitos humanos? Quais as condições de vida das populações em todo o mundo? Serão elas definidas apenas pelo acesso a serviços básicos ou também pelo exercício da liberdade e cidadania? E as questões educativas, religiosas e culturais? Assassínio, tortura e violência serão seguramente violações de direitos humanos, mas não deveremos também discutir o papel crucial que as instâncias criminais desempenham no seu combate e prevenção? Para além da dificuldade de definição do conceito, a questão complexifica-se quando o observamos à luz das dinâmicas diplomáticas internacionais, onde ao reconhecimento do tema sucede a necessidade de acção. Mas quais os limites e consequências do compromisso da defesa e promoção dos direitos humanos? Será que a vontade internacional colide com outras liberdades nacionais e individuais, nomeadamente pela implícita obrigatoriedade democrática?

Para além do debate teórico, e adoptando uma perspectiva de abrangência temática, é proposta uma análise sobre os direitos humanos no mundo, através dos Relatórios Nacionais sobre Práticas de Direitos Humanos, redigidos anualmente pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos da América. Serão estudadas e organizadas as contabilizações dos vários tipos de infracções em direitos humanos, num total de 194 países, dados que se poderão observar em quadros-síntese, por forma a fornecer, rápida e sucintamente, um conjunto vasto de informações.

Palavras-chave: direitos humanos, definição, internacionalização, mundo, Relatórios Nacionais sobre Práticas de Direitos Humanos, EUA.

Abstract

What are human rights? What are the living conditions of populations around the world? Are they defined only by the access to basic services or through the exercise of freedom and citizenship too? And what about education, religion and culture? Murder, torture and violence are certainly human rights violations but shouldn't we also discuss the role that criminal institutions play here? Apart from the difficulty of defining the concept, the issue is even more complex when we see it in the light of the international diplomatic dynamic, where the recognition of this subject opens the need for action. But what are the limits and consequences of this commitment towards the human rights protection and promotion? Does the international will collide with the individual and national freedom, including mandatory democracy? Beyond the theoretical debate, and choosing a wide thematic perspective, this thesis proposes an analysis of human rights in the world, through the Country Reports on Human Rights Practices, written annually by the United States Department of State. The various types of human rights violations will be analyzed and arranged throughout 194 countries, synthetically presented in a spread sheet, in order to provide, quickly and succinctly, a wide range of information.

Keywords: human rights, definition, internationalization, world, Country Reports on Human Rights Practices, USA.

Introdução

A multiplicidade de definições de direitos humanos, em conjugação com a sua explicação evolutiva, envolta de enquadramentos filosóficos e históricos, além da aplicação jurídica e presença em tratados internacionais, obriga a uma exploração teórica aprofundada. São, por isso, abordados estes e outros temas, como as perspectivas relativistas, das quais as análises civilizacionais são exemplo, em contraposição com as universalistas, tendencialmente ocidentais. Não obstante, várias instituições amplamente reconhecidas são apresentadas, fruto do processo de internacionalização, assim como a ligação a questões ligadas ao papel do estado, sociedade e educação. A base desta dissertação, os Relatórios Nacionais sobre Práticas de Direitos Humanos (2010), por serem uma produção do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América, justificam a necessidade de apresentação de conteúdos teóricos sobre o papel dos direitos humanos na política externa do país, tema que finaliza o primeiro capítulo.

Após uma revisão das metodologias mais usadas no estudo em direitos humanos, é indicada a pesquisa documental como técnica que irá servir à recolha e análise destes dados, seguida de uma explicação procedimental adequada às informações contidas nos Relatórios. Os resultados, descritos e interpretados já no terceiro capítulo, consistem em quadros e figuras que sintetizam os dados da tabela principal (Anexo 3) que resulta do preenchimento do tipo de violações de direitos humanos operadas em todo o mundo, num total de 34 formas de infracções em 194 países. Pela ausência de um Relatório produzido para o próprio país, serão também incluídos conteúdos de relatórios da Amnistia Internacional e Human Rights Watch (que fazem um exercício semelhante, porém, com menos dados e em menor cobertura mundial) sobre as violações de direitos humanos operadas nos EUA.

Esta dissertação é motivada pelas interrogações já referidas no Resumo: o que são direitos humanos? Quais as condições de vida das populações em todo o mundo? Serão elas definidas apenas pelo acesso a serviços básicos ou também pelo exercício da liberdade e cidadania? E as questões educativas, religiosas e culturais, serão também pertinentes? Assassínio, tortura e violência serão seguramente violações de direitos humanos, mas poderá também ser discutido o papel crucial que as instâncias criminais desempenham no seu combate e prevenção? Quais os limites e consequências do

compromisso da defesa e promoção dos direitos humanos? Será que a vontade internacional colide com outras liberdades nacionais e individuais, nomeadamente pela implícita obrigatoriedade democrática? Não obstante a exploração teórica de algumas destas questões, a análise realiza-se através de um objecto de estudo baseado na visão dos EUA, impossibilitando a sua resposta, mas permitindo a realização do objectivo principal desta dissertação, isto é, da apreensão das violações e infracções de direitos humanos cometidas em todo o mundo.

A finalidade deste trabalho é, então, a apresentação simplificada das extensas, mas essenciais descrições em que consistem os Relatórios Nacionais de Direitos Humanos do DEEUA (mais especificamente, relativos ao ano de 2010), para que, de forma simples e rápida, se possa perceber qual o estado dos direitos humanos no mundo, na esperança de que um maior e melhor conhecimento sobre este tema promova um maior número de acções e projectos devidamente fundamentados.

1. Direitos humanos: definição e internacionalização

A definição do conceito de “direitos humanos” está longe de ser consensual. Na obra de Sandrini (2006) é mencionado que esta não é uma expressão precisa, havendo, por isso, diversos significados associados. O mesmo se passa com outras expressões como “direitos fundamentais”, “direitos do homem”, “direitos individuais”, “direitos humanos fundamentais” ou “liberdades fundamentais”. A este propósito, Bonavides (2002) diz preferir “direitos fundamentais”, que contém um carácter jurídico, sem o qual a pessoa humana não se realiza. Apesar disso, a expressão mais usada é a de “direitos humanos”.

Há uma distinção possível entre direitos humanos e fundamentais, sendo que os primeiros dizem respeito à esfera constitucional estatal e nacional, enquanto os segundos são de âmbito universal e respectivos ao direito internacional. Como diz Toledo, “a expressão direitos humanos refere-se ao grupo de valores básicos para a vida e dignidade humanas, elevados a direitos dos homens universalmente, ainda que não positivados; direitos fundamentais, ao contrário, representam o grupo desses valores expressamente consagrados nos ordenamentos jurídicos nacionais” (Toledo, 2003: 23).

A necessidade de melhor se definir o conceito de direitos humanos é também apontada por Paul Gilbert (2006), que sugere a elaboração de categorias, que permitirá não só uma clarificação, mas também uma melhor estratégia de implementação. Assim, podem começar a ser divididos por direitos básicos e não básicos, cruzando-se, depois, com direitos políticos e não políticos. São direitos básicos a subsistência e a segurança física (não políticos) e liberdades políticas e civis (políticos); como direito não básico, mas político, refere o conceito de auto-determinação. Termina a sua argumentação, contudo, afirmando a complexidade deste último conceito e, de resto, de todas as definições em torno deste tema.

O presente capítulo destina-se à apresentação geral do tema deste trabalho de investigação, os direitos humanos, analisando a sua evolução e (re)definição ao longo do tempo, assim como o processo de institucionalização subsequente. Começando pelas suas origens filosóficas, será abordado enquanto conceito de difícil definição, passando pela sua expansão e internacionalização, processo que potencia a discussão teórica crescente em torno do confronto da perspectiva ocidental e as análises civilizacionais, que confirma o paradoxo universalismo/relativismo; serão incluídos os temas do papel

do Estado, sociedade e educação na promoção e desenvolvimento dos direitos humanos. Serão ainda apresentadas e caracterizadas as principais instituições, governamentais, não-governamentais e/ou internacionais, que desenvolvem diferentes acções neste âmbito, como sendo as Nações Unidas, União Europeia, Organização dos Estados Americanos, União Africana, Liga Árabe e Organização da Conferência Islâmica, Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), Amnistia Internacional e Human Rights Watch. Já que a fonte principal desta pesquisa, os Relatórios Nacionais sobre Práticas de Direitos Humanos, são uma produção do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América (EUA), serão também apresentadas as perspectivas de alguns autores sobre os direitos humanos na política externa dos EUA

1.1.As influências do pensamento filosófico

A tese de Marcelo Veiga (2007) exhibe a relação entre direitos humanos e pensamento político, apresentando, para isso, as perspectivas dos primeiros autores que abordaram os temas relacionados com as relações entre indivíduo, sociedade e Estado.

O autor afirma que o pensamento político moderno tem os seus inícios na época renascentista, marcada pela introdução de uma economia mercantilizada e pelo crescimento dos centros urbanos. É aqui que se desenvolve a filosofia humanista, que quebra com a anterior visão hierarquizada do mundo, típica do feudalismo, e onde surgem as primeiras noções de dignidade humana. Mais tarde, a Reforma Protestante contribui para a proliferação de uma ideologia baseada no individualismo e espírito crítico, difundindo-se por toda a Europa a noção de autonomia política e liberdade de consciência, associada a uma lógica de contestação à autoridade. Ao mesmo tempo, a ciência evolui num ritmo crescente, trazendo consigo posturas ainda mais activas e, por isso, cada vez menos contempladoras. Assim, nas palavras do autor, “os valores consolidados, sobre o homem, as questões do Estado e do poder, pelos pensadores do Renascimento e da Reforma Protestante, constituem a base para a discussão sobre os fundamentos dos direitos humanos que se estabelecerão a partir dos séculos seguintes” (Veiga, 2007: 16).

Mais especificamente, em relação aos conceitos de Estado, poder e soberania no século XVI, Veiga apresenta a visão de Maquiavel (1469-1527), que defende a investigação política empírica, através do método comparativo e análise aos vários

momentos históricos, dando especial atenção ao comportamento humano, de natureza egoísta, e que necessita, por isso, de legislação (que permitirá, assim, a coesão social e, ao mesmo tempo, a estabilidade do Estado).

Já Bodin (1530-1596) distingue Estado e Governo, sendo que o primeiro seria um monopólio do exercício político (também chamada soberania) e, o segundo, o exercício material do poder público. Os cidadãos estão sempre sob o poder da soberania e a meio estão aqueles que exercem o poder público (por exemplo, os magistrados), revelando um esquema piramidal. O Estado é centralizado, sendo soberano e entidade máxima, concentrando o controle administrativo e as forças militares.

Além destes primeiros contributos, outros autores são também referências na constituição das perspectivas políticas modernas, inscrevendo-se na perspectiva racionalista e iluminista, nomeadamente, Hobbes e Rousseau. Para os autores, os direitos são inatos, mas os seres humanos estão impossibilitados de os exercer. Também Locke menciona a possibilidade de uma solução, através de um pacto que os garanta, mas que não ponha em causa a existência e manutenção do Estado. Usando o método racional, matemático e físico, estes direitos podem ser estabelecidos. Na teoria política moderna, encontram-se estas mesmas ideias, de direitos e liberdades fundadas na natureza do indivíduo.

Neste sentido, e, mais especificamente, cada um destes autores, Hobbes (1588-1679) define o “estado de natureza”, tipicamente violento (pelos desejos e paixões inatos) e que cria uma vontade constante de dominação dos outros; todos os homens encontram igualdade neste aspecto, pela existência de um instinto de auto-preservação, sendo, por isso, necessário um poder soberano regulamentador, que garanta o funcionamento da sociedade civil, que se faz representar através de uma assembleia.

Já Locke (1632-1704) afirma que os direitos naturais são a vida, a liberdade e a propriedade, sendo a última a responsável pela necessidade de um poder político regido por uma minoria em assembleia (perspectiva baseada no contrato social). Os direitos naturais são, assim, legislados e servem de base à sociedade civil.

O esquema de Rousseau (1712-1778) revela que a sociedade civil surge em detrimento do estado de natureza, condicionando os impulsos e a liberdade. Assim, o homem é bom por natureza, sendo corrompido pela vivência em sociedade, a qual cria desigualdade de privilégios pela distribuição desequilibrada de propriedade. O governo, através do contrato entre todos, pode restaurar o direito natural, desta forma, permitindo

a existência de uma sociedade livre. Surge, assim, a “vontade geral”, que soma a vontade individual com o interesse colectivo de bem comum.

Entretanto, Kant (1724-1804) avança, defendendo o racionalismo crítico, através do conhecimento, moral, religião e antropologia. Fala-nos na ética do dever, que deriva da razão e que constitui a moral, uma consciência que dá os contornos à conduta humana e, se cumprida, permite a liberdade. Acrescenta que o homem pode governar-se a si próprio e, na relação com o outro, pode não o tratar como meio. Defende também um Estado no qual todas as nações se possam relacionar pacificamente, sem militarização ou hostilidades, sendo que nenhuma deve interferir na outra. Para isso é necessária uma constituição civil republicana, que garanta a liberdade e a igualdade, através de legislação.

Além de vários autores, também certos fenómenos, segundo Veiga, podem ser referenciados como contributos para a evolução destas ideias. O Iluminismo, por exemplo, por ser um movimento de direcções próprias, mesmo não incorporando um conjunto de ideias coesas, detém um traço geral caracterizador de espírito crítico, alastrando-se a vários países europeus. Trás a necessidade de ver o real através da razão, exercida por cada indivíduo pela consciência e autonomia. É, então, um projecto ético-pedagógico e emancipador, que visa o progresso racional humano e que, por isso, está contra as formas de poder e tirania. Teve influências desde o séc. XVII, tendo maior expressão na Revolução Francesa e também na elaboração da Declaração dos Direitos do Homem e na Constituição dos Estados Unidos da América. Na Revolução Francesa é defendida a igualdade perante a lei, causando uma mudança nas estruturas sociais e institucionais, incluindo o Estado, já que o indivíduo é concebido como um cidadão livre que não deve estar sujeito às suas pressões. Os ideais iluministas estão também presentes na Declaração visto que são reclamados direitos universais de liberdade e igualdade, assim como de propriedade, segurança e de opinião, que devem ser protegidos pelo Estado.

São também influências a corrente liberal (direitos civis e políticos) e a corrente socialista (direitos sociais e económicos) do séc. XIX, assim como os vários movimentos operários; estas reivindicações acabam por ganhar ainda mais força nos pós-guerra, culminando na elaboração de um sistema normativo internacional, a partir da universalização dos direitos humanos.

1.2. Análises civilizacionais

A este tipo de abordagem sobre os direitos humanos tem sido apontada, contudo, a crítica de que é uma visão extremamente ocidentalizada, excluindo uma análise de outras regiões do globo. Surgem, deste modo, algumas propostas de base e explicação cultural, como por exemplo, a de Huntington que, segundo Luis Fernando Ayerbe, afirma que “as principais fontes de conflito na ordem em configuração não serão políticas, ideológicas ou econômicas, elas virão das linhas que separam as diversas culturas e civilizações: ocidental, confuciana, japonesa, islâmica, hindu, eslava ortodoxa, latino-americana e africana. (Ayerbe, 2005: 337). Ângela Kretschmann faz um exercício semelhante, mas aplicado às diferentes concepções de direitos humanos consoante quatro tipos de sociedades: ocidental, hindu, muçulmana e chinesa.

Em consonância com as perspectivas anteriores, a autora refere que, numa visão sobre a civilização ocidental, o surgimento dos direitos humanos deve ser percebido através do seu contexto histórico: “O Ocidente apresenta um orgulho particular em relação à ideia dos direitos humanos, que estará vinculado às conquistas das liberdades negativas e positivas, com o acento na protecção do indivíduo, de não sofrer constrangimento à sua liberdade, e de possuir direitos civis, vinculados às Revoluções Liberais (...) a análise da civilização ocidental leva em conta essa particularidade, um contexto histórico, uma situação de indignação contra os abusos do excessivo poder do Estado, e finalmente, uma forma de limitar esse poder, mas também leva em conta a emergência da classe burguesa, o surgimento de novos interesses, vinculados à propriedade (liberdade) e à igualdade” (Kretschmann, 2006: 149-150). É no Ocidente, segundo Kretschmann, que se dá o maior esforço de universalização e onde se escreve a maioria das declarações de direitos humanos. A herança das correntes de pensamento ligadas ao direito natural contribuiu para uma progressiva compreensão comum de direitos e liberdades dos indivíduos. Logo, “os direitos humanos descansam sob uma concepção particular de natureza humana, de dignidade: os seres humanos são vistos como indivíduos iguais e autónomos não obstante a sua autonomia esbarrar em algumas regras sociais definidas, pois os indivíduos também são membros de famílias, comunidades, enfim, cidadãos que ocupam diferentes papéis sociais. De todo o modo, a concepção de direitos humanos vai insistir na dignidade da pessoa humana, no direito à igualdade e nos limites ao poder do Estado, bem como, e especialmente, a liberdade de escolher o que constitui uma vida boa” (Kretschmann, 2006: 151).

As sociedades ocidentais caracterizam-se, segundo Kretschmann, por uma distinção entre direitos humanos e direitos fundamentais, sendo que os primeiros dirão respeito a valores universais válidos para todos os países e os segundos às leis que são diferentemente elaboradas por cada Estado. Este facto faz com que muitas vezes os direitos humanos não sejam contemplados nos direitos fundamentais, mesmo que existam tentativas nesse sentido.

Resumidamente, “a sociedade ocidental moderna, portanto, forma-se sob a concepção de que o ser humano passa a ser o sujeito indivisível, ao mesmo tempo biológico e pensante, e cada qual passa a encarnar a humanidade inteira. Por isso, o indivíduo é a medida de todas as coisas, e assim o reino dos fins coincide com os fins legítimos de cada ser humano. Enquanto a sociedade é o meio, o ser humano representa o fim, um parâmetro que se choca com o de outras civilizações que serão então como que obscurecidas pela «luz» ocidental” (Kretschmann, 2006: 160).

É aqui que, através da crítica da perspectiva ocidentalizada dos direitos humanos, a autora faz a passagem para a caracterização das outras três civilizações. Seguindo para a visão hindu começa por dizer que a Índia é um país de múltiplas culturas, religiões e castas, mas que, apesar da sua diversidade, conseguiu manter-se unida. A concepção individualizada não tem lugar aqui, uma vez que predominam os valores familiares e a necessidade de encontrar um lugar na sociedade, estabelecendo uma relação com o cosmos e com o transcendente. Ao falar de direitos, nesta ordem de ideias, fala-se obrigatoriamente de deveres, ou seja, são interdependentes: “enquanto o Ocidente valoriza em primeiro lugar o ser humano individual, sendo cada homem encarnação da humanidade inteira, igual e livre (o que se chama individualismo), na grande maioria das sociedades «tradicionais», é valorizada em primeiro lugar a ordem, e, portanto, a conformidade de cada elemento ao seu papel conjunto, à sociedade como um todo (o que se denomina holismo). Nas sociedades tradicionais, as necessidades do homem são ignoradas ou subordinadas ao colectivo, enquanto na concepção individualista ignoram-se as necessidades da sociedade ou se subordinam tais necessidades aos interesses individuais” (Kretschmann, 2006: 174). Sendo um país que funciona por um sistema de castas, cada classe tem subjacente um conjunto de funções sociais; é um dever moral e não tanto um direito. No hinduísmo tradicional não existe separação entre religião e política, opondo-se ao sistema de Estado moderno; contudo, pelas forças de universalização, o tradicionalismo enfraquece-se cada vez mais.

Num diagnóstico sobre os direitos humanos neste país, a autora sublinha a persistência de várias formas de discriminação, que resultam exactamente da forte hierarquização desta sociedade, sendo comuns as situações de pobreza extrema. Ao mesmo tempo que existem leis que prevêm um igual tratamento entre cidadãos, outras contêm especificações relativamente a “classes de povos nativos” e medidas especiais para mulheres e crianças. São ainda comuns situações de prostituição, violência policial, caça de dotes e trabalho infantil. Kretschmann afirma que o governo indiano se tem esforçado por combater estas tendências, mas que “os governos eleitos em geral trabalham de acordo com a pressão que recebem dos seus eleitores, e no caso da Índia, são milhões de pessoas que, além do analfabetismo, da ignorância e da miséria absoluta, não possuem nenhuma ambição cívica” (Kretschmann, 2006: 198).

Já no caso muçulmano, os direitos estão previstos no Alcorão, mas as interpretações divergem. Mas também aqui não existem direitos individuais; ao invés, eles são substituídos pelos deveres subjacentes à vida em comunidade. A autora cita Muzaffar (2004), que afirma que o Islão corporifica direitos económicos, sociais, culturais, civis e políticos iguais aos previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos (Anexo 1). Acrescenta, porém, que o Ocidente desenvolveu uma “cultura dos direitos”, esquecendo que deve existir um equilíbrio entre direitos e responsabilidades; aliás, a individualização por ele promovida entra em conflito directo com o princípio da universalidade. No Alcorão está presente uma mensagem comum de um ideal de humanidade equitativo e aplicável a todo o ser humano; cada um deve ser tratado com dignidade, independentemente da raça, sexo ou religião, e a liberdade de escolha, fé e consciência devem ser preservadas.

Apesar da defesa de Muzaffar, Kretschmann realça que na realidade a unicidade prevista no Alcorão não é, por vezes, posta em prática; de facto, o mundo muçulmano é também diversificado, fruto das diferentes interpretações do texto sagrado. Ao mesmo tempo, é igualmente marcado por uma multiplicidade de línguas e etnias, contextos económicos e culturais.

Em contraste com a visão hindu e muçulmana, encontramos uma sociedade chinesa de carácter individualista, mas ao mesmo tempo divergente da concepção ocidental. Para os chineses, a harmonia é a questão chave: os indivíduos e a natureza estão ambos inscritos numa ordem cósmica. As sanções e conflitos devem ser evitados; no predomínio da tradição, a necessidade de intervenção judicial é uma vergonha ou fracasso e a conciliação um sucesso. O equilíbrio social é dado pelos sábios e pela

educação. Porém, esta realidade coexiste com múltiplas situações de desigualdade e com um acentuado controlo estatal: “muitos Estados, entretanto, adoptaram constituições que não envolvem princípios liberais, e nem mesmo de direitos humanos. Assim, a maior parte dos Estados contemporâneos possui uma Constituição escrita, que pode ser democrática ou autoritária, orientada à defesa da propriedade privada ou colectiva, podendo, pois, variar radicalmente. Por outro lado, também pode ser reduzida à insignificância, quando representa um documento manipulado por quem detém o poder” (Kretschmann, 2006: 242). A constituição chinesa prevê a liberdade de expressão e religião, mas o governo unipartidário tem um discurso próprio quanto aos direitos humanos, falando essencialmente em direitos fundamentais, que se resumem à alimentação, vestuário e alojamento. A China justifica os abusos contra os direitos humanos como o preço a pagar para manter a unidade de Estado.

Deste modo, na civilização muçulmana os direitos estão vinculados à religião; na hindu há dificuldade de implementação pelas práticas sociais adoptadas pela própria população; na chinesa, o factor preponderante é o político, pela concentração de poder no Estado. A autora refere que o campo internacional está, assim, marcado pelos confrontos interpretativos entre estas diferentes civilizações, não se conseguindo perceber se a diferença cultural constitui um factor de inibição dos direitos humanos ou, pelo contrário, representa um factor de agregação, uma vez que desconsiderar as diferenças levaria à sua ineficácia.

Nas suas palavras, “no plano internacional, países não ocidentais acusam o Ocidente de produzir um discurso que na verdade pretende impor os valores liberais do mundo ocidental, incluídos aí não apenas os direitos humanos, com ênfase nos direitos civis e políticos, mas também a democracia, a economia de mercado livre, e o Estado de direito, com o objectivo de perpetuar o domínio económico e político (...) Neste sentido, o discurso ocidental dos direitos humanos serviria apenas para trazer legitimidade a acções que, sem ele, seriam consideradas uma forma ostensiva de imperialismo cultural, económico e político” (Kretschmann, 2006: 283). Em resposta, o Ocidente vê esta postura, nomeadamente, dos países muçulmanos e asiáticos, como uma desculpa para a manutenção de regimes autoritários. Segundo a autora, a resolução parte do paradigma civilizacional, mesmo apresentando algumas deficiências, parece ser o melhor exame da política internacional, numa perspectiva de universalidade dos direitos humanos e num contexto multicultural.

1.3. Universalismo/Relativismo

A abordagem de Kretschmann surge como uma tentativa de resolução entre duas perspectivas distintas, que giram em torno da aplicabilidade universal ou relativa dos direitos humanos. Novamente nas palavras de Veiga, “a perspectiva universal defende que os direitos humanos devem merecer tratamento igualitário em todas as nações, já que são reconhecidos internacionalmente. Os defensores do relativismo, por sua vez, afirmam que os direitos humanos estão sujeitos a variações de classificação, uma vez que são estabelecidos a partir de marcos culturais diferentes, responsáveis pelo desenvolvimento da sociedade” (Veiga, 2007: 57). O universalismo defende o conceito de dignidade humana, que deve ser aceite como um “mínimo ético irredutível”, devendo, por isso, ser respeitado por todos os povos. No relativismo coloca-se a questão das influências (na própria elaboração do conceito de universalidade) e diferenças sociais e culturais (entre povos), já que “a humanidade não pode estar sujeita aos princípios éticos fixados por um conjunto de indivíduos, pertencentes a um determinado contexto social e cultural” (Veiga, 2007: 61).

Na constatação de que ambas as visões têm argumentos válidos, tal como a proposta das análises civilizacionais de Kretschmann, outros autores argumentam sobre uma postura intermédia. Veiga apresenta-nos a perspectiva de Boaventura Sousa Santos (2002), que sugere um novo paradigma social e político de transformação social, onde os direitos humanos são uma força emancipadora que responde à falha do socialismo, tendo em conta o contexto da globalização e da fragmentação cultural e da política de identidades. Assim, uma emancipação de carácter global e, simultaneamente, de legitimidade local deverá superar o paradoxo anterior: “ao universalismo devem-se opor diálogos interculturais e ao relativismo cultural devem-se opor políticas progressivas de direitos humanos” (Veiga, 2007: 79). Mesmo que as culturas variem, podem, igualmente, identificar-se com valores independentes do seu contexto de origem; aliás, diz Boaventura, todas elas partilham valores relacionados com a dignidade humana, mesmo que depois a sua definição seja diferente. E são estas particularidades que fazem com que cada cultura seja incompleta, sendo, por isso, necessário um diálogo para que se realize uma verdadeira troca de saberes, especialmente entre os três blocos culturais: ocidental, hindu e islâmico.

Outra proposta de superação é-nos dada por Falconi (2008), que aponta a necessidade de preservar as diversas manifestações e valores culturais face ao ambiente

global, através da tolerância cultural. Argumenta, além disso, que a promoção dos direitos humanos deve servir exactamente este propósito, sendo que a sua tarefa é a de “estabelecer os exactos limites da igualdade e da diferença entre os indivíduos e entre as culturas, sem, contudo, negar os aspectos comuns que os identificam na qualidade de sujeitos particulares” (Falconi, 2008: 192). O autor acrescenta que apelar à diversidade cultural não significa necessariamente contrariar a ideia de universalidade, mas apenas o seu carácter homogeneizador que cria automaticamente impactos negativos.

1.4. Estado e sociedade

Anteriormente foi abordada a relação entre direitos humanos e a configuração dos Estados; nos dias de hoje, perante a constatação de que o Estado é ineficaz ou falha frequentemente na protecção dos cidadãos, questiona-se o seu papel e avançam-se propostas de possíveis resoluções, várias vezes associadas à acção da sociedade civil.

António Teixeira Fernandes afirma que “os direitos humanos possuem, nas sociedades democráticas da actualidade, uma centralidade no que concerne tanto à legitimidade dos Estados como as formas de vida das populações” (Fernandes, 2009: 11). Os direitos do homem estavam já presentes no início da lógica política das Revoluções, pretendendo que a liberdade e igualdade estivessem presentes na arquitectura dos Estados-Nação. Abandonam-se as monarquias em troca da laicização da sociedade, que trás consigo a luta pela liberdade de consciência, a tolerância religiosa e a constituição de instituições democráticas. Depois, defende-se a esfera privada e limita-se o poder do Estado, realizando o contrato social (obediência à autoridade em troca de protecção). Emergem os direitos cívicos, mas também os políticos, que se traduzem na cidadania; posteriormente, incluem-se os sociais e económicos, que implicam a igualdade perante a lei. Mas, os governos de hoje já não têm tanta capacidade de influência sobre a economia e empresas, o que resulta numa perda da integração efectiva da população nos mesmos processos. Ao mesmo tempo, surgem os debates em torno do multiculturalismo e os novos movimentos sociais.

Da Declaração Universal surge a base dos princípios dos direitos humanos que são depois definidos e particularizados pela Constituição de cada Estado, devendo ser incluídos nos próprios tribunais e legislação; actualmente, os Estados confrontam-se com uma dupla exigência, no exterior, pela integração nas instituições internacionais, e

no seu interior, pelas diversas manifestações e exigências. Por isso, a discussão no âmbito dos direitos humanos não se prende, como antes, na sua fundamentação, mas na garantia de que não são quebrados, dentro, se possível, de um consenso alargado. Isto significa que é cada vez mais importante que todos tenham consciência dos seus direitos para que se apliquem na prática, na cultura política e na cultura de cidadania, mas adverte “importante será não confundir direitos humanos com interesses individuais” (Fernandes, 2009: 28).

Resumindo, na afirmação dos direitos humanos jogam as esferas institucionais e sociais, pelo Estado e/ou pela sociedade. Na confirmação de que a primeira, na forma do Estado-Nação, tem acumulado algumas falhas, a luta pelos direitos humanos ressurgiu na vontade popular. Assim, “a cidadania não é mais definida exclusivamente em função do Estado, adquire outras valências e é posta ao serviço de novos projectos de vida colectiva. Com a erosão do Estado-Nação, são cada vez mais os direitos do homem que oferecem a base à vivência da cidadania e à legitimidade do poder político” (Fernandes, 2000: 24). O retorno do conceito de democracia às formas enunciadas na Declaração Universal indica a criação de condições para que todos possam participar nas decisões que exprimem e conduzem a vontade geral e esta é a forma de tornar o Estado mais democrático, isto é, que não adere a uma perspectiva de unificação, mas abarca as singularidades e, não as apaga, apenas ordena.

Esta sugestão de Teixeira Fernandes é, contudo, vista com desconfiança por outros, que já não acreditam na protecção de direito pelo Estado e, portanto, depositam as suas esperanças apenas na acção da sociedade civil. Com mais ou menos intensidade, integrando ou não o argumento de que nunca como hoje a sociedade esteve tão desperta e tão informada, e independentemente da discussão da mudança ser alimentada pelo conflito interno das sociedades, ou até de Estado e sociedade civil partilharem responsabilidades pelo destino comum, vários autores depositam na solidariedade colectiva a única esperança de defesa dos direitos humanos. Considerando que as instituições governamentais, nacionais ou internacionais, ocultam informações e manipulam discursos de forma a coincidir com os seus próprios interesses, a via não governamental aparece como a solução que mais resultados poderá garantir. Ao mesmo tempo, é deste modo que se explicam alguns dos novos movimentos sociais, formados por indivíduos inconformados com a não resolução de questões sociais ou mesmo com preocupações ligadas às violações de direitos humanos.

1.5. Educação

Outro dos temas que tem vindo a ser associado aos direitos humanos é a questão da educação, por se constituir como o meio por excelência de transmissão de novas atitudes e ideologias. Por isso, é várias vezes referida como o instrumento para o desenvolvimento de autonomia, participação e pensamento crítico e, consequentemente, de promoção dos direitos humanos. É encarada, ainda, como o factor onde reside a maior possibilidade de mudança no interior das sociedades, através da articulação com os conceitos de democracia e cidadania, através de processos educativos contextualizados ou de integração curricular.

Joel Spring (2004) indica a existência de três tipos de ideologias educacionais: segundo os interesses do estado-nação (isto é, que visa a ocupação de postos de trabalho específicos), das ideias neo-liberais (onde se valoriza, primordialmente, o crescimento económico) e dos programas ambientais e direitos humanos (privilegiam-se a cidadania global e a resolução de problemas em relação às condições de vida das populações). Optando pela terceira perspectiva, afirmando que os paradigmas anteriores falharam, defende a aprendizagem nas escolas de uma língua mundial, o Esperanto, sendo o primeiro passo para a constituição de uma sociedade civil global, focada numa cidadania activa e com preocupações ambientais (recusa a língua inglesa porque revela filiações culturais e nacionais já predefinidas). A promoção dos direitos humanos e a educação para a paz, mesmo que dificilmente aplicáveis nas escolas, contribuiriam para a ideologia ambiental e uma postura globalmente mais crítica.

Celma Tavares (2009) aborda três práticas educativas que têm por base a ideia da construção da humanidade nos seres humanos: educação integral, educação contextualizada e educação em direitos humanos. Afirma que os modelos curriculares actuais não têm respondido às necessidades dos alunos porque estão demasiado afastados das suas experiências reais, daí que a contextualização seja extremamente importante para que se responda às suas diversidades e especificidades culturais. Isto implica entender cada aluno como um ser multidimensional, sendo esta também a base da educação integral, que assenta em dois elementos essenciais: a interdisciplinaridade e a interculturalidade. A educação em direitos humanos complementará o processo porque prevê a mudança de comportamentos e a promoção de valores como compreensão, ética e dignidade. Pela aplicação destes três tipos de educação atingir-se-á um *empowerment* colectivo e individual para que “o poder sobre” se transforme em

“poder para” e “poder com”. Para isso, o currículo deve ser redefinido para que se constitua como um instrumento de diálogo entre conteúdos, uma vez que o conhecimento é transversal e tem múltiplos centros de interesses, contribuindo para a elaboração de um projecto escolar que vise o desenvolvimento humano sustentável. Deve incluir novos saberes, que sejam plurais e flexíveis, dirigidos à dimensão mais subjectiva, ética e afectiva dos sujeitos.

James Beane (2003) parte do mesmo princípio, sugerindo um modelo de aplicação efectiva, a que chama integração curricular. Porque a abordagem por disciplinas é redutora, sugere experiências que promovam uma vivência democrática, integrando-as nos tempos disponíveis dentro do currículo formal. Ou seja, não abolindo os currículos já existentes, sugere a criação de espaços onde se desenvolvam unidades temáticas, definidas conjuntamente por alunos e professores. Este tempo em sala de aula seria uma experiência em comunidade, permitindo um desenvolvimento saudável que abandone as lógicas da obtenção de status que ainda permanecem nas escolas, e desenvolvendo-se uma relação maior entre a escola e o mundo real. Assim, deve existir uma integração das experiências, usando as aprendizagens como recurso para lidar com problemas e situações futuras, e uma integração social democrática, com um modelo de participação activa, tais como tomadas de decisão e governação colectivas. A integração do conhecimento é também importante, discutindo questões de interesse mais amplo (ultrapassando a mera transmissão de conteúdos). O desempenho deve ser medido através de testes, auto-avaliações ou conferências, previamente acordadas entre alunos e professores (como exemplo de prática democrática); os temas, que se elaboram através de uma recolha de sugestões entre todos, e as regras de funcionamento do grupo são igualmente definidas em comum. A sala de aula transforma-se, deste modo, numa comunidade onde existem relações afectivas, substituindo a relação de poder tradicional.

1.6. A internacionalização

“Passados os dez primeiros anos do novo milénio, um novo cenário deixa entrever seus contornos, já bem distintos daqueles que marcaram a era que o originou. Por um lado, a globalização do novo século já não se mostra tão benigna quanto anunciada, tendo gerado uma acentuação das desigualdades económicas e sociais no interior das nações e

entre elas. Por outro lado, mesmo que a globalização tenha avançado nos aspectos económico, tecnológico, cultural e linguístico, os estados territoriais, do ponto de vista político-militar, ainda se mantêm como mais importantes, e não as únicas, autoridades efetivas (...) Se, por um lado, o número de guerras interestatais tornou-se decrescente desde a década de 1960 até os dias actuais, por outro lado o número de conflitos internos continuou a subir. Ademais, no início do século XXI, as operações armadas deixaram de estar essencialmente sob o controle de governos, passando para as mãos da população civil, a qual nem sempre age com características e objetivos comuns” (Pereira, Becard e Lacerda, 2010: 9). O cenário traçado por Pereira, Becard e Lacerda, focado na actualidade, evoca uma série de questões preocupantes e ligadas aos direitos humanos. Mas, para perceber como chegamos até aqui, é necessária uma reconstituição, numa perspectiva centrada em volta do tema principal.

Na tentativa de definição do conceito de direitos humanos são vários os autores que exploram a sua evolução e expansão à luz das transformações históricas e internacionalização. Neste sentido, Sandrini adopta a tipologia geracional de Bonavides. A primeira diz respeito às liberdades civis e políticas, pela influência do constitucionalismo ocidental do séc. XVIII; são direitos de resistência e oposição ao Estado, do direito à vida, à propriedade e à igualdade perante a lei. Na segunda geração encontram-se os direitos económicos e sociais, protagonizados pelos movimentos socialistas, na metade do séc. XIX, de cunho ideológico marxista e social-democrata; não há oposição ao Estado porque ele próprio começa a ser entendido como meio de atingir o bem-estar social; reivindicam-se direitos sociais, de educação, saúde, previdência, assistência social, lazer, trabalho, segurança e transporte. A terceira geração é marcada pelos valores de universalidade e humanismo, isto é, desenvolve-se um modo de pensar colectivo; falam-se em direitos de solidariedade e fraternidade, direito à paz, desenvolvimento, ambiente, qualidade de vida, cultura e comunicação; defende-se a auto-determinação dos povos e a conservação do património histórico. Na quarta e última geração exige-se a globalização dos direitos fundamentais, ou seja, a sua universalização no plano institucional; os direitos à democracia, à informação e ao pluralismo são os mais importantes nesta fase. Bonavides conclui que, a nível de titularidade, os direitos de primeira geração correspondem ao indivíduo, os de segunda ao grupo, os de terceira à comunidade e aos de quarta ao ser humano.

Será, então, nestas terceira e quarta fases que a noção de direitos humanos se desenvolve e expande: “desde o início do séc. XX, a evolução rápida e eficaz dos

Direitos Humanos, deve-se essencialmente, ao carácter internacional de que foram investidos, incorporando-se ao Direito Internacional, a ponto de diferentes organizações internacionais tutelá-los em vários instrumentos formais e convencionais, no intento de garantir que os mesmos não sejam violados pelo Estado. É neste século que surge uma reacção iniciada contra o monopólio do Estado. A democratização afirma-se e o indivíduo passa a ser considerado sujeito de direito no campo internacional” (Sandrini, 2006: 55).

Paul Gilbert (2006) segue a mesma lógica, apontando o desenvolvimento do conceito de direitos humanos ao aumento de importância dada no contexto internacional, visível na redefinição das leis estatais. O maior exemplo será a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aceite pela comunidade internacional, a eles associando noções de justiça e proibição de violência. No entanto, segundo Piovesan (2004), antes da redacção e assinatura da Declaração, teriam já existido outros documentos que contribuíram para a internacionalização dos direitos humanos, tais como o Direito Humanitário, a Liga das Nações e a Organização Internacional do Trabalho. Estes marcos, segundo o mesmo autor, serão a etapa que permitirá repensar planos nacionais em articulação com os internacionais, ultrapassando, assim, o conceito tradicional de soberania estatal face aos direitos humanos. Neste sentido, a primeira medida internacional que trás limites à liberdade e autonomia dos Estados é o Direito Humanitário, já que consiste num direito de protecção humanitária que salvaguarda, em situação de guerra, as populações civis e os militares postos fora de combate (feridos, doentes, náufragos, prisioneiros). A Convenção da Liga das Nações, de 1920, vem reforçar a mesma ideia, uma vez que aponta a necessidade de promover a cooperação, paz e segurança internacional, condenando agressões externas contra a integridade territorial e independência política. Identicamente, a Organização Internacional do Trabalho avançou com a promoção de padrões internacionais de condições de trabalho e bem-estar social.

As transformações das últimas décadas em matéria de direitos humanos levam Sandrini a afirmar que existe uma correlação entre as experiências das Guerras Mundiais e a formação de uma nova concepção de indivíduo, isto é, como resposta às atrocidades e horrores causados pelo nazismo, ele passa igualmente a ser sujeito de direito internacional. Assim, definem-se juridicamente um conjunto de penas previstas para crimes internacionais, distinguindo-se em três categorias: contra a paz, crimes de guerra e crimes contra a humanidade. São, por isso, estabelecidas obrigações

internacionais que devem ser cumpridas por todos sem excepção, tanto por instituições como indivíduos.

Depois, já em 1945, com a criação das Nações Unidas, é redigida a primeira carta internacional que contém noções expressas de promoção e protecção dos direitos humanos. Como afirma Piovesan, é nesta fase que se assiste a uma coexistência pacífica entre Estados, cooperando económica e socialmente, promovendo a universalidade dos direitos humanos e redefinindo a agenda internacional. Esta carta dá origem à Declaração Universal dos Direitos Humanos, redigida três anos depois, que visa “delinear uma ordem política mundial fundada no respeito à dignidade humana, ao consagrar valores básicos universais e essa concepção vem a ser incorporada por todos os tratados e declarações de direitos humanos, que passam a integrar o chamado Direito Internacional dos Direitos Humanos” (Sandrini, 2006: 61). A autora defende que, mesmo que a Declaração não tenha efeitos práticos específicos, serve pelo menos para identificar uma vontade internacional e universal de defesa dos direitos humanos.

Podem-se destacar ainda os dois pactos internacionais posteriores, adoptados pela Assembleia-Geral da ONU: o Pacto Internacional de Direitos Cíveis e Políticos e o Pacto Internacional de Direitos Económicos, Sociais e Culturais (aprovados em 1966 e em vigor a partir de 1976). Segundo Mello (2002), o primeiro pretende indicar obrigações precisas e imediatas, enquanto o último é de aplicação progressiva. Além destes, foram também redigidos documentos de alcance regional e sectorial. Nas palavras de Sandrini, “a preocupação de interesse comum dos Estados com a construção de uma normatividade internacional eficaz, em que os Direitos Humanos efectivamente encontrem protecção, torna-se um dos principais objectivos da comunidade internacional que, como resposta às necessidades de protecção, a partir da Declaração Universal de 1948, têm multiplicado os tratados e instrumentos de Direitos Humanos” (Sandrini, 2006: 64).

Outros autores falam da internacionalização usando outros conceitos explicativos, mas estritamente ligados aos direitos humanos. Emanuel Adler, por exemplo, afirma que: “a paz democrática é um desenvolvimento histórico e se espalhou pela parte do mundo de identidade subjectiva liberal que, cruzando fronteiras nacionais, se torna uma marca de identidade e um indicador de intenções pacíficas recíprocas. Em outras palavras, a paz democrática trata da construção social de uma cultura cívica transnacional” (Adler, 1999: 238). Já Marcus Faro de Castro fala na paz de cem anos, apontando o crescimento democrático do Séc. XX como promotor, que não ocorre sem

as suas consequências: “com os parlamentos introduzidos como novo ingrediente nos processos políticos internos, a administração conservadora, seja da diplomacia, seja das finanças internacionais, ficou mais difícil, e a tendência à mudança inesperada, mais comum. Neste sentido, o jogo político ficou mais errático (...) a opinião pública passa a ter um peso expressivo no processo político interno de muitos países. E isto contribuiu para aumentar as incertezas e os constrangimentos aos governos e diplomatas na condução dos assuntos de interesse público” (Castro, 2001: 14). É neste clima que, segundo o autor, se iniciam vários movimentos sociais, nomeadamente os ambientalistas e de protecção dos direitos humanos; o descontentamento com a acção estatal propicia cada vez mais críticas e gera movimentos de defesa de identidades, ao mesmo tempo que se multiplicam as manifestações contra o uso da força militar, ligadas a intervenções humanitárias de operações de construção e manutenção de paz.

Castro fala na transformação seguinte, a criação e desenvolvimento dos tribunais internacionais, mencionadas também por Flávia Piovesan quando aborda o tema do direito internacional dos direitos humanos. Para a autora, o seu surgimento no pós-guerra responde às atrocidades e horrores cometidos pelo nazismo: “em face do regime e terror, no qual imperava a lógica da destruição e no qual as pessoas eram consideradas descartáveis, ou seja, em face do flagelo da Segunda Guerra Mundial, emerge a necessidade de reconstrução do valor dos direitos humanos, como paradigma e referencial ético a orientar a ordem internacional” (Piovesan, 2008: 1-2), sendo que a sua protecção não se deve limitar à esfera nacional. Acrescenta, “os instrumentos internacionais de protecção refletem, sobretudo, a consciência ética contemporânea compartilhada pelos Estados, na medida em que invocam o consenso internacional acerca de temas centrais aos direitos humanos” (idem: 4).

1.6.1. Nações Unidas

Iniciando as descrições das instituições mais significativas que operam no âmbito dos direitos humanos, a ONU, sendo a maior, tem um departamento específico para lidar com as questões relativas aos direitos humanos. O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (Office of the High Commissioner for Human Rights)¹ chama a si a responsabilidade de protecção e promoção dos direitos humanos na comunidade internacional, oferecendo apoio aos cidadãos e aos Estados. São suas

¹ <http://www.ohchr.org/EN/Pages/WelcomePage.aspx>

prioridades a maior participação dos diferentes países, trabalhando a nível nacional e local, para que os direitos humanos sejam aplicados no terreno. Por outro lado, os seus esforços focam-se na certificação de que os Estados cumprem os tratados assinados, garantindo, assim, a sua implementação. O ACNUDH é financiado pelas Nações Unidas e pelas contribuições voluntárias dos Estados-Membros, organizações intergovernamentais, fundações e indivíduos². São relatadas violações aos direitos humanos em todo o mundo para que se possam identificar, promover e desenvolver respostas adequadas; igualmente, são desenvolvidas actividades de pesquisa em direitos humanos, educação, informação pública e actividades de defesa³, sendo os seus três pilares a paz e a segurança, desenvolvimento e direitos humanos. O ACNUDH trabalha directamente com governos, instituições da sociedade civil e entidades internacionais, adoptando uma metodologia que assenta na definição de padrões, monitorização e implementação no terreno. É também dado apoio a relatores especiais, peritos independentes e grupos de trabalho, que realizam visitas ao campo, onde recebem e examinam queixas directas de vítimas de violações de direitos humanos. Os agentes locais participam na execução de projectos de treino, apoio técnico nas áreas de administração da justiça, reformas legislativas, ratificações aos tratados e educação em direitos humanos.

Para as Nações Unidas, são estes os temas/questões subjacentes aos direitos humanos⁴: condições de alojamento, empresas, crianças (direitos da criança, tráfico, prostituição, pornografia infantil e violência), direitos políticos e civis, mudanças climáticas, comunicação, direitos culturais, democracia, detenção, desenvolvimento (actuação governamental e dívida soberana), deficiência, desaparecimento, discriminação, direitos culturais, sociais e económicos, educação, ambiente, execuções/pena de morte, alimentos, liberdade de expressão e opinião, liberdade de religião, género, globalização (empresas, comércio e investimento), saúde, HIV/Sida, solidariedade internacional, defensores de direitos humanos, educação e treino em direitos humanos, indicadores de direitos humanos, impunidade, independência judicial, povos indígenas, pessoas deslocadas, solidariedade internacional, mercenários, migração, objectivos de desenvolvimento do milénio, minorias, idosos, planos de acção para a promoção e protecção dos direitos humanos, pobreza, racismo, Estado de direito,

² <http://www.ohchr.org/EN/AboutUs/Pages/WhoWeAre.aspx>

³ <http://www.ohchr.org/EN/AboutUs/Pages/WhatWeDo.aspx>

⁴ <http://www.ohchr.org/EN/Issues/Pages/ListOfIssues.aspx>

casos/situações pendentes, escravidão, terrorismo, tortura, tráfico humano, corporações transnacionais, água e questões sanitárias e mulheres.

As Nações Unidas definem direitos humanos como sendo “direitos inerentes a todos os seres humanos, seja qual for a nossa nacionalidade, local de residência, sexo, nacionalidade ou origem étnica, cor, religião, língua ou qualquer outra condição”⁵, sendo interdependentes, inter-relacionados e indivisíveis. Acrescentam que geralmente são regulamentados e garantidos por lei internacional, com o fim de promover e proteger as liberdades fundamentais, assentes numa perspectiva de universalidade, isto é, independentemente de factores políticos, económicos ou culturais. Os Estados signatários têm, assim, obrigações legais, garantindo a sua indivisibilidade, incluindo direitos civis e políticos, direito à vida, igualdade perante a lei, liberdade de expressão, direitos económicos, sociais e culturais, direito ao trabalho, segurança social e educação, direitos colectivos e direito ao desenvolvimento e auto-determinação.

O ACNUDH é formado pelo Conselho de Direitos Humanos (antiga Comissão de Direitos Humanos), Revisão Periódica Universal e Procedimentos Especiais do Conselho de Direitos Humanos. Tendo por base os vários Tratados assinados, constituíram-se os seguintes órgãos: Comissão de Direitos Humanos, Comissão de Direitos Económicos, Sociais e Culturais, Comissão para a Eliminação da Discriminação Racial, Comissão para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher, Comissão contra a Tortura (com o Protocolo opcional da convenção contra a Tortura e consequente Subcomissão), Comissão dos Direitos da Criança, Comissão de Trabalhadores Migrantes, Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência e a Comissão dos Desaparecidos Forçados.

Actualmente, além da Declaração Universal de 1948, também a Carta Internacional dos Direitos Humanos (que inclui o Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais e o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, com dois Protocolos facultativos) serve de referência à actuação das Nações Unidas e do OHCHR, não obstante a assinatura noutros Tratados internacionais.

1.6.2. União Europeia

“Os direitos humanos, a democracia e o Estado de Direito são valores fundamentais da União Europeia”⁶. A frase introdutória daquele que é considerado um dos principais

⁵ <http://www.ohchr.org/EN/Issues/Pages/WhatAreHumanRights.aspx>

⁶ http://europa.eu/pol/rights/index_pt.htm

domínios de intervenção da UE, aqui denominados como direitos do homem, resume a sua perspectiva neste domínio, sendo norteadada pelo Tratado fundador e pela Carta dos Direitos Fundamentais. Quaisquer países que pretendam concluir acordos comerciais ou de outra natureza devem reger-se pelos mesmos princípios, uma vez que “A UE considera que o direitos humanos são universais e indivisíveis (...) promove-os e defende-os activamente, tanto dentro das suas fronteiras como nas suas relações com países terceiros”⁷. Dentro desta categoria devem incluir-se direitos civis, políticos, económicos, sociais e culturais, promovendo os direitos das mulheres e crianças, minorias e pessoas deslocadas, sendo que “A UE está empenhada na luta contra o racismo, a xenofobia e outros tipos de discriminação com base na religião, no género, na deficiência ou na orientação sexual, interessando-se especialmente pela situação dos direitos humanos na área de asilo e da migração”⁸.

Deste modo, a UE criou uma série de instrumentos para a promoção dos direitos humanos: financiamento interno através do programa para o emprego e solidariedade social (PROGRESS), criação da Agência dos Direitos Fundamentais, gestão de programas internacionais de combate ao tráfico humano, assinatura de mais de 120 acordos com países terceiros, ajuda humanitária de emergência, entre outros. Neste sentido, a UE mantém também um diálogo contínuo com países como a Rússia, China e Irão e impôs sanções à Birmânia e ao Zimbabué, isto porque “a ajuda que a UE fornece, seja ela em meios financeiros, em espécie ou em assistência técnica, é decidida com o objectivo exclusivo de aliviar o sofrimento humano causado por catástrofes naturais ou pela má administração de regimes opressores”⁹. A UE chama a si, por isso, a missão da promoção dos direitos humanos em todo o mundo, aliando, indiscutivelmente, a esta perspectiva a existência de democracia e de Estado de Direito. Para isso, criou o Instrumento Europeu para a Democracia e os Direitos Humanos, com um orçamento de 1,1 mil milhões de Euros para o período de 2007-2013, de aplicação assumidamente mundial, que privilegia quatro domínios: “reforço da democracia, da boa governação e do Estado de Direito (apoio ao pluralismo político, à liberdade de imprensa e ao bom funcionamento do sistema de justiça); abolição da pena de morte em países onde ainda está em vigor; luta contra a tortura através de medidas de prevenção (formação e educação das forças policiais) e de medidas de carácter repressivo (como a criação de

⁷ Idem

⁸ http://europa.eu/pol/rights/index_pt.htm

⁹ Idem

tribunais internacionais e penais); luta contra o racismo e a discriminação, assegurando o respeito pelos direitos políticos e civis”¹⁰. O financiamento deste instrumento, além e outros projectos, apoia organizações como as Nações Unidas, o Comité Internacional da Cruz Vermelha, o Conselho da Europa e a Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa.

Na tentativa de reunir num documento único os vários instrumentos legislativos da UE, dos Estados-Membros, das Nações Unidas e da Organização Mundial do Trabalho, revestindo-se, igualmente, de carácter legislativo, é elaborada a Carta dos Direitos Fundamentais¹¹. Formalmente adoptada em 2000, foi pela última vez revista em 2010, com o objectivo de se constituir como o referencial dos direitos fundamentais para todos os Estados-Membros, conferindo-lhes visibilidade e clareza. Contém cinquenta e quatro artigos, repartidos em sete capítulos: dignidade (dignidade do ser humano, direito à vida, direito à integridade do ser humano, proibição da tortura e dos tratos ou penas desumanos ou degradantes, proibição da escravidão e do trabalho forçado); liberdades (direito à liberdade e à segurança, respeito pela vida privada e familiar, protecção de dados pessoais, direito de contrair casamento e de constituir família, liberdade de pensamento, de consciência e de religião, liberdade de expressão e de informação, liberdade de reunião e de associação, liberdade das artes e das ciências, direito à educação, liberdade profissional e direito de trabalhar, liberdade de empresa, direito de propriedade, direito de asilo, protecção em caso de afastamento, expulsão ou extradição); igualdade (igualdade perante a lei, não discriminação, diversidade cultural, religiosa e linguística, igualdade entre homens e mulheres, direitos das crianças, direitos das pessoas idosas, integração das pessoas com deficiência); solidariedade (direito à informação e à consulta dos trabalhadores na empresa, direito de negociação e de acção colectiva, direito de acesso aos serviços de emprego, protecção em caso de despedimento sem justa causa, condições de trabalho justas e equitativas, proibição do trabalho infantil e protecção dos jovens no trabalho, vida familiar e vida profissional, segurança social e assistência social, protecção da saúde, acesso a serviços de interesse económico geral, protecção do ambiente, defesa dos consumidores); cidadania (direito de eleger e de ser eleito nas eleições para o Parlamento Europeu e nas eleições municipais, direito a uma boa administração, direito de acesso aos documentos,

¹⁰ Ibidem

¹¹ http://europa.eu/legislation_summaries/human_rights/fundamental_rights_within_european_union/133501_pt.htm

Provedor de Justiça Europeu, direito de petição, liberdade de circulação e de permanência, protecção diplomática e consular); justiça (direito à acção e a um tribunal imparcial, presunção de inocência e direitos de defesa, princípios da legalidade e da proporcionalidade dos delitos e das penas, direito a não ser julgado ou punido penalmente mais do que uma vez pelo mesmo delito); disposições gerais.

Sendo que a Carta dos Direitos Fundamentais deverá ser cumprida obrigatoriamente em todos os Estados no interior da UE, através do Instrumento Europeu para a Democracia e os Direitos Humanos, são sublinhados os temas de intervenção para os países fora da UE¹²: luta contra a pena de morte, tortura, racismo, crimes de guerra e genocídio, observação e assistência eleitoral, direitos das populações indígenas e da criança. Foram também definidas as “Directrizes da UE sobre os diálogos em matéria de direitos humanos com países não pertencentes à UE”¹³, que visam o estabelecimento de acordos, tratados, convenções e parcerias estratégicas, integrando os temas referidos, assim como os direitos da mulher, a liberdade de expressão, o papel da sociedade civil, a protecção dos defensores dos direitos humanos, a cooperação em matéria de justiça internacional (Tribunal Penal Internacional) e a promoção da democracia e da boa governação.

Mais especificamente, foram aprovadas, em 2008, as directrizes sobre alguns destes temas. No caso da pena de morte¹⁴ (2008), a UE defende a sua abolição universal ou, no mínimo, que seja executada em conformidade com normas mínimas, como: a aplicação apenas a crimes intencionais e violentos mais graves; a escolha de uma pena inferior sempre que possível; a não aplicação a menores de dezoito anos no momento em que cometeram o crime, mulheres grávidas, mães de crianças pequenas e pessoas que sofram de alienação mental; existência de provas claras e convincentes e de um processo equitativo, ou seja, no qual o acusado goze de assistência jurídica; a permissão de recurso individual, isto é, todos os indivíduos sentenciados com pena de morte poderão apresentar uma petição de comutação; aplicação da pena com o mínimo de sofrimento. Quanto à tortura (2008), penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes¹⁵, a UE incentiva os países exteriores a adoptarem medidas internas que: proíbam ou condenem estas práticas, incluindo leis, medidas administrativas e restrições a nível da produção e venda de equipamentos para os mesmos fins; promovam o

¹² http://europa.eu/pol/rights/index_pt.htm

¹³ http://europa.eu/legislation_summaries/human_rights/human_rights_in_third_countries/r10115_pt.htm

¹⁴ http://europa.eu/legislation_summaries/human_rights/human_rights_in_third_countries/r10106_pt.htm

¹⁵ http://europa.eu/legislation_summaries/human_rights/human_rights_in_third_countries/r10109_pt.htm

respeito pelas normas e procedimentos internacionais; garantam boas condições e proíbam locais de detenção secretos; assegurem um sistema jurídico que combata a impunidade; adoptem medidas para grupos que necessitam de protecção especial, tais como mulheres, crianças e refugiados; estabeleçam procedimentos relativos a queixas de tortura, indemnizações, reforço das instituições nacionais e formação eficaz destes profissionais. Nas directrizes da UE sobre os direitos da criança¹⁶ (2007), embora se confirme a existência de vários instrumentos e medidas, pelo ainda significativo registo de casos de violência, abusos sexuais, doenças, formas de trabalho e conflitos armados, assim como a carência no acesso à educação, saúde e assistência social, deverão fazer-se esforços no sentido de: incentivar os meios e acção para a promoção e protecção dos direitos das crianças; aperfeiçoar os processos e estruturas de acompanhamento (bases de dados, sistemas de vigilância, investigação, criação de instituições independentes, participação da sociedade civil); disponibilizar mais recursos; encorajar e apoiar as revisões de legislação compatíveis com as normas e instrumentos internacionais; lutar contra a violação dos direitos da criança e pôr termo à impunidade reinante; promover a participação efectiva das crianças no processo de tomada de decisões e execução e políticas que lhes dizem respeito; aumentar os meios das famílias e de outros intervenientes para que possam assumir plenamente os seus papéis; incentivar a realização de programas de sensibilização, nomeadamente através da integração nos programas escolares. Foram também redigidas as directrizes da UE sobre as crianças nos conflitos armados¹⁷ (2008), estabelecendo que no diálogo político com outros países devem ser incluídos nas situações de pré-conflito, conflito e pós-conflito questões relativas aos direitos das crianças, evitando a sua utilização em forças e grupos armados, e fomentando a criação de fundos para projectos de ajuda humanitária, assim como operações de gestão de crises e formação. As directrizes relativas à violência contra as mulheres¹⁸ (2008) assentam sobre três eixos: a prevenção da violência, a protecção e apoio às vítimas e a acusação dos agressores. São importantes medidas de promoção de acesso à justiça e serviços de apoio, prevenção da violência, reforço das capacidades das administrações nacionais e organizações da sociedade civil, elaboração de campanhas, promoção da igualdade de género, entre outras. Neste sentido, a UE entende que o apoio e protecção dos defensores dos direitos humanos são essenciais, definindo, para isso,

¹⁶ http://europa.eu/legislation_summaries/human_rights/human_rights_in_third_countries/l33604_pt.htm

¹⁷ http://europa.eu/legislation_summaries/human_rights/human_rights_in_third_countries/r10113_pt.htm

¹⁸ http://europa.eu/legislation_summaries/human_rights/human_rights_in_third_countries/dh0003_en.htm

um conjunto de orientações¹⁹ (2008), uma vez que desempenham um papel fundamental na documentação de violações, na prestação de apoio jurídico, psicológico e médico, combatem a impunidade e aumentam a sensibilização destas questões no âmbito regional, nacional e internacional. Deste modo, é incentivada a cooperação e troca de informações, tal como o reconhecimento público dos defensores de direitos humanos.

A 3 de Janeiro de 2011 entra em funcionamento a EuropeAid²⁰, que será “responsável pela concepção da política de desenvolvimento e pela prestação de ajuda em todo o mundo”²¹. Resultando da fusão entre a Direcção-Geral de Desenvolvimento e da Direcção-Geral da EuropeAid, permitirá que a Comissão Europeia fale “a uma só voz sobre questões de desenvolvimento e cooperação”²², já que a existência de uma entidade única proporcionará um ponto de contacto único, no interior e exterior da UE, e terá, por isso, “mais capacidade para conceber uma política de desenvolvimento avançada, dirigida a todos os países em desenvolvimento, reforçando a sua coerência e melhorando, simultaneamente, os mecanismos de aplicação e prestação de ajuda”²³. Com uma estrutura actualmente temporária, de constituição final em Abril deste ano, a EuropeAid pretende “desempenhar um papel de liderança no debate internacional sobre o desenvolvimento em que participam doadores, instituições internacionais, países emergentes e em desenvolvimento e organizações não-governamentais”²⁴. A EuropeAid visa a permanente colaboração com as instituições da sociedade civil, pelo seu papel único de proximidade às populações, podendo ser elegíveis a bolsas da UE. Trabalha também com organizações internacionais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, as Nações Unidas, o Banco Mundial e a Organização Internacional para as Migrações. Para que a EuropeAid atinja os objectivos propostos deverá contar com o apoio dos Parlamentos Nacionais para a aprovação de estratégias e orçamentos, que devem também assegurar que o desenvolvimento é incluído na definição de políticas de cada país. São, logicamente, parceiros o Conselho da União Europeia, o Parlamento Europeu e o Tribunal de Contas Europeu.

As orientações da EuropeAid para as estratégias de desenvolvimento fundamentam-se nos oito objectivos do Milénio²⁵: erradicar a pobreza extrema e a fome;

¹⁹ http://europa.eu/legislation_summaries/human_rights/human_rights_in_third_countries/l33601_pt.htm

²⁰ http://ec.europa.eu/europeaid/index_pt.htm

²¹ http://ec.europa.eu/europeaid/who/about/index_pt.htm

²² *Idem*

²³ *Ibidem*

²⁴ *Ibidem*

²⁵ http://ec.europa.eu/europeaid/what/development-policies/index_en.htm

alcançar a educação primária universal; promover a igualdade de género e capacitar as mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater ao HIV/SIDA, malária e outras doenças; assegurar a sustentabilidade ambiental; desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento. São, então, nove as áreas de intervenção²⁶: comércio e integração regional; ambiente e recursos naturais; infra-estruturas, comunicações e transportes; água e energia; desenvolvimento rural (planeamento territorial, agricultura e segurança alimentar); governo, democracia e direitos humanos; paz e segurança; desenvolvimento humano; coesão social e emprego.

Adicionalmente, a UE conta também com o trabalho desenvolvido pela Agência Europeia dos Direitos Fundamentais²⁷, criada em 2007 e precedida pelo Observatório Europeu do Racismo e da Xenofobia (1998-2007). Surge com o objectivo de prestar assistência e aconselhamento às instituições e autoridades da UE e Estados-Membros. A Agência segue três pressupostos: colecta e análise de dados objectivos, fiáveis e comparáveis; colaboração com redes de organizações parceiras, certificando-se que a investigação feita pela Agência se adequa às suas necessidades e complementa as acções de outras instituições; aconselhamento das informações reunidas às organizações parceiras e ao público em geral para a sensibilização para os direitos fundamentais. A sua actividade gira em torno dos seguintes temas²⁸: racismo, xenofobia e intolerância; discriminação baseada em sexo, raça ou origem étnica, religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual contra pessoas pertencentes a minorias; a compensação das vítimas; os direitos da criança, incluindo a protecção de crianças; imigração, asilo e integração dos migrantes; controle de vistos e fronteiras; participação dos cidadãos no funcionamento democrático da UE; da sociedade de informação e, em particular, pela vida privada e protecção de dados pessoais; acesso a uma justiça eficiente e independente. A Agência Europeia dos Direitos Fundamentais colabora com vários tipos de instituições, dentro e fora da UE, governamentais e da sociedade civil.

1.6.3. Organização dos Estados Americanos

Apresentando-se como a mais antiga organização regional do mundo²⁹, remonta à Primeira Conferencia Internacional Americana de 1889 a 1890, estabelecendo-se aqui a União Internacional das Repúblicas Americanas. A Organização dos Estados

²⁶ http://ec.europa.eu/europeaid/what/development-policies/intervention-areas/index_en.htm#

²⁷ http://fra.europa.eu/fraWebsite/about_fra/who_we_are/origins/origins_en.htm

²⁸ http://fra.europa.eu/fraWebsite/about_fra/what_we_do/themes/themes_en.htm

²⁹ http://www.oas.org/pt/sobre/quem_somos.asp

Americanos (OEA) estabelece-se em 1948, assinando a Carta da OEA no mesmo ano, que entra em vigor a 1951. Tem actualmente 35 Estados membros, tendo concedido o estatuto de observador permanente a 62 e à UE. Os seus objectivos principais são³⁰: garantir a paz e a segurança continentais; promover e consolidar a democracia representativa, respeitando o princípio da não intervenção; prevenir as possíveis causas de dificuldades e assegurar a solução pacífica das controvérsias que surjam entre os seus membros; organizar a acção solidária destes em caso de agressão; procurar a solução dos problemas políticos, jurídicos e económicos que surgirem entre os Estados membros; promover, por meio da acção cooperativa, o seu desenvolvimento económico, social e cultural; erradicar a pobreza crítica, que constitui um obstáculo ao pleno desenvolvimento democrático dos povos do Hemisfério; alcançar uma efectiva limitação de armamentos convencionais que permita dedicar a maior soma de recursos ao desenvolvimento económico-social dos Estados membros.

São, ainda, os seus princípios³¹: o direito internacional é a norma de conduta dos Estados em suas relações recíprocas; a ordem internacional é constituída essencialmente pelo respeito à personalidade, soberania e independência dos Estados e pelo cumprimento fiel das obrigações emanadas dos tratados e de outras fontes do direito internacional; a boa-fé deve reger as relações dos Estados entre si; a solidariedade dos Estados americanos e os altos fins a que ela visa requerem a organização política dos mesmos, com base no exercício efectivo da democracia representativa; todo Estado tem o direito de escolher, sem ingerências externas, o seu sistema político, económico e social, bem como de organizar-se da maneira que mais lhe convenha, e tem o dever de não intervir nos assuntos de outro Estado; os Estados americanos cooperarão amplamente entre si, independentemente da natureza de seus sistemas políticos, económicos e sociais; a eliminação da pobreza crítica é parte essencial da promoção e consolidação da democracia representativa e constitui responsabilidade comum e compartilhada dos Estados americanos; os Estados americanos condenam a guerra de agressão, isto é, a vitória não dá direitos; a agressão a um Estado americano constitui uma agressão a todos os demais Estados americanos; as controvérsias de carácter internacional, que surgirem entre dois ou mais Estados americanos, deverão ser resolvidas por meio de processos pacíficos; a justiça e a segurança sociais são bases de uma paz duradoura; a cooperação económica é essencial para o bem-estar e para a

³⁰ <http://www.oas.org/pt/sobre/proposito.asp>

³¹ <http://www.oas.org/pt/sobre/principios.asp>

prosperidade comum dos povos do Continente; os Estados americanos proclamam os direitos fundamentais da pessoa humana, sem fazer distinção de raça, nacionalidade, crença ou sexo; a unidade espiritual do Continente baseia-se no respeito à personalidade cultural dos países americanos e exige a sua estreita colaboração para as altas finalidades da cultura humana; a educação dos povos deve orientar-se para a justiça, a liberdade e a paz.

Dentro dos órgãos da OEA funciona a Comissão Interamericana de Direitos Humanos³², criada em 1959, tem como funções e atribuições³³: receber, analisar e investigar petições individuais que alegam violações dos direitos humanos, segundo o disposto nos artigos 44 a 51 da Convenção; observar o cumprimento geral dos direitos humanos nos Estados membros, e quando o considera conveniente, publicar as informações especiais sobre a situação em um estado específico; realizar visitas *in loco* aos países para aprofundar a observação geral da situação, e/ou para investigar uma situação particular (geralmente, essas visitas resultam na preparação de um relatório respectivo, que é publicado e enviado à Assembleia Geral); estimular a consciência dos direitos humanos nos países da América (além disso, realizar e publicar estudos sobre temas específicos como, por exemplo, sobre medidas para assegurar maior independência do poder judiciário, actividades de grupos armados irregulares, a situação dos direitos humanos dos menores, das mulheres e dos povos indígenas); realizar e participar de conferências e reuniões com diversos tipos de representantes de governo, universitários, organizações não governamentais, etc., para difundir e analisar temas relacionados com o sistema interamericano de direitos humanos; fazer recomendações aos Estados membros da OEA acerca da adopção de medidas para contribuir com a promoção e garantia dos direitos humanos; requerer aos Estados membros que adotem “medidas cautelares” específicas para evitar danos graves e irreparáveis aos direitos humanos em casos urgentes (pode também solicitar que a Comissão Interamericana requeira “medidas provisionais” dos Governos em casos urgentes de grave perigo às pessoas, ainda que o caso não tenha sido submetido à Comissão); remeter os casos à jurisdição da Comissão Interamericana e actuar frente à Comissão em determinados litígios; solicitar “Opiniões Consultivas” à Comissão Interamericana sobre aspectos de interpretação da Convenção Americana.

³² <http://www.cidh.oas.org/que.port.htm>

³³ Idem

Além de outros documentos, tratados e convenções, podemos realçar a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem³⁴, aprovada em 1948. Estão previstos os direitos: à vida, liberdade, segurança e integridade; igualdade perante a lei; liberdade religiosa e de culto; liberdade de investigação, opinião, expressão e difusão; direito à protecção da honra, reputação pessoal e vida particular e familiar; à constituição e protecção da família; protecção à maternidade e à infância; residência e trânsito; à inviolabilidade do domicílio (e correspondência); à preservação da saúde e ao bem-estar; à educação; à cultura; ao trabalho e a uma retribuição justa; ao descanso e ao seu aproveitamento; à protecção social; reconhecimento da personalidade jurídica e dos direitos civis; à justiça; à nacionalidade; de sufrágio e de participação no governo; reunião; associação; propriedade; petição; protecção contra prisão arbitrária; processo regular; direitos do homem. Nesta Declaração estão igualmente previstos os deveres: perante a sociedade; para com os filhos e pais; instrução; sufrágio; obediência à lei; servir a colectividade e a nação; assistência e protecção social; pagamento de impostos; trabalho; abstenção em actividades políticas em países estrangeiros.

Já em 1969, é assinada a Convenção Americana sobre Direitos Humanos³⁵, que reafirma e especifica as intenções anteriores, acrescentando, ainda, as cláusulas de funcionamento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Assim, são funções da Comissão: estimular a consciência dos direitos humanos nos povos da América, formular recomendações aos governos dos Estados membros, preparar estudos e relatórios, solicitar informações aos Estados membros sobre as medidas de direitos humanos, assessorar e responder às solicitações dos Estados membros, actuar em relações a petições e outras comunicações e apresentar um relatório anual à Assembleia Geral.

1.6.4. União Africana

Formada em 1963, na época denominada de Organização da Unidade Africana, surge como resposta às grandes mudanças devido ao processo de descolonização³⁶, pela necessidade de um órgão de gestão central dos problemas comuns aos vários países, como se pode ler na introdução da Carta da OUA³⁷. Na mesma, é referido que cada pessoa deve controlar o próprio destino e que este é um direito inalienável, assim como

³⁴ http://www.cidh.oas.org/Basicos/Portugues/b.Declaracao_Americana.htm

³⁵ http://www.cidh.oas.org/Basicos/Portugues/c.Convencao_Americana.htm

³⁶ <http://www.au.int/en/about/nutshell>

³⁷ http://www.au.int/en/sites/default/files/OAU_Charter_1963.pdf

o direito do povo africano em definir as suas aspirações e legitimá-las a partir de objectivos como liberdade, igualdade, justiça e dignidade. Os Chefes de Estado devem assumir a responsabilidade pela defesa do seu povo, promovendo a cooperação e entendimento comum, de forma a atingir o progresso humano, paz e segurança. Defendem a vigilância e a independência, nomeadamente contra formas de neo-colonialismo.

Foram igualmente definidos os cinco princípios da OUA: promover a solidariedade e unidade entre os Estados Africanos; coordenar e intensificar a sua cooperação e esforços para atingir um nível de vida melhorado para o povo africano; defender a soberania, integridade territorial e independência; erradicar todas as formas de colonialismo de África; promover a cooperação internacional, através da Constituição dos Estados Unidos e da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Os Estados Membros comprometem-se a coordenar as suas políticas e a promover a cooperação política, diplomática, económica (incluindo de transportes e comunicações), educativa e cultural, nutricional e sanitária, técnica e científica e de defesa e segurança. Aceitam uma soberania igual e o direito à não interferência na política e integridade territorial internas, negociação e mediação pacíficas, proibição de actividades subversivas e condenação no caso de assassinio político e emancipação dos países africanos ainda dependentes. Temas como descolonização, Apartheid e discriminação racial, Nações Unidas, desarmamento, cooperação, questões sociais e de trabalho, foram abordados na primeira Conferência em 1963³⁸.

Adoptada em 1981 e ratificada em 1986, a Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos³⁹ invoca a liberdade, justiça e dignidade, reforçando a necessidade de combater o colonialismo e melhorar a cooperação internacional. É aqui sublinhada a importância da tradição histórica e valores da civilização africana, assente numa perspectiva de desenvolvimento; pretende-se a libertação do continente de formas de neocolonialismo, bases militares e da discriminação em geral, nomeadamente, de raça, etnia, cor, sexo, língua, religião e opinião política. No primeiro capítulo, os Estados Membros comprometem-se a adoptar e aplicar medidas legislativas na protecção dos direitos, liberdade e integridade física e moral das populações. São abolidas todas as formas de exploração, em especial, escravatura, tráfico humano e tortura física e moral,

³⁸

http://www.au.int/en/sites/default/files/ASSEMBLY_EN_22_25_MAY_1963_ASSEMBLY_HEADS_STATE_GOVERNMENT_FIRST_ORDINARY_SESSION.pdf

³⁹ http://www.achpr.org/english/_info/charter_en.html

assim como casos de prisão arbitrária, uma vez que se deve presumir inocência até prova de contrário por processo em tribunal. Outros direitos são mencionados: liberdade de consciência, profissão, religião, informação, associação, reunião, expressão de opinião, residência, mobilidade internacional, asilo, participação em assuntos públicos, acesso à função pública, uso de serviços públicos, direito à propriedade, trabalho equitativo, educação, cultura, protecção física e moral das famílias, mulheres, crianças, idosos e pessoas incapacitadas, direito de luta contra a opressão e dominação estrangeira (de cariz político, económico ou cultural).

Na mesma Carta estão igualmente previstas as funções da Comissão Africana dos Direitos Humanos e os Povos: reunir documentação e elaborar estudos e encorajar instituições nacionais e locais ligadas aos direitos humanos; formular e elaborar princípios e regras que permitam resolver problemas jurídicos relativos ao gozo dos direitos humanos; cooperar com outras organizações internacionais neste âmbito; executar tarefas confiadas pela Conferência dos Chefes de Estado e de Governo; reinterpretar o presente documento a pedido de um Estado Membro ou de uma organização africana reconhecida, assim como analisar eventuais comunicações recebidas pelos mesmos. Cada Estado Membro signatário deve elaborar, a cada dois anos, um relatório onde constem as medidas, legislativas ou não, por eles aplicadas em relação aos direitos e liberdades descritos na Carta.

A Comissão tem três objectivos primordiais: a protecção dos direitos humanos, a sua promoção e a interpretação da Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos. Outros documentos norteiam a sua acção: a Carta Africana dos Direitos e do Bem-estar da Criança⁴⁰ (adoptada em 1990 e ratificada a 1999); o Protocolo da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos para o estabelecimento do Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos⁴¹ (adoptado em 1998 e ratificado em 2004); o Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos relativo aos Direitos das Mulheres⁴² (adoptado em 2003 e ratificado em 2005); a Convenção da OUA que rege os Aspectos Específicos dos Problemas dos Refugiados em África⁴³ (adoptada em 1969 e ratificada a 1974).

Em 2000, a OUA transforma-se na União Africana, reunindo 53 países e, assim, cobrindo quase toda a área geográfica do Continente. A UA passa a ter uma

⁴⁰ http://www.achpr.org/english/_info/child_en.html

⁴¹ http://www.achpr.org/english/_info/court_en.html

⁴² http://www.achpr.org/english/_info/women_en.html

⁴³ http://www.achpr.org/english/_info/refugee_en.html

Constituição⁴⁴, que acrescenta algumas ideias à Carta da OUA, nomeadamente, a necessidade de promoção socio-económica face aos desafios da globalização, particularmente através de jovens, mulheres e do sector privado, de forma a criar mais unidade e solidariedade, sendo que a paz, segurança e estabilidade são para isso essenciais. Pretende-se, também, a redução dos conflitos, a promoção dos direitos humanos, a consolidação das instituições democráticas e de cultura e o reforço interno de poder e recursos. Os seus objectivos são: maior unidade e solidariedade entre os países e povos africanos; a defesa da soberania, a integridade territorial e a independência dos Estados Membros; aceleração da integração socio-económica e política do continente; promoção e defesa dos interesses africanos comuns; encorajar a cooperação internacional, a partir da Constituição dos Estados Unidos e da Declaração Universal dos Direitos Humanos; promover a paz, segurança e estabilidade no continente; fomentar princípios e instituições democráticas, participação popular e um bom governo; impulsionar e proteger os direitos humanos e dos povos, de acordo com a Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos e outros instrumentos de direitos humanos; estabelecer as condições necessárias que permitam um melhor desempenho do continente na economia global e negociações internacionais; promover o desenvolvimento sustentável, a nível económico, social e cultural, assim como a integração das económicas africanas; desenvolver a cooperação em todos os campos de actividade humana para melhorar as condições de vida dos povos africanos; coordenar e harmonizar as políticas entre comunidades económicas regionais, existentes e futuras, de forma a atingir gradualmente os objectivos da União; desenvolver o continente através de pesquisa em todos os campos, particularmente, ciência e tecnologia; trabalhar com parceiros internacionais relevantes para erradicar doenças e promover a saúde no continente.

1.6.5. Liga Árabe e Organização da Conferência Islâmica

Tendo completado 55 anos de existência no final do milénio⁴⁵, formou-se com sete países, totalizando agora 22. Embora a ideia de unificar os países árabes já existisse, pela identidade comum construída em torno da história e cultura, a Liga surge como resistência a uma era colonial, pelos grandes fluxos migratórios e pelas tensões

⁴⁴ http://www.achpr.org/english/_info/constitutive_en.html

⁴⁵ Nota: as informações constam no site oficial da Liga Árabe (<http://www.arableagueonline.org>), não disponíveis noutras línguas, pelo que a tradução foi efectuada através do serviço google translate.

crescentes com o Ocidente⁴⁶. Mais especificamente, por iniciativa do governo egípcio realiza-se em 1944 uma conferência com os representantes do Egipto, Iraque, Síria, Líbano e Transjordânia, onde se elabora o Protocolo de Alexandria para a formação da Liga, oficialmente constituída em 1945. Nesse documento estão redigidos os seus princípios: os Estados Membros gozam de iguais condições de representação; existência de reuniões periódicas para discutir convenções, coordenar investigações políticas para a melhor cooperação entre países e manter a sua independência e soberania perante eventuais ataques políticos; as decisões do Conselho são obrigatórias (no caso de disputa entre membros, o Conselho deve resolve-la e a sua decisão é final); não se recorre à violência para resolver conflitos, nem se podem adoptar condutas de política externa que prejudiquem a política da Liga ou dos países membros; os Estados podem negociar directamente entre si; deve reconhecer-se a independência e soberania dos países, marcada pelas fronteiras já existentes.

A sua estrutura conta com três grandes grupos: Conselho, composto pelos representantes dos Estados membros, cada um com direito a voto; Comissões Permanentes, com um delegado por cada Estado membro, com direito a voto; Secretariado, que inclui um Secretário-Geral (com mandato renovável de cinco anos), secretários assistentes e outros funcionários⁴⁷. O Conselho, órgão supremo, tem como funções: assegurar a execução dos acordos entre os Estados membros, investigar possíveis agressões que decorrerem contra estes países, mediar pacificamente os conflitos entre os Estados, cooperar com instituições internacionais para a preservação da paz e segurança internacionais, nomear o Secretário-Geral, avaliar e aprovar o orçamento da Liga e desenvolver as suas próprias regras de funcionamento, assim como das Comissões Permanentes e da Secretaria. As Comissões Permanentes deverão: formar grupos de trabalho nas diversas áreas de cooperação e proceder a votações sobre as resoluções adoptadas. O Secretariado assume as responsabilidades das tarefas administrativas e técnicas do Conselho e das Comissões Permanentes, assim como as tarefas políticas, isto é, através de uma participação activa nos órgãos referidos. A Liga Árabe compromete-se com a promoção da independência dos países árabes, da participação na resolução de conflitos entre países, da cooperação árabe e da sua representação nos fóruns internacionais.

⁴⁶ http://www.arableagueonline.org/las/arabic/categoryList.jsp?level_id=143

⁴⁷ http://www.arableagueonline.org/las/arabic/categoryList.jsp?level_id=143

Em 2004 é adoptada a Carta Árabe dos Direitos Humanos⁴⁸ pela Liga, iniciando o Preâmbulo com as alusões à fé da nação árabe e aos seus valores humanos, que incluem a vida digna, justiça, liberdade, igualdade, fraternidade e tolerância. Orgulham-se dos princípios humanitários estabelecidos ao longo da sua história, que consagram uma região de conhecimento e sabedoria de referência em todo o mundo; rejeitam todas as formas de racismo e sionismo, que constituem uma violação dos direitos humanos e uma ameaça à paz e segurança internacionais. Referem o direito das nações à autodeterminação e à preservação da sua riqueza e desenvolvimento e reafirmam os princípios da Carta das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Pacto Internacional dos Direitos Económicos, sociais e culturais.

São objectivos da Carta Árabe: colocar os direitos humanos no centro das preocupações nacionais dos Estados Árabes; destacar a identidade dos mesmos pelo orgulho pelo país, à terra, história e interesses comuns, em conformidade com os princípios e valores universais internacionais; preparar as novas gerações dos Estados Árabes para uma vida livre e responsável de uma sociedade civil que se caracteriza pela solidariedade e tolerância, com o fundamento de equilíbrio entre direitos e deveres; consagrar o princípio dos direitos humanos como universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados. No Artigo nº 3 mencionam a igualdade entre homens e mulheres em relação à dignidade humana, direitos e obrigações, estabelecidas pela lei divina e pelas restantes legislações; a sentença de morte pode ser aplicada aos crimes mais graves, desde que não seja aplicada a menores de 18 anos ou a grávidas ou mulheres que amamentam até aos dois anos. Ninguém deverá ser submetido a tortura física ou psicológica ou outros tratamentos cruéis; escravidão e tráfico humano são proibidos. São proibidos também o trabalho forçado, a exploração sexual e o uso de crianças em conflitos armados. Qualquer pessoa goza de igualdade perante a lei e tribunais, devendo cada Estado garantir que não interferirá nestes procedimentos. A Carta Árabe prolonga-se, pormenorizando várias outras questões que são similares aos documentos internacionais (direito à segurança pessoal, propriedade privada, liberdade de opinião/expressão, representação jurídica, interferência na privacidade, livre exercício de actividade política e de associação/reunião pacíficas, movimento, nacionalidade e não discriminação, etc.). Não podem ser impostas restrições quanto à liberdade de pensamento e religião, a não ser nos casos previstos por lei (Artigo nº 30);

⁴⁸ http://www.arableagueonline.org/las/arabic/categoryList.jsp?level_id=1762

o casamento não pode acontecer sem o pleno e livre consentimento de ambas as partes. Constam, ainda, da presente Carta especificações claras sobre a acção e leis a implementar nos Estados membros, no desenvolvimento, na protecção dos indivíduos, educação, entre outros. No presente documento, prevê-se a criação da Comissão de Direitos Humanos, tal como as suas regras de funcionamento, em concordância com os aspectos anteriormente mencionados.

A Organização da Conferência Islâmica surge em 1969; tendo sido formada depois da Liga Árabe é, contudo, pioneira na redacção de um documento ligado aos direitos humanos. Denominada como “Declaração do Cairo sobre os Direitos Humanos no Islão”⁴⁹, de 1990, serve o propósito de orientar os Estados membros no tema dos direitos humanos. Nela afirmam o papel civilizador e histórico da nação islâmica, a melhor civilização que Deus fez e, por isso, que serve de guia para a humanidade confusa, dando soluções de fé aos problemas materialistas. Acreditam que os direitos e liberdades fundamentais são parte integrante da religião islâmica, já que todos os seres humanos formam a família descendente de Adão. Todos os homens são iguais em dignidade humana e obrigações básicas, nenhum sendo superior ao outro, excepto quando se tratam de acções de piedade. A vida é uma dádiva de Deus, portanto, a aniquilação por genocídio é proibida; em caso de conflito armado não é permitido matar idosos, mulheres ou crianças. Os feridos têm direito a tratamento médico e os prisioneiros de guerra devem ser alimentados, abrigados e vestidos e têm direito às visitas da família; é proibido mutilar corpos sem vida, assim como derrubar árvores, prédios ou danificar cultivos ou animais dos inimigos. Todo o ser humano tem direito à protecção do seu bom nome e honra, na vida e na morte. A mulher é igual ao homem, em dignidade e nos deveres a cumprir, tal como na preservação do seu nome e linhagem e independência financeira; o marido é responsável pelo suporte e bem-estar da família. Direito à saúde e educação, material de higiene e cuidados morais devem ser dados às crianças; os pais têm o direito de escolher o tipo de educação a dar aos seus filhos, desde que tenham em conta os interesses da criança e esteja de acordo com os valores e princípios éticos da Shari’ah (código de conduta ou lei religiosa do Islão). Todos têm direito à representação legal. A educação pode ser religiosa e mundana, equilibrando-as, de forma a desenvolver a personalidade e fortalecer a fé em Deus. Escravidão, humilhação, opressão ou exploração são proibidos; a subjugação só pode existir perante

⁴⁹ <http://www.oic-oci.org/english/article/human.htm>

Deus. O colonialismo é proibido; liberdade de movimento, residência e trabalho são direitos. A produção científica, literária, artística ou técnica são permitidos, desde que em conformidade com a Shari'ah. Toda a pessoa tem direito a viver num ambiente limpo, à assistência médica e social e a uma vida decente, que permita satisfazer as necessidades próprias e dos seus dependentes. A Declaração finaliza-se com a referência de que qualquer esclarecimento ou explicação sobre qualquer um dos artigos deve ser feita à luz da Shari'ah Islâmica.

A Organização da Conferência Islâmica conta actualmente com 57 Estados membros e pretende proteger os interesses do mundo Muçulmano, promovendo a paz e harmonia internacionais⁵⁰. Mais especificamente, são objectivos a consolidação dos laços de fraternidade e solidariedade entre os Estados membros, proteger os seus interesses, respeitar o direito da não interferência e auto-determinação nas políticas internas, assegurar a participação activa dos Estados membros nos vários domínios, reafirmar os direitos humanos (como previstos na Declaração das Nações Unidas), fortalecer as trocas comerciais islâmicas, atingir desenvolvimento sustentável e compreensivo dos Estados membros, proteger e defender uma imagem verdadeira do Islão e promover o diálogo entre civilizações e religiões e fortalecer o desenvolvimento científico e tecnológico entre os Estados membros.

Os Estados membros comprometem-se com os seguintes princípios: objectivos da Declaração das Nações Unidas; direitos e obrigações iguais, independência e soberania dos Estados membros; resolução pacífica de disputas; não interferência nas políticas internas; promoção, a nível nacional e internacional, do bom governo, democracia, direitos humanos e liberdades fundamentais. A OCI estrutura-se desta forma: Conferência Islâmica (órgão supremo, constituído pelos Chefes de Estado membros, reunindo uma vez em três anos para deliberar e assegurar o cumprimento dos objectivos propostos); Conselho dos Negócios Estrangeiros (reúne uma vez ao ano, adoptando decisões e resoluções e revendo processos); Secretaria-Geral (órgão executivo, encarregue de implementar as decisões dos dois órgãos anteriores). Outras Comissões e Institutos próprios ou afiliados trabalham em conjunto com a OIC.

⁵⁰ http://www.oic-oci.org/page_detail.asp?p_id=52

1.6.6. Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN)

Fundada em 1967 pelos Ministros da Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura e Tailândia⁵¹ visa estabelecer a cooperação económica, social, cultural, técnica e educacional e promover a paz e segurança regionais, respeitando os princípios de justiça e legislação previstos na Carta das Nações Unidas. É redigida nessa ocasião a Declaração de Bangkok⁵², onde especificam os propósitos já referidos e definem a organização e funcionamento da Associação, que possibilita a participação de todos os países do sudeste asiático, desde que pretendam cumprir os seus objectivos e princípios.

Assim, Brunei (1984), Vietname (1995), Laos (1997), Mianmar (1997) e Cambodja (1999) acabam por se associar, subscrevendo a Declaração e comprometendo-se a resolver pacificamente eventuais disputas e a respeitar a independência e igualdade entre Estados-Membros.

Uma dos órgãos da ASEAN é a Comissão Intergovernamental de Direitos Humanos (AICHR) que conta com a participação dos Estados-Membros mencionados, e através da qual pretendem, como descrito no documentos dos Termos de Referência da Comissão⁵³, promover os direitos humanos e proteger o direito à paz, dignidade e prosperidade, tal como desenvolver a cooperação harmoniosa e estável entre Estados. A Comissão, segundo o mesmo documento, faz parte integral da estrutura organizativa da ASEAN, desempenhando funções consultivas. São aqui definidas questões de funcionamento, como a presidência e outros cargos desempenhados, responsabilidade, imunidades e privilégios, financiamentos, decisões, reuniões, etc., incluindo a necessidade de revisão a cada cinco anos. A AICHR compromete-se ainda a seguir os padrões internacionais de direitos humanos, nomeadamente os previstos na Declaração Universal de 1948.

1.6.7. Amnistia Internacional

Criada em 1961⁵⁴, e tendo como origem a publicação de uma notícia de dois portugueses presos por terem apelado à liberdade⁵⁵, nasce do apelo do advogado britânico Peter Benenson para a ajuda a pessoas que foram detidas ou presas pelas suas convicções políticas ou religiosas ou por preconceitos raciais ou linguísticos, acabando

⁵¹ <http://www.asean.org/7069.htm>

⁵² <http://www.asean.org/1212.htm>

⁵³ <http://www.asean.org/publications/TOR-of-AICHR.pdf>

⁵⁴ http://www.amnistia-internacional.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=14&Itemid=28

⁵⁵ <http://www.amnesty.org/en/who-we-are/history>

por aparecer em vários jornais em todo o mundo. Representantes de vários países responderam, dando-se a primeira reunião ainda no mesmo ano. Em 1962 são realizadas em primeiras viagens a prisioneiros de consciência, foi criado um Fundo de ajuda, publicados 1200 relatórios sobre prisioneiros dos já 70 grupos existentes em sete países. Continuando a crescer, em 1965 publica o primeiro relatório sobre condições nas prisões em Portugal, África do Sul e Roménia; em 1969 torna-se consultora da UNESCO. Em 1972, já com 850 grupos, lança a primeira campanha mundial contra a tortura; durante a década, contam-se prémios Nobel e de reconhecimento público, participando em Tratados com as Nações Unidas. Em 1983 publicam o primeiro relatório sobre assassinatos políticos cometidos por governos; ganham cada vez mais apoio de celebridades e desenvolvem várias actividades. Em 1990 têm membros em 150 países, atingindo um milhão em 1992; elaboram campanhas sobre outros temas como direitos das mulheres e refugiados. Até hoje, a organização continua a expandir-se, multiplicando os seus esforços, através de relatórios e campanhas.

A Amnistia defende um mundo onde todas as pessoas desfrutam de todos os direitos humanos consagrados na Declaração Universal e noutros tratados internacionais. Para isso, investiga e age através de campanhas de prevenção para acabar com as ameaças à integridade física e mental, à liberdade de consciência e expressão. Estes são os valores de base referidos: “A Amnistia Internacional forma uma comunidade global de defensores dos Direitos Humanos, regidos pelos princípios de solidariedade internacional, acção efectiva no caso das vítimas individuais, cobertura global, a universalidade e indivisibilidade dos Direitos Humanos, imparcialidade e independência e democracia e respeito mútuo”⁵⁶. A Amnistia dirige-se a organizações internacionais governamentais ou não governamentais, denunciando as violações de direitos humanos de forma precisa e sistemática, dando atenção a casos individuais, assim como aos padrões de abusos. Os resultados são publicados e servem para fazer pressão sobre os governos; desenvolve também actividades educativas e encoraja os indivíduos e a sociedade em geral a apoiar e respeitar os direitos humanos.

A Amnistia decompõe-se em três órgãos. A Comissão Executiva Internacional é composta por nove pessoas, eleitos a cada dois anos (com o máximo de dois mandatos seguidos); reúne pelo menos duas vezes a cada ano e as suas funções são assegurar que o movimento cumpre as regras da Amnistia, garantir uma gestão integrada, assegurar a

⁵⁶ http://www.amnistia-internacional.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=14&Itemid=28

boa gestão financeira, dar o consentimento para o estabelecimento de perfis e outros organismos da Amnistia, supervisionar e assegurar a entrega de relatórios dos órgãos da Amnistia, tomar decisões internacionais e assegurar o desenvolvimento dos recursos humanos. A Comissão nomeia o Secretário-geral, que é o responsável pelo funcionamento do movimento a nível global, actuando como porta-voz, conselheiro e chefe executivo da sua Administração. Este terceiro elemento da Amnistia é composta pelos Directores Seniores que trabalham directamente com os departamentos, de forma a delinear estratégias, gerir operações e apoiar os grupos de trabalho e voluntários.

A Amnistia Internacional publica relatórios anuais sobre as violações de direitos humanos em 159 países⁵⁷. No vídeo associado à publicação deste relatório, disponível no site institucional, alguns membros da Amnistia apresentam o argumento de que ninguém está acima da lei, que inclui não só a proibição de assassinatos e torturas, como prevê o direito de alimentação, educação e acesso aos serviços de saúde. Ou seja, os vários governos, especialmente os que aspiram à liderança mundial (EUA e China), devem comprometer-se com a lei internacional, sendo esse o caminho para acabar com as violações de direitos humanos no mundo e, assim, tornar os objectivos do Milénio não meras aspirações políticas, mas cada vez mais uma realidade partilhada.

1.6.8. Human Rights Watch

Nascida em 1978⁵⁸ com o propósito de denunciar as violações de direitos humanos cometidos pela União Soviética, a Helsinki Watch é a primeira das organizações que vão, posteriormente, compor a Human Rights Watch: a Americas Watch (1981), Asia Watch (1985), Africa Watch (1988) e a Middle East Watch (1989). Em 1988 adopta-se formalmente a designação actual.

Nos anos 90 fazem uma série de relatórios sobre a guerra do golfo, genocídios no Ruanda e Balcãs, criticaram governantes e o funcionamento de alguns tribunais; reforçaram os direitos das mulheres, crianças, refugiados e trabalhadores imigrantes, entre outros, merecendo um prémio Nobel em 1997. Depois de 2000, questões ligadas ao terrorismo e a proliferação do HIV/Sida são incorporadas, ao mesmo tempo que desenvolvem metodologias de captação e análise de informação.

É uma organização não governamental, com mais de 280 colaboradores com diferentes origens e formações, e publica a cada ano mais de 100 relatórios sobre cerca

⁵⁷ <http://thereport.amnesty.org/>

⁵⁸ <http://www.hrw.org/en/node/75134>

de 90 países (em cada ano é também redigido um relatório anual). Contacta regularmente com as Nações Unidas, União Africana, União Europeia, instituições financeiras e cooperativas em todo o mundo. Tem como missão a protecção dos direitos humanos, de vítimas e activistas que actuam sobre a discriminação; defendem a liberdade política, a protecção de pessoas em tempos de guerra e a punição de criminosos.

1.7. Direitos humanos na política externa dos EUA

Geralmente não adoptando posturas radicais, muitos autores referem que a acção dos EUA quanto à promoção dos direitos humanos tem, simultaneamente, efeitos positivos e negativos, isto porque pode ser acompanhada de interesses próprios, como indica, por exemplo, António Teixeira Fernandes (2009) ao referir a instrumentalização dos direitos humanos: “as exigências universais de tais direitos não farão mais do que dissimular uma vontade de dominação e imperialismo” (Fernandes, 2009: 45), ou seja, a instrumentalização do conceito funciona “a favor de causas que não são humanitárias” (idem), já que “a ideologia de grupos ou de poderes constituídos tendem, por vezes, a colocar os direitos humanos ao serviço de interesses e de privilégios particulares” (ibidem).

Larman C. Wilson (2004) equaciona este problema no contexto americano à luz da dificuldade de conciliar direitos humanos e segurança nacional. Argumenta que a segurança nacional acaba por transcender todas as outras questões; mas, se a sobrevivência não está em jogo, e principalmente tratando-se de uma superpotência, um líder mundial, com um sistema de representação democrático, os direitos humanos serão sempre essenciais. Acrescenta que esta tentativa de equilíbrio entre ambas será sempre um dilema para os EUA no estabelecimento de política externa.

Já Michael Ignatieff (2005) afirma que os EUA demonstraram capacidades de liderança excepcionais na promoção dos direitos humanos, ao mesmo tempo que, no seu próprio país, resistiram em corresponder aos seus padrões, afastando-os para o cenário internacional. Em algumas administrações, os direitos humanos foram considerados sinónimos dos valores americanos, enquanto noutras foi enfatizada a superioridade destes valores quando comparados aos padrões internacionais. De qualquer das formas, os EUA tiveram um papel líder na criação da Declaração dos Direitos do Homem, de

1948; durante a Guerra Fria e depois, poucos defenderam como eles os direitos humanos, o mercado livre e a democracia. Desde os anos 70, promovem a ajuda externa ligada aos direitos humanos e desenvolvem relatórios anuais de direitos humanos de outros estados, baseados na liberdade religiosa, igualdade de género, direitos democráticos e abolição de escravatura, entre outros. Por outro lado, estando, alegadamente, na primeira linha do combate às violações de direitos humanos, falharam, ao mesmo tempo, na assinatura de Convenções e Tratados e ignoraram críticas e sugestões das Nações Unidas (a mesma análise pode, contudo, aplicar-se a outras nações democráticas). Ignatieff defende que os EUA mantêm, então, um padrão duplo, julgando-se a si mesmo e aos seus amigos através de critérios mais permissivos do que aqueles que são aplicados aos seus inimigos. Por outro lado, os EUA negam a jurisdição da lei internacional de direitos humanos, defendendo a autoridade e tradição dos seus direitos internos.

O caso dos EUA é único porque pretende (retoricamente) a liderança pela promoção global dos direitos humanos. Uma das explicações para esse facto, segundo o autor, está relacionada com a própria cultura americana, nomeadamente dos seus líderes, que sempre adoptaram uma postura messiânica do papel do país na promoção dos direitos humanos no mundo. Também, a ascendência americana na política mundial coincide com a proliferação internacional dos direitos humanos, levando à crença de que os valores americanos têm significado e aplicação universal. Assim, a visão messiânica e o interesse nacional colidem, alimentados, porém, pelo narcisismo e nacionalismo típicos dos estados poderosos que reuniram conquistas e sucessos durante vários anos. Os EUA tentam corresponder à sua missão sem que o interesse nacional seja afectado, exportando os valores americanos e limitando a interferência externa nas leis nacionais.

Contudo, outros países contraíram de igual modo esta missão: França, Inglaterra e União Soviética são disso exemplos, que aliás, competiram com os EUA neste sentido. Contudo, os EUA são os únicos sobreviventes destas ideologias imperiais, alicerçados no desejo sincero da população americana em partilhar os seus benefícios com o mundo; esta postura é, porém, interpretada pelas outras nações como uma tentativa hegemónica de interferência nos seus assuntos nacionais.

Concordando, Marcelo Santos enquadra historicamente a actuação norte-americana na cena internacional da seguinte forma: “reconhecendo sua fragilidade diante dos europeus no sentido de intervir com sucesso no contexto internacionalo, a política

externa norte-americana do século XIX priorizou a consolidação da nação, procurando garantir sua segurança e unidade nacional através de um distanciamento da Europa. Estava em causa a tarefa de preservar o experimento republicano, livre e democrático, visto pelos norte-americanos como algo excepcional e peculiar no mundo. Nesse sentido, o isolacionismo significou a rejeição a compromissos externos, como forma de garantir a nação livre de interferências que pudessem comprometer a pureza, tanto de seus excepcionais valores morais, como de suas sofisticadas instituições. Havia a convicção entre os norte-americanos de estarem construindo algo novo e diferente no resto do mundo que, portanto, precisava ser preservado, para posteriormente servir de modelo e exemplo a outros povos” (Santos, 2007: 20). Então, primeiro, “os EUA se colocam como um modelo de sociedade a ser imitado, concentrando todos os seus esforços na realização daquilo que imaginam ser o seu destino próprio. Daí decorrerem as suas dificuldades no sentido de participar de grandes acordos que limitem suas acções no sistema internacional. Segundo: em geral, as posições dos EUA no sistema internacional são apresentadas como uma missão, um direito ou um dever no sentido de preservar e difundir os seus excepcionais ideais democráticos e libertários, ainda que os seus interesses reais possam ser expansionistas, imperialistas e intervencionistas” (Santos, 2007: 23).

Na mesma linha, Julie A. Mertus (2004) refere que os direitos humanos sempre fizeram parte da imagem dos EUA, pela necessidade de promover uma identidade nacional e valores positivos. Acrescenta que os usa como justificações para os seus actos, continuando a reforçar a ideia de liderança, até mesmo quando publicamente se sabe que participam em processos que os violam. Os EUA manipulam a ideologia em torno dos direitos humanos para atingir os próprios objectivos, facto que trespassa as várias administrações do país. Como em nenhum outro, a sua política externa está marcada por esta retórica, mas que tenta influenciar e chamar a atenção de outros países quanto à questão dos direitos humanos. Além disso, detêm o apoio generalizado da população americana, especialmente devido aos atentados de 11 de Setembro de 2001 em Nova Iorque, que aceita um duplo padrão onde acções de defesa dos direitos humanos incluem medidas de cariz anti-terrorista. Os direitos humanos foram institucionalizados, mas não se tornaram influências automáticas nas identidades, interesses e expectativas. Ao retirarem-se a si mesmos do escrutínio internacional, reforçam a ideia de que os direitos humanos não se aplicam a todos e de igual modo. Na

medida em que os EUA se vêem como o modelo a seguir estão, por este facto, a dar um mau exemplo a todos os outros.

Perante as críticas mais negativas à acção americana, Richard H. Solomon (2004) afirma que a inclusão dos direitos humanos na política externa americana não é consensual e que muitas são as críticas feitas ao país, perguntando, então, como deverão os EUA lidar com este problema e, mais especificamente, se deverão virar as costas aos avanços consideráveis alcançados nos últimos quarenta anos. Se o fizesse, realça, seria como negar as vantagens dadas pela segurança e prosperidade americana, na proliferação da democracia e dos direitos humanos; seria também abandonar o sentido de missão dos EUA e a percepção de uma sociedade com valores que se fazem sentir globalmente, numa grandeza não só económica e militar, mas de liberdades que inspiram pessoas em todo o mundo. A dificuldade em equilibrar objectivos éticos e práticos não pode ser resolvida simplesmente pelo abandono da componente dos direitos humanos na política externa americana. Deve-se, pelo contrário, esboçar uma política coerente e consistente, encorajando outros políticos a conciliar os seus fins com os seus meios, relembrando os desafios de implementação práticos aquando da concepção de políticas.

Jack Donelly e Debra Liang-Fenton (2004) identificam os instrumentos mais usados pelos EUA na promoção dos direitos humanos na sua política externa: diplomacia privada, diplomacia pública, contactos e intercâmbios culturais e académicos, incentivos e sanções económicas e políticas, promoção da democracia, acções do Congresso e os Relatórios Nacionais sobre Práticas de Direitos Humanos. Reconhecendo que muitas vezes os constrangimentos económicos e políticos se sobrepõem aos baseados em direitos humanos, sublinham que noutras vezes são os últimos que ganham. Defendem, inclusivamente que, através de parcerias públicas e privadas, de maior ou menor dimensão, os outros países podem beneficiar da implementação dos direitos humanos americanos. Acrescentam que a fiscalização das relações entre países onde geralmente não há supervisão é outro ponto-chave, uma vez que podem ocorrer situações onde se defendem interesses que não os de direitos humanos. Acreditam que mesmo algumas iniciativas dos EUA e de instituições internacionais possam ter falhado, a longo prazo têm tido efeitos positivos no fortalecimento das normas internacionais.

Individualmente, Debra Liang-Fenton (2004) interpreta os Relatórios Nacionais sobre Práticas de Direitos Humanos dos EUA como um mecanismo de pressão para que

os vários países se esforcem por melhorar as condições em matéria de direitos humanos e adiram às normas internacionais. Afirmam que os Relatórios contribuem para decisões políticas mais informadas ao mesmo tempo que limitam a possibilidade de justificação, obrigando ao reconhecimento destas situações. Para a autora, a política externa americana valoriza, de igual forma, a sua segurança nacional, estabilidade económica e o respeito pelos direitos humanos.

Se atendermos, mais especificamente, à questão da produção académica, William Gonçalves é da opinião que ela própria é usada, por estes e outros autores, por interesses de manutenção de poder: “o estudo moderno das Relações Internacionais afigurou-se, às elites norteamericanas e inglesas, como tarefa indispensável ao entendimento do mundo em mudança e, desse modo, à manutenção do poder que detinham” (Gonçalves, 2003: 3), acrescentando inclusivamente que isso significa que “não dispõem unicamente do poder político para satisfazer seus respectivos interesses nacionais, como também, do poder sobre o próprio discurso das Relações Internacionais” (idem). O fim da Guerra Fria despoletou, para o autor, a passagem de um sistema internacional bipolar para unipolar: “a vitória estratégica dos Estados Unidos sobre a União Soviética (e sobre o mundo por ela comandado) levou não apenas à mudança da «agenda política internacional», como também, correlativamente, à mudança de enfoque do mundo académico sobre as questões internacionais” (Gonçalves, 2003: 3-4).

Facilmente se percebe nas argumentações destes autores que o tema dos direitos humanos visto através de uma perspectiva americana é controverso, imbuído de desconfianças sobre os seus verdadeiros interesses, mas nunca são ignorados os seus contributos na sua proliferação e defesa ideológica. Existindo uma certa descoincidência entre discurso e acções efectivas, certas iniciativas serão positivas, nomeadamente os Relatórios Nacionais sobre Práticas de Direitos Humanos. Efectivamente, não sendo a única, é a base mais detalhada e abrangente no âmbito deste tema, sendo, por isso, a escolhida para a recolha de dados. Contudo, com mais recursos, seria seguramente interessante e pertinente proceder a uma comparação, se possível, com as outras bases de dados.

2. Elaborando a pesquisa

O presente capítulo destina-se à apresentação e justificação das opções técnicas e metodológicas adoptadas para a realização do trabalho de pesquisa. Começando por uma breve discussão sobre as diferentes metodologias usadas no estudo dos direitos humanos, segue-se a apresentação e justificação da pesquisa documental enquanto metodologia seleccionada para proceder à recolha e análise dos dados. Seguidamente, será explorada a proviniência dessas informações, isto é, proceder-se-á a um enquadramento da fonte usada neste trabalho, sendo que depois será explicada a aplicação técnica da pesquisa documental.

2.1. Problemáticas metodológicas da investigação em direitos humanos

No estudo dos direitos humanos tem vindo a ser empregue um conjunto muito amplo de técnicas e metodologias, que se dividem, segundo Emilie Hafner-Burton e James Ron (2009), em duas comunidades de estudiosos de direitos humanos. A primeira, na vertente qualitativa, é optimista quanto aos efeitos reais dos seus estudos na melhoria das condições da população mundial, enquanto a segunda, que utiliza metodologias quantitativas, tende a ser mais céptica. Contudo, os autores defendem uma terceira opção, isto é, a existência de pesquisas que cruzem as duas tendências; embora tenham lógicas, técnicas e noções de causalidade diferentes, seria uma mais-valia uma reflexão conjunta. Referem que os estudos qualitativos são mais facilmente validados e aceites, mas que colocam dificuldades de comparação com outros estudos. Mas, na análise quantitativa existem problemas na definição de variáveis e medidas a usar no que respeita a comparações dos fenómenos e de tempo entre países, ao contrário da vertente qualitativa, optimista e bem estabelecida no desenho de políticas públicas, no activismo e nos *mass media*.

Os autores elencam um conjunto de problemas no estudo dos direitos humanos, em ambas as metodologias, como o paradigma local/global, as diferentes interpretações filosóficas, noções de causalidade e escolha das variáveis (assim como o próprio desenho de pesquisa), a substituição governamental de um método abusivo por outro, a ausência de dados e o problema das fontes de informação, os problemas de escala e medida e, por estes motivos, a dificuldade de comparação entre estudos. Acrescentam

que na maioria das investigações, não é dada a atenção devida aos direitos sociais e económicos, em contraste com as violações de direitos humanos que põem em risco a integridade física.

Outro autor que se debruça sobre as questões metodológicas neste âmbito é Todd Landman (2003), que recupera as principais análises internacionais sobre direitos humanos, democracia e governo. Com recurso a indicadores, a maioria das metodologias desenvolvidas correspondem a perfis nacionais, a análises sobre a acção governamental ou a fenómenos localizados, focados nos direitos individuais. As iniciativas de medida são controversas e várias: são usados inquéritos, censos, estudos sobre as percepções da população, estatísticas oficiais (nacionais e internacionais) ou relatórios com origem em diferentes instituições ou investigações académicas. Diferentes metodologias, tal como formas diversas de construir de indicadores, contribuem para uma produção de dados divergente: indicadores mais detalhados não permitem uma amostra e comparação globais, enquanto que indicadores mais genéricos, pelo seu elevado nível de abstracção, podem não permitir a diferenciação necessária para uma análise política, por exemplo. No campo específico dos direitos humanos, os indicadores construídos destinam-se geralmente a uma tentativa de monitorização internacional, com enfoque em violações graves de direitos humanos, sendo usados também os índices de desenvolvimento. Estes últimos surgem, em parte, para colmatar a não existência de um consenso sobre o que são direitos económicos, sociais e culturais, em detrimento dos políticos; não obstante, reconhece-se internacionalmente que todos os direitos humanos são indivisíveis e igualmente prioritários. A questão complexifica-se quando se discute a origem e validade dos dados, tratando-se de uma única fonte ou do confronto entre várias.

Andreassen e Sano (2004) escrevem sobre o uso de indicadores para medir o impacto dos projectos de direitos humanos, ou seja, iniciativas destinadas ao seu desenvolvimento em contexto social e conduzidas pelo público ou ONG's. Defendem que são necessários indicadores adequados e concisos, questão que tem sido negligenciada pelo trabalho e investigação internacionais sobre direitos humanos. É importante atentar aos indicadores, objectivos, metas e monitorização por três razões: medição do impacto e obstáculos de concretização dos projectos; identificação e medição das mudanças efectivas; transparência e responsabilização institucional será mais fácil por uma aplicação sistemáticas de indicadores comuns. Desenvolver melhores instrumentos de análise tem vindo a ser uma necessidade apontada por

diversas instituições, nacionais e internacionais, que actuam neste âmbito; analisar os próprios recursos humanos e financeiros usados em prole dos direitos humanos é também essencial para o suporte material e moral futuros. Os autores acreditam que mesmo com todas as dificuldades metodológicas é possível desenvolver melhores técnicas e instrumentos de análise, uma vez que foi disponibilizado um grande número de recursos para diversos projectos e por diferentes instituições.

Na sua perspectiva, a recolha de dados quantificáveis é desejável, mas nem sempre possível; aliás, até estes necessitam de um enquadramento analítico e contextual. Chamam a atenção para a importância da monitorização, através de comparações de longo-termo, uma vez que o seu objectivo é documentar um processo de mudança e verificar se estas transformações ocorreram por consequência da implementação desse mesmo projecto em avaliação. Os projectos em direitos humanos têm duas dimensões de impacto interdependentes: individuais e institucionais. A avaliação do impacto desses projectos também deverá ser feita a nível local e nacional/internacional. As duas componentes, planeamento e avaliação, são, por isso, essenciais nestes projectos. Uma avaliação positiva pode potenciar a expansão do projecto; uma avaliação negativa sustenta o seu término ou uma nova tentativa.

Sano, já em 2005, refere que podem existir objectivos diferentes quando se mede o impacto dos direitos humanos: avaliação, diagnóstico, documentação, comparação por classificação, verificação de questões-chave e planeamento e desempenho. Objectivos diferentes implicam, por isso, operacionalizações diversas. Assim, em vez de se tentar encontrar um único conjunto de indicadores em direitos humanos, dever-se-ão discutir os que têm surgido, que variam e são definidos consoante a sua finalidade e necessidade de medida. Apesar do crescente interesse sobre este tema, não existem consensos, a começar pela própria definição de indicador de direito humano. Partindo do pressuposto de que os indicadores podem ser qualitativos e quantitativos, podem dizer respeito a comportamentos, atitudes, valores e percepções, ou, em simultâneo, ser integrados em escalas nominais, ordinais, de intervalo ou frequência (mesmo que o objectivo possa não ser a quantificação em si mesma). Por outro lado, os indicadores podem ser indicativos de significados, como instrumentos de comunicação, não de situações específicas, mas relativos a um universo maior. Permitirão, assim, uma pequena noção ou resumo de uma realidade bem mais complexa. No campo dos direitos humanos não estão estabelecidos conjuntos de indicadores a usar, pelo que a sua medição e enquadramento temporal muitas vezes não são operações possíveis; isto acontece

porque o objectivo muitas vezes não é a quantificação ou a comparação temporal. O autor prefere, ao invés, indicadores de direitos humanos baseados em questões como: a validade, sensibilidade quanto às mudanças, redução de ambiguidades, desempenho, precisão e desempenho, legítimos e claros.

Sano distingue entre avaliação de desempenho e avaliação de execução global, sendo que a primeira se refere a políticas, instituições e programas, enquanto a segunda entende a análise da situação global e das mudanças operadas. O autor sublinha a importância desta última dimensão, muitas vezes associada apenas a indicadores de contexto, uma vez que nessa perspectiva será mais relevante o diagnóstico da situação quanto à aplicação dos direitos humanos e não tanto às suas causas e possíveis atribuições. O problema coloca-se nos indicadores a usar, ou seja, quais serão os mais adequados para fazer essa análise. Serão, então, indicadores sociais vários, como por exemplo os utilizados pela ONU para os Objectivos do Milénio, entre outros que permitirão perceber qual o nível de execução dos padrões de direitos humanos. O maior obstáculo, contudo, é ainda a fonte de informação.

Segundo o autor, tentar obter um único sistema de indicadores que inclua estes dois tipos é irrealista, mas pode ser possível uma perspectiva aprovada pelas Nações Unidas de monitorização das violações de direitos humanos e sua respectiva implementação, por isso, ligada à protecção de grupos vulneráveis. De qualquer das formas, os indicadores de direitos humanos deverão incluir tanto a avaliação do processo (desempenho do sistema) como a avaliação das condições reais da protecção dos direitos humanos.

2.2. A pesquisa documental

Não sendo referida pelos autores anteriores como uma opção de estudo sobre direitos humanos, será este o caminho metodológico seguido no presente trabalho, sendo, por isso, necessária a sua contextualização. Eventualmente por este motivo, Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009) descrevem a pesquisa documental como uma metodologia ainda pouco valorizada em várias áreas de investigação, nomeadamente nas ciências sociais. A sua importância deverá ser redefinida, uma vez que a maior parte das fontes escritas são quase sempre a base do trabalho de investigação. Além disso, “dependendo do objecto de estudo e dos objectivos da pesquisa, pode-se caracterizar como principal

caminho de concretização da investigação ou se constituir como instrumento metodológico complementar” (13: Sá-Silva, Almeida e Guindani: 2009). Referem a dificuldade em defini-la enquanto técnica, pesquisa, método e/ou análise, assim como em a diferenciar da pesquisa bibliográfica. Precisar o que constitui ou não um documento é igualmente um tema controverso, já que pode ir muito além do material escrito.

Os autores explicam que a análise de documentos “propõe-se a produzir ou reelaborar conhecimentos e criar novas formas de compreender os fenómenos (...) O investigador deve interpretá-los, sintetizar as informações, determinar tendências e na medida do possível fazer a inferência” (8: Sá-Silva, Almeida e Guindani: 2009). Afirmam que geralmente a análise documental é feita através da análise de conteúdo, onde se identificam, numeram e categorizam elementos, isto é, serve à interpretação de um determinado texto pela adopção de normas sistemáticas de extrair significados temáticos ou lexicais.

Assim, fará sentido recordar a obra de Laurence Bardin no que respeita à análise de conteúdo e documental, onde são examinadas as suas semelhanças e diferenças. Para a autora, a análise documental é uma das várias técnicas que podem ser usadas para se proceder a uma análise de conteúdo que visa, em última instância, a apreensão de mensagens e significados contidos na comunicação. A análise documental lida apenas com documentos: “a análise documental faz-se, principalmente por classificação-indexação; a análise categorial temática é, entre outras, uma das técnicas da análise de conteúdo” (46: Bardin: 1977). A análise documental será, então, um processo de transformação de informação que permite apresentá-la com outra configuração, por forma a que seja mais acessível em termos de consulta e referenciação, com “o máximo de informação (aspecto quantitativo), com o máximo de pertinência (aspecto qualitativo)” (46: Bardin: 1977). Assim, a análise documental procede a uma indexação, de termos ou ideias, de categorias com critérios comuns, fornecendo uma representação simplificada de dados brutos.

Também Godoy (1995) chama a atenção para as potencialidades da pesquisa documental, uma vez que, pelo seu carácter inovador, será capaz de contribuir significativamente para a investigação social. Para a autora, os documentos são uma fonte rica de dados: examinar materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou reexaminá-los, permitirá retirar novas interpretações ou fornecer informações complementares importantes. No uso desta técnica, refere como vantagens a realização

de estudos sobre factos ou materiais fisicamente distantes e uma probabilidade diminuída de interferência na objectividade do investigador.

2.3. A fonte

Para se usar a análise documental é necessário conhecer devidamente o documento em causa, operação que passa por cinco dimensões: o contexto, o autor, a autenticidade e confiabilidade do texto, a sua natureza e conceitos-chave e a sua lógica interna (Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009). Parte deste processo foi já avançado no fim do capítulo anterior (ver “direitos humanos e política externa americana”), onde foi indicado sucintamente o contexto histórico e o universo sócio-político da fonte em questão, assim como a identidade, motivos e interesses que o propiciaram; sendo que não está em causa a credibilidade desta fonte, falta apenas, segundo estes autores, descrever a forma como é apresentada (formato e linguagem utilizada) e indicar as suas principais ideias e argumentações.

Os Relatórios Nacionais sobre Práticas de Direitos Humanos, que são a base deste trabalho, são remetidos anualmente pelo Gabinete de Democracia, Direitos Humanos e Trabalho do DEEUA ao Congresso americano. Mais especificamente, serão recolhidos e analisados os dados relativos às práticas de direitos humanos em 2010 (publicados em Março de 2011), perfazendo um total de 194 países. Estes Relatórios incluem informações relativas a direitos internacionalmente reconhecidos, isto é, individuais, civis, políticos e dos trabalhadores. Apresentando-se em formato escrito, estão organizados segundo grandes grupos: África, Sudeste Asiático e Pacífico, Europa e Eurásia, Médio Oriente e Norte de África, Ásia Central e do Sul e Hemisfério Ocidental.

A dimensão de cada relatório é variável, entre 10 e 60 páginas, sendo que no início é apresentado um pequeno resumo, tal como referido no Anexo 2 (Notas de preparação dos Relatórios Nacionais - notes on preparation of the country reports), sobre a descrição da estrutura política do país, o controlo das autoridades civis sobre as agências de segurança e desenvolvimentos sobre os direitos humanos em geral durante o ano (identificação de abusos e melhorias específicas). É objectivo destes Relatórios, tal como mencionado no mesmo documento, a obtenção de uma visão global sobre os principais problemas nacionais neste âmbito, organizados em 13 grandes grupos:

privação ilegal ou arbitrária de vida; desaparecimento; tortura e outras penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes; detenção ou prisão arbitrárias; negação a julgamento público e justo; interferência arbitrária na privacidade, família, residência ou correspondência; liberdade de expressão e imprensa; liberdade de assembleia e associação pacíficas; liberdade de religião; liberdade de movimento, pessoas deslocadas internamente, protecção de refugiados e apátridas; respeito pelos direitos políticos: o direito dos cidadãos em escolher o seu governo; atitude governamental para com investigações internacionais e não-governamentais de alegadas violações de direitos humanos; discriminação, abusos sociais e tráfico de pessoas. Para a recolha de dados é referido o uso de diferentes fontes de informação; para além das oficiais, estão igualmente incluídas as provenientes de vítimas, estudos académicos, notícias, organizações internacionais, nomeadamente as não governamentais. Especificam, contudo, que apesar da maioria da informação ser já pública, que não atribuem os restantes conteúdos a nenhuma fonte específica por razões óbvias; afirmam não incluir nenhum dado que não pareça credível. Acrescentam que a redacção dos Relatórios retrata o respeito pelos direitos humanos em países e territórios estrangeiros, mas implicam acções específicas. Referem as dificuldades de acesso à informação e as diferenças entre sistemas sociais, políticos e legais entre países, assim como a avaliação da credibilidade dos relatos obtidos. Em suma, afirmam, estes Relatórios, cada vez mais usados em todo o mundo, cobrem o estado global dos direitos humanos, e, em simultâneo, contribuem para uma sensibilização mundial crescente⁵⁹.

2.4. Os procedimentos técnicos adoptados

O presente trabalho terá por base uma pesquisa documental com recurso a materiais na forma de texto que será desdobrado em categorias temáticas; pretenderá a sistematização da informação recolhida, através da qual será possível traçar padrões e apreender semelhanças e diferenças de 194 países. Portanto, segue-se aqui a argumentação dos autores Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), que recuperam Ludke e André (1986), quando indicam que a análise de conteúdo de documentos, após a selecção da unidade de análise, deve realizar-se pelo registo da frequência com que uma palavra, expressão ou tema surge ao longo do texto. No caso, recorrer-se-á ao

⁵⁹ Nota: os Relatórios Nacionais sobre Práticas de Direitos Humanos de 2010 estão anexados em formato electrónico (CD); poderão também ser consultados em <http://www.state.gov/g/drl/rls/hrrpt/2010/>

preenchimento de uma grelha de análise, onde as categorias nela presentes serão assinaladas quando se verifique a violação do direito humano à qual ela se refere.

Tal como mencionado pelos mesmos autores, o processo de construção de categorias pode ser muito complexo. De facto, as informações contidas nos Relatórios são já apresentadas segundo grandes temas; contudo, para ser possível obter um registo mais aprofundado foi necessário subdividi-los, formando as categorias finais que constarão na grelha de análise. Este processo é também descrito pelos autores como sendo dinâmico e, por isso, sujeito a constantes alterações, mediante o confronto com o material existente e os objectivos do investigador. A apreensão de regularidades e a revisão da aplicabilidade do tipo de registo culminará numa grelha final que deve ser avaliada e testada. Deste modo, após uma série de tentativas, foi possível identificar 34 categorias que reuniram as cinco características que, segundo Bardin (119: 1977), serão essenciais: exclusão mútua (cada elemento não pode existir em mais do que uma categoria), homogeneidade (uso de um único princípio de classificação), pertinência (isto é, se a grelha utilizada está adaptada ao material de análise), objectividade e fidelidade (garantidas pelo uso de uma codificação que é executada sempre da mesma forma) e produtividade (ou seja, se todo o processo permitirá retirar índices de inferências, novas hipóteses e dados exactos). Segue-se a enumeração e descrição das categorias:

. *Assassinatos* - mortes ilegal ou arbitrariamente cometidas por terceiros ou por forças de segurança (não serão assinalados assassinatos cometidos por forças de segurança desde que devidamente investigados e em número de ocorrência muito baixo – menos de dez).

. *Desaparecimentos/raptos* - pela dificuldade de verificação, serão assinalados os casos em que existam várias queixas ou suspeitas deste tipo de ocorrência ou mais de dois ou três casos verificados.

. *Tratamentos cruéis* - tortura ou tratamentos desumanos, degradantes ou precários, ocorridos em centros de detenção ou prisões com condições adversas e/ou executados por guardas prisionais, forças de segurança ou milícias; se o número de casos for muito baixo e forem devidamente investigados, não serão registados.

. *Condições de prisão/detenção* - lotação, acesso a serviços básicos (alimentação, cuidados de saúde, higiene, etc.), liberdade religiosa, permissão de entrada de peritos externos, separação entre detidos/presos adultos e menores de

idade, entre outras. A sua referência no texto já indica geralmente um número significativo de casos (se bem que sem referência ao número exacto), pelo que, sempre que referidas estas situações, será assinalada a categoria.

. *Prisão/detenção arbitrárias* - quando não justificadas, sem ordem judicial ou não previstas por lei (investigações sobre suspeitas terroristas ou que possam por em causa a segurança nacional, desde que justificadas e em número residual, não serão contabilizadas).

. *Impunidade (forças de segurança)*- casos de corrupção por membros do governo e forças de segurança que não são investigados porque não são accionados ou não existem mecanismos para o efeito ou quando existe uma crença generalizada de tais práticas. Geralmente sem quantificação, quando é mencionada a impunidade (porque diz respeito a um conjunto de situações) será sempre assinalada.

. *Sistema judicial (corrupção)* - falta de independência do processo judicial, de forma geral, incluindo influências exteriores (políticas ou de indivíduos com posições de poder); também é assinalada a categoria em casos em que é o presidente ou rei quem nomeia os cargos principais (juízes e administradores), interferindo com o seu livre funcionamento.

. *Sistema judicial (insuficiência)* - categoria que diz respeito ao bom funcionamento do sistema judicial desde a detenção ao julgamento, se é um processo justo e se existem recursos suficientes para o garantir, sendo por isso assinalada quando os juízes e demais funcionários têm salários muito baixos ou quando há falta dos mesmos, quando os cidadãos não têm direito a advogado, quando não são investigados ou punidos autores de crimes ou quando é referido que o tempo de prisão preventiva é geralmente muito longo (vários meses a anos); é assinalada quando o país foi acusado de várias violações pelo tribunais internacionais de direitos humanos (uma média de 10 ou mais). Nas restantes geralmente não estão quantificadas, mas serão assinaladas porque se referem a conjuntos de casos reportados.

. *Privacidade/lar/correspondência* - interferência arbitrária na privacidade, família, casa ou correspondência (verificados ou com número significativo de queixas, geralmente não quantificadas), excepto quando são monitorizações autorizadas e justificadas pelos tribunais em número residual (são exemplos medidas coercivas de controlo da população, as revistas a residências, colocação

de escutas em telefones ou monitorização do tráfego na Internet, interferência externa nas decisões relativas ao casamento ou número e espaçamento entre filhos, entre outras).

. *Expressão/impressão* – categoria relativa à liberdade de expressão de todos os cidadãos, nomeadamente através do acesso a sites e redes sociais; também se refere à liberdade de imprensa, por exemplo, casos de auto-censura ou perseguição jornalística ou proibição de publicação de vários conteúdos ou domínio estatal das comunicações mediáticas (por lei, propriedade ou influência) são assinalados; também será assinalado quando a informação não está disponível para a maioria da população (por decisão governamental ou por falta de recursos). Esta categoria geralmente não tem quantificação, pelo que será sempre assinalada, desde que não se trate apenas de um ou dois casos isolados.

. *Assembleia/associação* - liberdade de reunião e pertença de todos os cidadãos a vários grupos, assim como direito de manifestação e reivindicação. Não serão assinalados casos em que uma permissão seja necessária, desde que se perceba que o governo não proíbe a livre expressão ou recorre a violência para dispersar indivíduos em reunião/assembleia. O direito de reunião e assembleia refere-se sempre a grupos de pessoas, pelo que uma só ocorrência (desde que referido a um grupo) serve para se proceder ao registo.

. *Religião (governo)* - proibição por lei de exercício religioso (ou a permissão de exercício de uma única religião) ou violência/discriminação protagonizada por elementos do governo, nomeadamente funcionários públicos. Esta categoria diz sempre respeito a grupos ou proibições generalizadas, portanto, sempre que referida, desde que não seja um ou dois casos individuais, será assinalada.

. *Religião (sociedade)* - violência ou discriminação com base religiosa, executada pelos cidadãos, com um número de ocorrências significativo ou protagonizados pelos mesmos grupos recorrentemente.

. *Circulação* - são assinalados casos onde a liberdade de movimento é comprometida por vontade política, por representantes do governo nas fronteiras ou por convicções culturais com base no género (casos de mulheres que não podem viajar se não tiverem permissão do seu guardião masculino ou se não forem acompanhadas do mesmo, geralmente pai, marido ou irmão); são assinalados casos de extorsão pela polícia e forças de segurança, assim como a obrigação de permissão governamental para a saída do país, de cidadãos,

jornalistas e outros; a falta de recursos para a gestão da circulação também é assinalada, assim como o exílio forçado. Será assinalada sempre que mencionado um ou mais destes casos, desde que não sejam casos isolados e pouco significativos.

. *Deslocados/apátridas* - é verificado se, em ambos os casos, é dada a assistência suficiente, por parte do governo e/ou organizações não governamentais, no que respeita ao acesso aos serviços básicos (alimentação, saúde, educação, trabalho, circulação, entre outros), tal como a regularização da sua situação (atribuição de vistos, tempos de espera, condições dos abrigos temporários, etc.). Dizendo respeito a grupos de pessoas, será sempre assinalada sempre que é considerado que existem falhas na assistência prestada.

. *Refugiados* - são assinalados casos em que não é dada protecção a pessoas que correm perigo de vida se retornarem ao seu país, se não é dada a assistência e se as suas situações não são regularizadas, tal como na categoria anterior, com um número significativo de casos ou quando é referida esta situação de forma geral.

. *Direitos políticos* - é analisado o processo eleitoral, sendo assinalados casos em que exista fraude, coerção ou falta de recursos que assegurem a participação de toda a população; são também assinalados casos em que haja pressão para que as mulheres não votem, proibição de associação de cidadãos e participação de partidos da oposição no processo eleitoral e quando existem mortes, violência, abusos e influências com base política; é assinalada também se, mesmo que haja um processo democrático de eleições, haja um rei ou presidente que detenha poder, mesmo que haja um governo eleito; não são assinalados casos em que por lei os militares sejam proibidos de votar, mas serão assinalados casos de proibição de um número vasto de grupos (polícia, imigrantes, domésticas, professores, entre outros). Um ou dois casos isolados que assumam as formas referidas não implicarão assinalar a categoria.

. *Corrupção (governo)* - casos verificados em número significativo (mais de três ou sendo descrito que é prática generalizada) ou um ou dois casos, mas com grande convicção pública de que os membros do governo (funcionários, forças de segurança, altos cargos, etc.) são corruptos ou sujeitos a influências externas.

. *Investigação em DH* – categoria assinalada quando, descrito genericamente, não há liberdade plena de actuação das várias organizações não governamentais, na execução de assistência ou investigação no

âmbito dos direitos humanos; são assinalados casos em que o governo proíbe a sua existência ou atrasa deliberadamente o seu registo e permissão, casos onde exista pressão, perseguição ou violência contra os seus membros, por parte do governo ou milícias. Sendo um categoria geralmente não quantificada, será sempre assinalada quando forem mencionados estes casos.

. *Violência (mulher)* - casos de violência física e sexual, dentro ou fora do casamento, em número significativo (mais de dez).

. *Discriminação (mulher)* - inclui assédio sexual e todas as formas de discriminação com base no género (tradições culturais), inclusivamente no acesso a serviços (ou seja, por funcionários do governo ou profissionais de saúde). Será assinalada quando existir quantificação (mais de dez) ou quando as ONG's acreditarem ser um problema generalizado.

. *Pedofilia/prostituição* - casos de abuso de menores, pornografia e de prostituição infantis (mais de dez ou descrito como problema transversal no país em questão).

. *Trabalho infantil* - trabalho executado por menores de idade, forçado ou por opção própria; são também aqui assinalados casos de crianças de rua que mendigam, por opção própria ou forçados por familiares. Categoria geralmente sem quantificação, mas assinalada sempre que seja descrito genericamente que tais práticas existem.

. *Educação, alimentação e saúde (criança)* - dificuldade em acesso, falta de recursos que garantam o bom funcionamento de serviços ou a inexistência dos mesmos e outros motivos (como tradições culturais, por exemplo) que não permitam que todas as crianças usufruam destes serviços em pleno. Categoria assinalada quando é descrito genericamente que há falhas no acesso a estes serviços.

. *Violência (criança)* - são reportados, por exemplo, casos de violência doméstica infantil, casamento infantil e mutilação genital feminina, em número (mais de dez) ou porque são indicados como prática generalizada.

. *Tráfico humano* - categoria assinalada em países que sejam fonte, local de passagem ou destino de vítimas de tráfico de seres humanos (mulheres, homens e crianças), com fins de exploração, por força ou coerção, laboral e/ou sexual. Como diz respeito a várias pessoas, esta categoria será sempre assinalada quando tiver estas referências.

. *Pessoas com deficiência* - violência ou discriminação de pessoas portadoras de deficiências, assim como a dificuldade ou inexistência de apoios e serviços adequados (exemplos: ausência de acessibilidade a edifícios, conteúdos informativos, serviços de saúde/reabilitação e educação, apoio material e financeiro, etc.). Não serão registados apenas as queixas ou casos isolados.

. *Minorias/etnias/indígenas* - violência ou discriminação (governamental e em geral) com base na pertença ou suspeita de pertença a grupos minoritários vários, incluindo etnias e populações indígenas. Apenas casos isolados reportados não serão assinalados.

. *Género (LGBT)* - violência ou discriminação com base na orientação sexual, governamental e em geral (mais de dez casos ou queixas); a categoria é também assinalada quando actos homossexuais são proibidos e penalizados por lei.

. *Outras (discriminação)* - outras formas de discriminação, por exemplo, contra idosos ou jovens; há sempre uma referência quanto a possíveis casos de violência ou discriminação contra pessoas com HIV/SIDA. A categoria será assinalada quando existirem mais de dez queixas ou casos efectuados ou quando for descrito que existe, de forma geral, um determinado tipo de discriminação que não se enquadra nas restantes categorias.

. *Associação (trabalho)* - proibição por lei ou discriminação/violência de forma geral pela formação ou associação a organizações que defendem os direitos dos trabalhadores; é também assinalada quando a representação sindical e número de membros é muito reduzido, por falta de recursos, medo de represálias ou por desconhecimento geral desta possibilidade; é igualmente assinalado quando há proibição de greve (excepto quando pode por em causa o funcionamento de serviços essenciais ou quando se aplica apenas a forças militares). Como todas as situações dizem respeito a grupos, a categoria será sempre assinalada quando forem referidos estes casos.

. *Organização/negociação (trabalho)* - categoria assinalada quando o direito em negociar colectivamente as leis laborais com os empregadores e governo não é respeitado ou a representação sindical é muito fraca.

. *Trabalho forçado* - homens e mulheres que desempenham funções laborais por ameaça, incluindo imigrantes e vítimas de tráfico humano. Geralmente não existe quantificação, pelo que, quando estas situações forem referidas, a categoria será sempre assinalada.

. *Condições de trabalho* - número de horas de trabalho, descanso semanal, direito a férias, direito a não trabalhar sob condições que ponham em causa a segurança do trabalhador, salário que garanta um nível de vida suficiente, realização consistente de inspecções por parte das entidades governamentais competentes, entre outras (a categoria é assinalada quando duas ou mais destas disposições, segundo o texto, não são cumpridas).

Assim, como definição geral, entende-se que sempre que uma violação de um direito humano específico seja capaz de abranger um conjunto de pessoas, será assinalada a categoria correspondente. Este critério foi definido de forma a responder à ausência de quantificações na maioria das categorias e porque é o uso de um critério geral comum que irá permitir a comparabilidade entre países. Quando no texto refere que são apenas casos isolados, ou quando menciona especificamente apenas um ou dois, a categoria não é assinalada; se, porém, junto a esses casos isolados houver uma crença generalizada, por parte da população, *mass media* ou ONG's, de que eles ocorrem em maior grau, será assinalada a categoria correspondente. A decisão quanto à não contabilização de casos isolados prende-se com o objectivo de se pretenderem comparações genéricas também entre categorias e porque no texto as ocorrências não estão sempre quantificadas. Assim, uma categoria assinalada pode dizer respeito simultaneamente a dezenas ou até milhares de casos de violação de um determinado direito humano. Este facto só seria contornável, na utilização da mesma fonte, se se procedesse a uma distinção de valores (quando existem, ou de expressões usadas, quando não existe quantificação), mas tal operação seria muito complexa e acarretaria várias dificuldades de definição, obstáculos a um trabalho que pretende uma comparação clara e sintética.

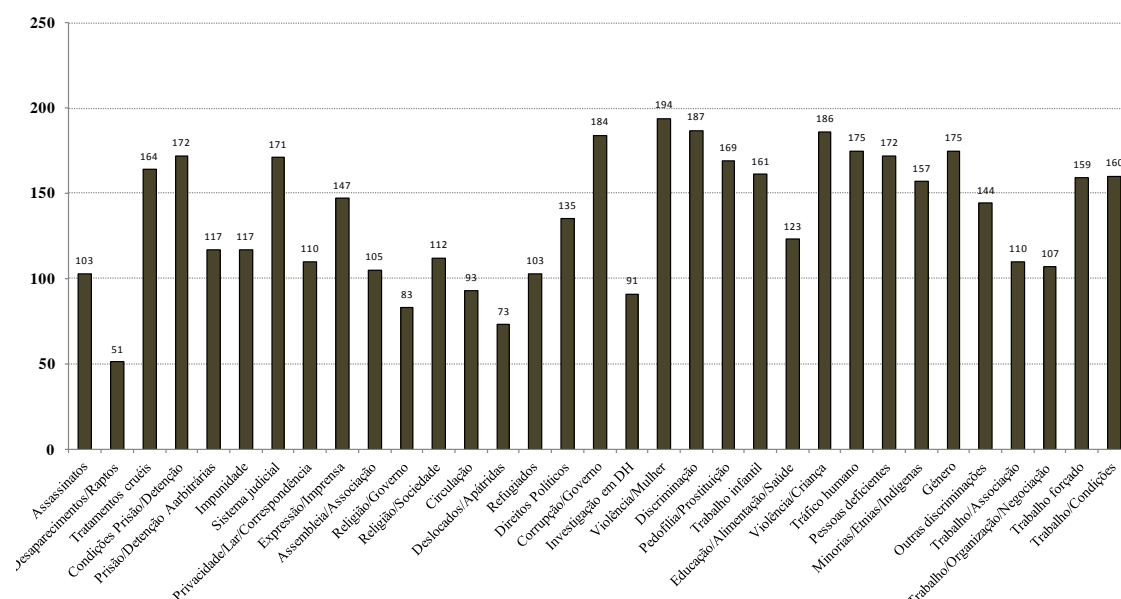
3. Os direitos humanos segundo o DEEUA

Neste capítulo serão sucintamente apresentados os dados presentes na grelha de análise (Anexo 3), que resultam da leitura e estudo dos Relatórios Nacionais sobre Práticas de Direitos Humanos, redigidos pelo DEEUA. Começando pela indicação da respectiva frequência e descrição das situações concretas mais relatadas dentro de cada categoria, seguir-se-ão duas tabelas que sintetizam, de forma diferenciada, a informação por grupos; parte desses dados estarão, posteriormente, representados visualmente num mapa-mundo, por forma a facilitar uma percepção gráfica desses conteúdos.

3.1. As práticas nacionais de direitos humanos

As informações contidas nos Relatórios, não obstante o facto de seguirem uma lógica de organização e redacção comum, variam quanto ao tipo de ocorrências sinalizadas, sendo, por isso, necessária uma especificação; isto é, a cada categoria, como explicado no capítulo anterior, pode corresponder um vasto número de situações potenciais, sendo possível, contudo, identificar os relatos mais comuns. Assim, seguem-se os valores (Figura 1) e os padrões obtidos em cada categoria.

Figura 1: Total de países por categoria



Fonte: Departamento de Estado dos Estados Unidos da América (<http://www.state.gov/g/drl/rls/hrrpt/2010/>)

Passando a análise mais detida dos resultados apresentados:

. *Assassinatos* – foram assinaladas 103 ocorrências, que dizem respeito a assassinatos por forças de segurança, milícias ou resultantes de conflitos internos (guerras civis ou situações pontuais de violência). Na sua maioria, são resultado de intervenções policiais ou militares, em duas situações: por resposta a manifestações populares ou por uso impune de força excessiva.

. *Desaparecimentos/raptos* – 51 casos registados, sendo a categoria com menor expressão. São, geralmente, politicamente motivados ou ligados a processos judiciais.

. *Tratamentos cruéis* – categoria assinalada 164 vezes, que diz respeito, na grande maioria dos casos, à forma como são tratados detidos e presos pela polícia e guardas prisionais (tratamentos discriminatórios e/ou violentos). Casos de tortura ou violência operados por outros membros da sociedade e por variados motivos são também aqui referidos, contudo, com uma expressão muito menor.

. *Condições de prisão/detenção* – 172 ocorrências ligadas, na sua maioria, a condições de prisão duras e perigosas; foram também registados vários casos de prisões sobrelotadas. Em menos casos encontram-se as situações de junção de homens e mulheres ou menores e adultos, assim como a negação de certos direitos na detenção ou prisão.

. *Prisão/detenção arbitrárias* – 117 casos reportados de detenção ou prisão sem ordem judicial ou sem indicação clara de suspeita de crime.

. *Impunidade (forças de segurança)* – registados em 117 países casos de forças de segurança que agem com impunidade, isto é, cujos comportamentos incorrectos ou ilegais não são investigados pelas autoridades competentes.

. *Sistema judicial (corrupção)* – 124 registos de situações de corrupção dentro do sistema judicial (funcionários, juízes e advogados), através de suborno ou influência política; também incluí, em menor expressão, casos de submissão ou nomeação para cargos por poder presidencial ou monárquico.

. *Sistema judicial (insuficiência)* – 171 casos onde se regista o não cumprimento das regras e/ou existem problemas de execução das várias etapas dos processos judiciais, especialmente em relação ao tempo excessivo de prisão preventiva. Também foram contabilizadas, ocorrendo menos frequentemente, as situações em que existem poucos recursos financeiros e humanos, tal como as acusações (mais de dez) efectuadas pelos tribunais internacionais de direitos humanos ao país em questão.

. *Privacidade/lar/correspondência* – 110 casos registados de vários tipos de ocorrências, como buscas a residências ou monitorização das comunicações sem mandato judicial, entre outros com menor expressão.

. *Expressão/impressão* – 147 países onde se observou que os cidadãos não têm liberdade de expressão, mas sobretudo, onde a imprensa não tem a possibilidade de trabalhar livremente, por censura ou pressões directas ou indirectas (em casos mais graves, a detenção, prisão ou violência, especialmente por parte de forças governamentais ou de segurança ocorrem). São comuns as situações em que a imprensa trabalha livremente, mas que está, directa ou indirectamente, proibida de publicar conteúdos que critiquem abertamente a actuação do governo.

. *Assembleia/associação* – 105 casos registados de proibição ou obstaculização de reunião/assembleia. São, geralmente, casos de manifestações dispersadas pelas forças de segurança com recurso a violência, convocadas para criticar ou reinvidicar acções governamentais.

. *Religião (governo)* – 83 casos de países que proíbem por lei a prática de uma ou mais religiões, geralmente porque apenas uma é permitida; com menor expressão foram registados casos em que são forças governamentais, de segurança ou funcionários públicos que discriminam ou protagonizam situações de violência contra indivíduos de uma determinada pertença religiosa.

. *Religião (sociedade)* – 112 situações de discriminação ou violência (na maioria dos casos só a primeira) pela população em geral. Casos de vandalismo e de conflito entre indivíduos de diferentes grupos religiosos (que podem ou não ser violentos) são as questões mais frequentes.

. *Circulação* – 93 países nos quais a circulação de pessoas foi, de alguma forma, proibida ou dificultada, por decisão governamental, agentes oficiais de terreno ou grupos organizados. Situações como a extorsão em zonas fronteiriças, a exigência de vistos de saída e entrada (e/ou a dificuldade e demora de atribuição) ou bloqueios de estrada, entre outras, são comuns.

. *Deslocados/apátridas* - em 73 países foi registada a existência casas ou campos provisórios com reduzido acesso a serviços essenciais. Na sua maioria são deslocados que fugiram de zonas de conflito no próprio país.

. *Refugiados* – foram registados em 103 países casos em que os direitos dos refugiados não são salvaguardados, no que respeita à assistência prestada. São geralmente casos em que não existem recursos suficientes no fornecimento de serviços

ou casos em que o governo deliberadamente não os providencia ou permite a ajuda internacional.

. *Direitos políticos* – em 135 países foram registados casos de suspeitas de irregularidades, corrupção, influência ou fraude ligadas aos processos eleitorais. Existe uma percentagem menor, mas significativa, de países onde não decorrem eleições; existem outros casos ainda onde o presidente ou rei detêm ainda bastante poder, interferindo com o princípio de escrutínio popular, tal como interferência governamental no livre funcionamento de partidos da oposição.

. *Corrupção (governo)* – em 184 países foram reportados casos de corrupção governamental, tanto em larga como pequena escala.

. *Investigação em DH* – foram observadas 91 ocorrências de proibição ou interferência governamental (várias vezes por colocação de obstáculos burocráticos) nas actividades de organizações de direitos humanos; em menor grau, existem casos de violência, por forças do governo ou milícias.

. *Violência (mulher)* – sendo a categoria mais registada, presente nos 194 países em análise, corresponde a casos de violência física e sexual contra mulheres.

. *Discriminação (mulher)* – 187 casos registados de várias formas de discriminação, na sua maioria, relativas ao assédio sexual e às diferenças de género no exercício da profissão (oportunidades de carreira e salário). Outros tipos de discriminação terão por base tradições ou padrões culturais que geralmente atribuem à mulher um papel secundário.

. *Pedofilia/prostituição* – em 169 países são encontrados relatos de crianças sexualmente abusadas e/ou que recorrem a práticas de prostituição por opção própria, sendo a primeira mais frequente.

. *Trabalho infantil* – 161 casos registados que dizem respeito, na sua maioria, a crianças que trabalham nos terrenos da família ou no pequeno comércio ou que mendigam nas ruas (forçados ou não); menos frequentes são os casos de crianças que trabalham na agricultura ou indústria.

. *Educação, alimentação e saúde (criança)* – em 123 países as crianças não têm acesso à saúde, comida suficiente e/ou não frequentam a escola regularmente, sendo muito mais significativa esta última.

. *Violência (criança)* – 186 casos reportados de violência física contra crianças.

. *Tráfico humano* – registado em 175 países, principalmente de mulheres e crianças.

. *Pessoas com deficiência* – em 172 países existem falhas nos serviços fornecidos a pessoas com deficiência, especialmente em termos de acessibilidades a edifícios; além disso, falta de transportes e comunicações adequadas, acesso a serviços de saúde e educação, entre outros, são também problemas relatados.

. *Minorias/etnias/indígenas* – nos 157 casos, a maioria diz respeito a minorias que são comumente discriminadas (casos de violência são mais raros) por pertença étnica geralmente; existem, mas com muito pouca expressão, casos em que os direitos dos indígenas não são cumpridos.

. *Gênero (LGBT)* – em 175 países ocorreram casos de discriminação e/ou violência (com uma expressão menor) contra lésbicas, gays, bissexuais ou transsexuais; em muitos países os comportamentos homossexuais são proibidos por lei.

. *Outras (discriminação)* – na grande maioria dos 144 países onde esta categoria foi assinalada foi observada discriminação contra pessoas com HIV/SIDA no acesso ao emprego ou a serviços essenciais.

. *Associação (trabalho)* – nos 110 casos reportados, ou há proibição de criação de associações laborais estabelecida por lei, ou, na maioria, são colocados vários obstáculos burocráticos que dificultam o seu estabelecimento. Casos de proibição de greve são raros. Foram também registados casos em que a associação é livre, mas praticamente inexistente devido ao não exercício deste direito por parte da população.

. *Organização/negociação (trabalho)* – nestes 107 casos assinalados, a maioria diz respeito a organizações laborais que têm pouca capacidade de negociação ou que são constituídas e/ou influenciadas por membros do governo ou grandes empregadores. Tal como na categoria anterior, a total ausência do exercício deste direito, mesmo que permitido, foi também assinalado.

. *Trabalho forçado* – executado em 159 países por mulheres, principalmente, mas também homens.

. *Condições de trabalho* – na maioria das 160 ocorrências, as principais questões prendem-se com os baixos salários (se indicado nos Relatórios que esses rendimentos não permitem ter condições de vida mínimas), casos em que o trabalhador não se pode ausentar pela falta de condições de segurança (por lei ou por medo da perda do posto de trabalho) ou a inexistência ou insuficiente fiscalização das condições de higiene e segurança no trabalho por parte das entidades competentes.

Com base nestes resultados e tendo em consideração a frequência com que cada categoria foi assinalada poderemos dizer que:

- . associando violência e discriminação na mulher, registadas em 194 e 187 países, respectivamente, este é o grupo mundialmente mais afectado;

- . em relação às crianças, observa-se com maior prevalência a violência (186) e pedofilia/prostituição (169). Significativo, mas em menor escala, o acesso infantil a serviços essenciais (123);

- . o trabalho infantil (161) aparece com valores muito próximos ao do trabalho forçado (159) e às próprias condições de trabalho (160). Já o direito de associação (110) e de organização/negociação do trabalho (107) são menos expressivas;

- . nas categorias relativas aos vários tipos de discriminação há também uma representação bastante alta, como sendo o género (175) e pessoas com deficiência (172), assim como em relação minorias/etnias/indígenas (157) e outras (144), mas com expressão mais baixa;

- . o funcionamento do sistema judicial (171) é assinalado mais vezes do que a existência de corrupção/influência (124), contudo, registando ambas números significativos;

- . os tratamentos cruéis e as condições de detenção/prisão detêm níveis elevados próximos (164 e 172, respectivamente). Já os casos de prisão/detenção arbitrárias foram detectados em 117 países, assim como a impunidade das forças de segurança. Os assassinatos somam 103 ocorrências, enquanto os desaparecimentos/raptos se registaram em 51 países.

- . quanto à religião, observam-se mais casos de violência/discriminação na sociedade em geral (112) do que por membros ou leis elaboradas pelos governos (83);

- . existem 147 países onde se dectaram casos de violação do direito à liberdade de expressão/imprensa, 135 em relação aos direitos políticos, 110 nos direitos civis, 105 na assembleia/associação e 91 de obstrucção às actividades de investigação em direitos humanos;

- . os direitos dos refugiados e deslocados/apátridas não foram cumpridos em 103 e 73 países, respectivamente, e a liberdade de circulação não foi garantida em 93;

- . finalmente, com expressão alta, temos também a corrupção no governo (em 184 países) e o tráfico humano (175);

Assim, pode afirmar-se que, no geral, os grupos ou temas prioritários, em relação aos quais se registam violações em mais de 150 países, são: mulheres (violência física e sexual, assédio e condições laborais, ou seja, remunerações e subidas na carreira), crianças (pedofilia/prostituição e violência), condições de trabalho (trabalho infantil e/ou forçado, que atinge homens e mulheres) e tráfico humano. Com valores igualmente altos, mas sendo categorias que internamente variam no tipo e gravidade de ocorrências, estão a discriminação com base no género, o apoio a pessoas com deficiência, corrupção governamental, funcionamento dos sistemas judiciais, tratamentos cruéis e condições de prisão/detenção. Esta distinção permite a formulação genérica de dois grupos: no primeiro estão incluídas categorias que dizem respeito à violação da integridade física, enquanto no segundo o tipo de infracção e consequências são de intensidade variável. De referir que apenas cinco tipos de violações de direitos humanos (desaparecimentos/raptos, discriminação/violência religiosa por membros do governo, circulação, deslocados/apátridas e liberdade de investigação em direitos humanos) têm valores inferiores a 100, o que significa que as restantes 29 categorias, no total, estão assinaladas em mais de uma centena de países (14 dizem respeito ao intervalo de 100-149 e 15 são relativos a 150-194 países).

A tabela seguinte (Quadro 1) permite apresentar os mesmos dados, mas, por forma a fornecer outras possibilidades analíticas, com as categorias distribuídas por grupos e subgrupos.

Como se poderá verificar, os grupos referentes à violência, discriminação e procedimentos criminais detêm médias finais mais altas quanto comparadas à liberdade de expressão e associação e outros direitos económicos e sociais.

Quadro 1 – Total de categorias por grupos e subgrupos

Grupos (5)	média	Subgrupos (11)	média	Categorias	Total
Violência	151,33 (1º)	Assassinatos e Raptos	77 (11º)	Assassinatos	103
				Desaparecimentos/raptos	51
		Tratamentos Cruéis e Violência	181,3 (1º)	Tratamentos cruéis	164
				Violência (mulher)	194
				Violência (criança)	186
				Tráfico humano	175
		Tráfico humano e Exploração	166 (2º)	Trabalho forçado	159
				Trabalho infantil	161
				Pedofilia/prostituição	169
Discriminação	143 (3º)	Religião	97,5 (9º)	Religião (governo)	83
				Religião (sociedade)	112
		Discriminação	165,75 (3º)	Minorias/etnias/indígenas	157
				Gênero (LGBT)	175
				Mulher (discriminação)	187
				Outras (discriminação)	144
Procedimentos Criminais	147,5 (2º)	Corrupção e Impunidade	150,5 (4º)	Corrupção (governo)	184
				Impunidade (forças de seg.)	117
		Prisão/Detenção	144,5 (6º)	Prisão/detenção arbitrárias	117
				Condições de prisão/det.	172
		Sistema Judicial	147,5 (5º)	Sist. judicial (corrupção)	124
				Sist. judicial (insuficiência)	171
Liberdade de Expressão e Associação	115,83 (5º)	Liberdade de Expressão e Associação	115,83 (8º)	Expressão/imprensa	147
				Associação/assembleia	105
				Associação (trabalho)	110
				Org./neg. (trabalho)	107
				Direitos políticos	135
				Investigação em DH	91
Outros Direitos Económicos e sociais	119,14 (4º)	Deslocados/Apátridas e Refugiados	88 (10º)	Deslocados/apátridas	73
				Refugiados	103
				Privacidade/lar/corresp.	110
		Outros Direitos e Liberdades	131,6 (7º)	Circulação	93
				Condições de trabalho	160
				Pessoas com deficiência	172
				Ed., alim. e saúde (criança)	123

Fonte: Departamento de Estado dos Estados Unidos da América (<http://www.state.gov/g/drl/rls/hrrpt/2010/>)

Sendo esta a conclusão principal em relação aos cinco grupos, e dada a extensão numérica do total de categorias, a possibilidade de proceder a um desdobramento intermédio de onze subgrupos permite uma interpretação mais pormenorizada, mas capaz de manter, em simultâneo, a preocupação de obtenção de padrões explicativos sintéticos. Assim, na comparação entre os valores obtidos para grupos e subgrupos pode dizer-se, por exemplo, que dentro do grupo “violência”, que regista o valor médio mais alto, há uma diferença muito significativa nos subgrupos que a compõem: o subgrupo

“assassinatos e raptos”, por exemplo, detém uma frequência acentuadamente mais baixa relativamente aos outros dois subgrupos, “tratamentos cruéis e violência” e “tráfico humano e exploração”.

Se se aplicar o mesmo exercício aos restantes casos, verifica-se que esta constatação não é válida para os grupos “procedimentos criminais” e “liberdade de expressão e associação” (esta última até porque o subgrupo é igual ao grupo original). Mas, ao analisar o grupo “discriminação” confirma-se que o seu valor médio deriva de frequências altas e baixas, nos subgrupos “discriminação” e “religião”, respectivamente. Por fim, relativamente ao grupo “outros direitos económicos e sociais” há também uma diferença significativa entre “deslocados/apátridas e refugiados” e “outros direitos e liberdades”. Assim, confirmando a necessidade de efectuar estas distinções, e ordenando de forma descendente, reflectindo, portanto, uma enumeração que se inicia pelo maior número de infracções em termos de direitos humanos por subgrupos: “tratamentos cruéis e violência”, “tráfico humano e exploração”, “discriminação”, “corrupção e impunidade”, “sistema judicial”, “prisão/detenção”, “outros direitos e liberdades”, “liberdade de expressão e associação”, “religião”, “deslocados/apátridas e refugiados” e “assassinatos e raptos”.

No geral, os seis primeiros subgrupos (referentes a formas de violência efectiva, exploração, discriminação, mau funcionamento do sistema judicial e casos de corrupção e impunidade) verificam-se numa média sempre superior a 140 países; liberdades de expressão/associação e outros direitos têm médias de 115 e 131 países; os três últimos subgrupos estão, em média, presentes em menos de 100 países.

No quadro seguinte não são usadas as frequências obtidas para cada categoria; ao invés, a análise centra-se em torno do total de países por quantidade de categorias assinaladas (Quadro 2):

Quadro 2 – Países (194) por frequência de categorias (34)

Grupo	Freq.	País	Total
Grupo A (0-14)	1	São Marino	27 (14%)
	6	Liechtenstein, Luxemburgo	
	7	Mónaco	
	9	Islândia, Irlanda	
	10	Andorra, Barbados, Nauru, Nova Zelândia	
	11	Antígua e Barbuda, Austrália, Dinamarca, Finlândia, Grenada, Kiribati, Palau	
	12	Dominica, São Cristóvão e Nevis	
	13	Canadá, Noruega, Santa Lúcia	
	14	Estónia, Holanda, Ilhas Marshall, Micronésia, Portugal	
Grupo B (15-19)	15	Bélgica, Uruguai, Vanuatu	34 (18%)
	16	Austria, Cabo Verde, Malta, República Checa, São Vicente e Granadinas, Tuvalu	
	17	Belize, Chipre, Coreia do Sul, Eslovénia, França, Ilhas Salomão, Inglaterra, Letónia, Maurícia, Samoa, Suécia, Tonga	
	18	Espanha, Hungria, Lituânia, Suíça, Suriname, Taiwan	
	19	Brunei, Chile, Comores, Eslováquia, Itália, Japão, Seychelles	
Grupo C (20-24)	20	Alemanha, Costa Rica, Sahara Ocidental, São Tomé e Príncipe	26 (13%)
	21	Argentina, Bahamas, Guiana, Israel, Omã, Trindade e Tobago	
	22	Benin, Botswana, Guiné-Bissau, Lesoto, Libéria, Maldivas, Polónia, Singapura	
	23	Croácia, Kosovo, Panamá	
	24	Burkina Faso, El Salvador, Jamaica, Papua Nova Guiné, Timor-Leste	
Grupo D (25-29)	25	África do Sul, Albânia, Brasil, Butão, Cuba, Gabão, Gana, Haiti, Mali	45 (23%)
	26	Bahrain, Djibouti, Gâmbia, Guatemala, Malawi, Mauritânia, Namíbia, Paraguai, Peru, Qatar, Roménia, Serra Leoa, Tunísia	
	27	Bolívia, Bulgária, Equador, Grécia, Macedónia, Montenegro, Zâmbia	
	28	Argélia, Bosnia e Herzegovina, Congo (Brazzaville), Coreia do Norte, Emirados Árabes Unidos, Honduras, Líbia, Mongólia, Nicarágua, Suazilândia, Togo	
	29	Cazaquistão, Moçambique, República Dominicana, Sérvia, Turquemenistão	
Grupo E (30-34)	30	Burundi, Camboja, Camarões, Colômbia, Egito, Guiné Equatorial, Guiné, Kwait, Laos, México, Níger, Ruanda, Tajiquistão, Tanzânia	62 (32%)
	31	Angola, Arábia Saudita, Bielorrússia, Chade, Fiji, Iraque, Madagáscar, Malásia, Moldávia, Senegal, Venezuela	
	32	Arménia, Azerbaijão, Bangladesh, China, Costa de Marfim, Congo (República Democrática), Filipinas, Geórgia, Jordânia, Líbano, Turquia, Ucrânia, Uganda	
	33	Etiópia, Indonésia, Irão, Marrocos, Quênia, Sri Lanka, Uzbequistão, Vietname	
	34	Afeganistão, Birmânia, Eritreia, Iémen, Índia, Nepal, Nigéria, Paquistão, Quirguistão, República Centro-Africana, Rússia, Síria, Somália, Sudão, Tailândia, Zimbábwe	

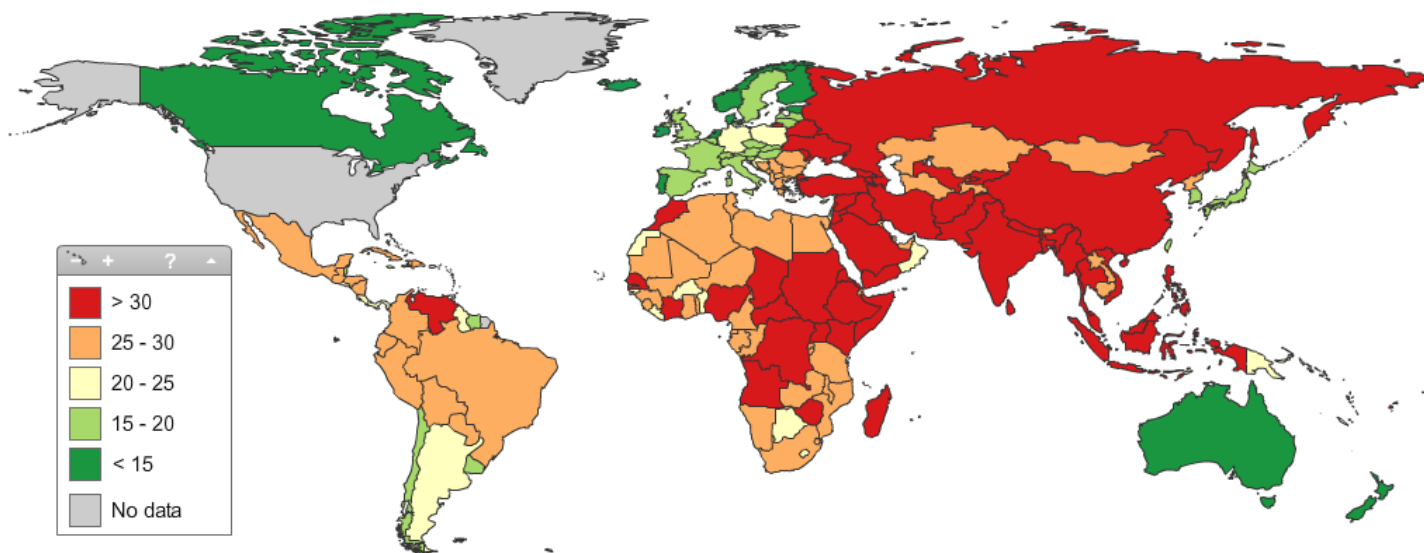
Fonte: Departamento de Estado dos Estados Unidos da América (<http://www.state.gov/g/drl/rls/hrrpt/2010/>)

Além da apresentação da listagem de países, esta forma de organização dos dados permite perceber sucintamente a contabilização mundial de violações de direitos humanos, isto é, fornece uma visão global sobre a quantidade de infracções cometidas. Além da indicação dos países, a apresentação por grupos visa o entendimento rápido da distribuição geral dos dados, permitindo, por exemplo, referir que o grupo E, sendo o que incorpora o registo mais alto da contabilização total de categorias, é, simultaneamente, o mais alto. Isto significa que em 32% do total de países estão assinaladas entre 30 a 34 categorias; adicionando a este dado o facto de o grupo D

representar 23%, então, no total, pode-se afirmar que em 55% (ou seja, em 107 países) foram registadas mais de 25 violações de direitos humanos, num máximo de 34. Nos restantes grupos registam-se valores muito próximos e mais baixos (entre 26 a 34), mas com expressão ainda significativa. De referir que os grupos estão divididos por intervalos de quatro, à excepção do grupo A, que diz respeito a países com uma até 14 categorias assinaladas. Esta opção, como se comprova, deve-se ao facto de que, uma vez que são incluídas praticamente todas as formas de violações de direitos humanos, seria pouco provável a existência de países sem qualquer infracção. Curiosamente, existe um único país com uma violação assinalada, um valor que contrasta com todos os outros registos; coincidentemente, trata-se da categoria que diz respeito a atitudes violentas contra as mulheres, a que detém os índices mais elevados, aliás, a única que está presente em todos os países analisados.

Introduzindo estes dados na aplicação informática gratuita Statplanet⁶⁰, adoptando os mesmos intervalos para a construção de grupos, é possível obter a seguinte representação visual⁶¹ (Figura 2):

Figura 2 - Número de categorias assinaladas por país



Fonte: Departamento de Estado dos Estados Unidos da América (<http://www.state.gov/g/drl/rls/hrrpt/2010/>)

⁶⁰ Disponível em <http://www.sacmeq.org/statplanet/>

⁶¹ Nota: estão inseridos os dados referentes a 193 países, uma vez que a aplicação não permite a contabilização do Kosovo

Na imagem são facilmente perceptíveis algumas diferenças por regiões do globo. De forma genérica, os continentes africano e asiático registam um número superior de categorias assinaladas, enquanto que ao europeu correspondem intervalos de valores mais baixos. Já o continente americano, com ausência de quantificação para os EUA, conta com situações muito díspares. A Oceânia, tal como o Alasca na zona norte-americana, tem menos de 15 categorias assinaladas.

Contudo, estes padrões regionais aplicam-se apenas ao total de categorias assinaladas, uma vez que nem sempre têm correspondência com o tipo, isto é, as infracções de direitos humanos diferem dentro do mesmo grupo de países, podendo até fazer variar as explicações causais e relacionais entre categorias, algo que aliás transparece ao se efectuar a leitura dos Relatórios. A cada país parece corresponder uma realidade muito específica, sendo que os contextos nacionais, especificamente na relação que estabelecem com os direitos humanos, parece ser determinada por factores e variáveis mais vastas a este estudo e ao conteúdo dos Relatórios. A cultura e tradição, por exemplo, pela sua influência em todos os membros de uma determinada sociedade (inclusivamente decisores políticos) podem ser questões-chave na explicação causal. Outras possíveis pistas de investigação para estudos futuros podem ser encontradas no capítulo seguinte.

3.2. As práticas de direitos humanos nos EUA

A finalizar o presente capítulo, pela origem da fonte e pela dimensão geográfica e simbólica do país em questão, serão acrescentadas informações relativas às violações de direitos humanos nos EUA, desta vez relatadas por organizações não governamentais (Amnistia Internacional e Human Rights Watch).

Como foi referido anteriormente, os autores dos Relatórios Nacionais sobre Práticas de Direitos Humanos não escrevem sobre o estado do seu próprio país, remetendo estes conteúdos para a Revisão Periódica Universal⁶², documento que deverá ser entregue pelos estados membros das Nações Unidas (mais especificamente, para o ACNUDH). Percebendo que uma tal redacção seria sempre criticada pela possível ausência de objectividade (mesmo que esta seja uma crítica já aplicada aos Relatórios pela eventual motivação política), a justificação apresentada, ou seja, de que não seria,

⁶² Consultar em <http://www.ohchr.org/en/hrbodies/upr/pages/uprmain.aspx>

então, necessário escrever sobre os EUA porque tais informações já constam noutra base de dados, suscita a dúvida, portanto, quanto à necessidade de redacção destes Relatórios pelo DEEUA sobre os outros países. De qualquer das formas, estes Relatórios estão seguramente redigidos de um modo mais acessível e claro e contêm outro tipo informações válidas, quando comparados aos que são submetidos pelos vários Estados-membros à ONU. São mais perceptíveis as efectivas violações de direitos humanos, isto é, as recolhidas e neles relatadas (porque a obtenção de dados nem sempre é fácil e a eventual motivação dos autores é uma questão que tem de ser deixada em aberto), permitindo uma noção do perfil geral do país. Uma vez que este tipo de informações está presente, como já foi referido, noutras fontes não tão extensas, mas de grande pertinência, e uma vez que falamos de um país de reconhecida influência internacional e autor da principal fonte deste trabalho, uma recolha complementar do tipo de violações de direitos humanos que ocorrem no seu território será, por isso, apropriada. Este conjunto de dados não foi contemplada aquando da utilização da aplicação Statplanet porque nos relatórios da Human Rights Watch e Amnistia Internacional não são usados os mesmos critérios, havendo diferenças no estilo de redacção e no tipo de conteúdos (mais limitados), impossibilitando uma comparação viável. Foram usados os dados relativos a uma única fonte, o DEEUA, sendo também este o motivo pelo qual os EUA não estão na listagem da grelha utilizada neste trabalho para assinalar as categorias, sendo preferível a exposição textual que se segue, referente aos dados mais recentes de ambas as instituições:

. *Human Rights Watch* - em relação aos EUA são referidas no relatório de 2011 as seguintes violações de direitos humanos: punições criminais excessivas, más condições nas prisões (no acesso a serviços e abuso, nomeadamente sexual), tortura e outros tratamentos cruéis a suspeitos de terrorismo, tratamento desigual pelo sistema judicial com base na raça, quebra de direitos dos imigrantes e requerentes de asilo, restrições nos direitos de associação e negociação de organizações sindicais, trabalho infantil na agricultura (casos associados a abuso sexual e à desistência da escola), necessidade de mais meios de prevenção do HIV/SIDA, discriminação laboral contra as mulheres (em termos de salário e representação no mercado de trabalho), violência contra as mulheres.

. *Amnistia Internacional* - no relatório de 2010, além de algumas violações de direitos humanos já mencionadas pela Human Rights Watch, quanto aos EUA são acrescentadas ainda: dezenas de mortes dentro das prisões por choque eléctrico (armas),

disparidades raciais e económicas no acesso aos serviços de saúde, detenções arbitrárias (sem acusação) em situação de combate (incluindo crianças no Afeganistão), impunidade por crimes cometidos na Administração Bush, limitações no fornecimento de medicação a cubanos, prisão de militares que se recusaram a servir no Afeganistão ou Iraque e a aplicação de penas de morte.

Se estes dados, como avançado anteriormente, não permitem uma comparação regrada, tal não invalida a hipótese de uma aproximação qualitativa dos EUA com outros países. De facto, o tipo e número de categorias que poderiam ser assinaladas com base nestas descrições é elevado. Não concretizando uma frequência, nem enumerando países concretos (pela dificuldade associada já referida), pode afirmar-se que os EUA estariam nos grupos mais altos (identificados no Quadro 2), que dizem respeito aos maiores registos de violações de direitos humanos. Este é o motivo pelo qual a sua acção e discurso são amplamente criticados, como mencionado anteriormente.

Não se ignore, contudo, que de outros se pode dizer o mesmo. Por este motivo, como lembra Luis Fernando Ayerbe, há quem questione “a atribuição da principal responsabilidade pelos conflitos e calamidades económicas e sociais que assolam o mundo à vocação imperial da superpotência. Afinal, muitos desses problemas carregam o peso de um passado recente em que a Europa foi um protagonista essencial (...) A decadência europeia tem sequelas nos conflitos presentes em regiões que eram parte dos seus impérios coloniais, cuja desagregação deixou marcas permanentes no chamado “terceiro mundo” (Ayerbe, 2005: 356-357).

Notas finais e conclusões

A abrangência teórica e prática do conceito de direitos humanos permite associar-lhe uma multiplicidade de temas que vão para além da pertinência explicativa da sua origem, evolução e internacionalização. Temas como Estado, sociedade e educação são um exemplo dos vários tipos de fenómenos que abarca e que servem à sua fundamentação e contextualização. Contudo, o paradoxo universalismo/relativismo parece estar sempre subjacente, tipicamente pelas perspectivas, por um lado, mais ocidentais ou, por outro, mais culturais (como é exemplo a análise civilizacional).

A necessidade de recorrer aos primeiros autores que reflectiram sobre estes temas resulta do reconhecimento de que estas interrogações perduraram no tempo e servem ainda à sua definição, já que nas reflexões filosóficas são exploradas várias perspectivas sobre o comportamento humano e formas de organização das sociedades, geralmente estabelecendo uma ligação entre indivíduos e entidades governativas. Com eles são também avançadas hipóteses sobre a caracterização dos Estados e a distribuição de poder e privilégios, assim como explicações relativas à moralidade e conduta individuais. Questões ligadas à cidadania e liberdade são também mencionadas, como garantia existente na forma de um contrato social. Assim, a preservação de direitos e condições de existência humana, também por influência dos vários fenómenos históricos, tem sido, por isso, uma preocupação ao longo dos tempos, justificando a continuidade dos estudos em direitos humanos.

No seu processo de expansão e internacionalização, os direitos humanos têm vindo a assumir gradualmente a forma de leis e tratados comuns, para muitos, numa lógica de evolução dividida em quatro gerações: liberdades civis e políticas, direitos económicos e sociais, universalidade e humanismo e institucionalização. Contudo, alguns autores referem que este é um raciocínio marcadamente ocidental e, portanto, com um potencial de aplicação universal ideológico perigoso, pela não adequação aos traços culturais das restantes sociedades. Isto é, um conceito de direitos humanos baseado em concepções ocidentais não terá aceitação por civilizações que os equacionam de forma diversa, logo, dever-se-á optar por uma posição relativista, adaptada ao contexto, e não universalizante e inflexível. Tal implicará, em contra-argumento, o risco de não se cumprirem várias disposições previstas nos direitos

humanos; mas, optar pelo universalismo poderá resultar numa sobreposição cultural que não respeita características e particularidades.

Outros autores preferem associar os direitos humanos às questões educativas, como modo de intervenção e consciencialização precoce de conceitos ligados à democracia, cidadania e liberdade, através, por exemplo, da introdução destes temas no próprio currículo escolar. Uma melhor preparação para o futuro, a emancipação e desenvolvimento de novos projectos com vista à promoção de direitos humanos e à melhoria das condições ambientais são os objectivos pretendidos. Outros ainda retomam a discussão filosófica, aplicando os problemas e perspectivas dos autores clássicos à realidade actual, desenvolvendo o conhecimento teórico existente.

A inclusão da caracterização de instituições internacionais que actuam no âmbito dos direitos humanos visa, uma vez que ao tema está simultaneamente subjacente uma vertente teórica e intervencionista, um resumo sobre a já extensa actuação neste âmbito. Não obstante o facto de existirem inúmeras organizações que desenvolvem vários tipos de projectos em todo o mundo, assim como a interrogação sobre os seus financiamentos e propósitos, foram apresentadas, além da ONU, as instituições de referência diplomática e governamental nas várias regiões (União Europeia, Organização dos Estados Americanos, União Africana, Liga Árabe e Organização da Conferência Islâmica, Associação de Nações do Sudeste Asiático - ASEAN) e as duas das maiores organizações não governamentais (Amnistia Internacional e Human Rights Watch).

A opção de elaborar um subcapítulo que aborda os direitos humanos à luz da perspectiva dos EUA surge da necessidade de especificar que o uso de uma única base de dados implica adoptar uma visão singular, especialmente num tema tão controverso, pela apontada descoincidência entre discurso e acção e pela importância significativa que o conceito ocupa nas relações externas de um país com amplo poder diplomático. Como exemplifica Luis Fernando Ayerbe, “apesar dos argumentos universais invocados pela administração Bush em favor da democracia, a liberdade e a prosperidade económica, o autor [Michael Mann] chama a atenção para uma prática pautada basicamente na promoção dos interesses das elites dominantes, tanto daquelas mais próximas do Estado, como das que representam o poder dos chamados mercados, defensoras da disseminação global do neoliberalismo. A incoerência entre o discurso e a realidade estaria comprometendo cada vez mais a credibilidade internacional do país, sendo que a resposta das autoridades governamentais tende a pautar-se pela exacerbação do poderio militar, marca do novo imperialismo em construção” (Ayerbe, 2005: 348).

A decisão, contudo, de prosseguir este estudo não ocorre, no entanto, sem que os ganhos pesem mais sobre as perdas, isto é, pelo óbvio reconhecimento do seu valor e mérito, mesmo com esta ressalva. De referir que nos Relatórios do DEEUA há uma ampla abrangência em termos de definição do conceito de direitos humanos, pelo que são incluídas praticamente todas as variáveis e fenómenos relacionados.

A escolha dos Relatórios como objecto de análise acontece, como já referido anteriormente, porque efectivamente constituem a base de dados mais detalhada, clara e abrangente no que respeita à apreensão da situação dos direitos humanos a nível mundial. Uma vez que a sua produção é textual, a pesquisa documental revelou-se como a técnica mais adequada e com mais potencial de análise, nomeadamente pela sua capacidade de sintetizar um conjunto relativamente vasto de informação, possibilitando uma apresentação resumida e clara, por isso, facilmente perceptível. Sendo este o objectivo geral deste trabalho, a obtenção de uma representação simplificada de informação através do registo de características comuns, permitiu, ao mesmo tempo, proceder a comparações e, com elas, retirar interpretações novas ou complementares. Assim, tornou-se possível perceber a realidade dos direitos humanos em cada país e, mais importante ainda, proceder à comparação entre eles. A aplicação da técnica, neste caso, foi concretizada através de um registo em grelha com 34 categorias, correspondentes aos vários tipos de violações de direitos humanos existentes nos Relatórios, que permitiu ainda um segundo tipo de comparação. Por um lado, obtivemos uma contabilização por país e, por outro, por direito humano não respeitado. Dentro de cada categoria não existe quantificação pela ausência deste tipo de informação no texto ou, quando existe, pela dificuldade em elaborar escalas adequadas, ou seja, com base num critério único comum; também, se o objectivo deste trabalho é uma sintetização, e se tal operação seria complexa e longa, a sua aplicabilidade seria difícil e, provavelmente, secundária.

Recorda-se, assim, a afirmação de Sano (2005) em que a operacionalidade das investigações em direitos humanos diverge consoante os objectivos estabelecidos; é também o mesmo autor que indica que nem sempre é possível, mesmo que desejável, a obtenção da quantificação. Aliás, os indicadores utilizados podem ser quantitativos ou qualitativos, ou até referentes a significados relativos a um universo maior, permitindo ter uma ideia de uma realidade mais complexa, como é o caso das categorias aqui utilizadas. Retomando a distinção de Sano entre avaliação de desempenho e avaliação

da execução global em termos de direitos humanos a nível mundial, o tipo de análise aqui proposto encaixar-se-ia neste segundo, uma vez que faz um género de exame global (mesmo que não identifique mudanças, já que para isso, a mesma operação teria que ser repetida nos Relatórios dos anos anteriores). Deste modo, como afirma o autor, dá-se mais importância ao diagnóstico do que às suas causas ou autores, razão também pela qual as informações respeitantes às atitudes e acções governamentais nos Relatórios não foram contabilizadas; de extrema importância, contudo, elas dirão respeito a questões ligadas à monitorização ou avaliação de desempenho. Como afirma Landman (2003), a maioria dos estudos são já realizados neste sentido, com enfoque nas violações de direitos humanos mais graves, isto é, em detrimento dos direitos económicos, sociais e culturais. Partilhando da ideia de que o bom desempenho governamental nem sempre corresponde a uma mudança efectiva na sociedade, esta distinção foi, por isso, posta em prática.

Ainda quanto às metodologias usadas no estudo em direitos humanos, a análise documental não vem referenciada e, enquanto técnica, não está definida como quantitativa ou qualitativa. Como realça Bardin (1977), ela permite adquirir “o máximo de informação (aspecto quantitativo), com o máximo de pertinência (aspecto qualitativo)” (46: Bardin: 1977). Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009) mencionam a sua capacidade de numerar e categorizar para extrair significado, cruzando características dos dois caminhos metodológicos. Efectivamente, Hafner-Burton e Ron (2009) chamam a atenção para a necessidade de cruzamento de informações qualitativas e quantitativas, enquanto Andreassen e Sano (2004) falam da necessidade de melhores instrumentos de análise nos estudos de direitos humanos. A proposta deste trabalho não ambiciona constituir-se como uma solução efectiva e sempre aplicável (até pela concordância com a variabilidade de objectivos que definem diferentes opções metodológicas), mas pretende apresentar-se, acima de tudo, como mais um contributo à reflexão geral do tema e das técnicas usadas para o seu estudo.

Hafner-Burton e Ron (2009) demonstram que os principais problemas metodológicos no estudo dos direitos humanos se colocam ao nível da ausência de dados, na definição de escalas e de medida e nas fontes de informação. Já Landman (2003) refere a origem e validade dos dados. Porque o trabalho de pesquisa desenvolvido se realiza com base numa única fonte de informação foi necessário proceder à exploração e caracterização dos direitos humanos através da perspectiva da política externa americana, como já foi referido. Resumindo, os vários autores, mesmo

apontando a eventual instrumentalização e defesa de interesses próprios, aliadas à aplicação internacional e não nacional do seu discurso, concordam com o efeito também positivo na proliferação e afirmação dos direitos humanos a nível global, sendo que um dos exemplos são, inclusivamente, os Relatórios Nacionais sobre Práticas de Direitos Humanos. Por conseguinte, reconhecendo a validade e o esforço de compactação de informação do qual resultam estes Relatórios, pela sua extensão expectável (ora não resumissem complexas realidades nacionais) faz sentido torna-la ainda mais acessível, especialmente porque esta operação também poderá potenciar, através de novas análises, o desenvolvimento do conhecimento sobre o tema dos direitos humanos.

Um exercício comum ligado às questões metodológicas é o de assumir as potencialidades e limitações do caminho seguido na investigação realizada, até porque resulta numa clarificação imediata dos objectivos e limites do estudo (além das óbvias, no caso, de recursos humanos, financeiros e temporais). Assim, podem-se elencar as seguintes vantagens: resumo de uma base de dados extensa, que cobre quase todo o território mundial; sistematização e simplificação da informação (clara e acessível); inclusão de um conjunto muito amplo de tipos de violações de direitos humanos, que resulta em 34 categorias; ganho quantitativo e, simultaneamente, qualitativo. Como desvantagens: ausência de comparação com informações de outras bases de dados; impossibilidade de realização de testes estatísticos; não apreensão de causalidades e de actuação governamental.

Ainda relativamente à aplicação técnica, em certas situações, a decisão de assinalar ou não determinadas categorias foi definitivamente o passo procedimental de mais difícil execução. Mesmo com o conjunto de indicações fornecido, como mencionado pelos autores, as fontes que não foram produzidas com o intuito de análise quantitativa podem causar problemas de sistematização; efectivamente, a maior dificuldade deste tipo de trabalho prende-se com a decisão do registo, nomeadamente pelas possíveis implicações simbólicas e ideológicas. Deve-se, simultaneamente, ter em conta de que este trabalho resulta num resumo baseado em estudos já realizados por outros que, como afirmam no Anexo 2, já procederam à verificação dos dados que apresentam ou confiam na sua veracidade, estando, por isso, ultrapassada, à partida, a questão da sua correspondência real.

Efectivamente, é na selecção de informação operada pelos autores dos Relatórios Nacionais sobre Práticas de Direitos Humanos que se podem encontrar, se existirem, eventuais interesses na sua produção, mas deve-se também ter presente que nem sempre

as informações estão disponíveis (como é referido, por exemplo, no caso da Líbia e da Coreia do Norte). Uma ideia a reter é a de que, como dizem os seus autores, estes Relatórios foram construídos com informações oficiais, mas também de organizações não governamentais. Ou seja, as categorias assinaladas reflectem efectivas violações de direitos humanos; porém, a não selecção das restantes não permite afirmar que tais infracções não ocorreram. Daí que, por todas estas questões, a análise ou tentativa de obter um perfil de um país com base nestes resultados deverá ser um procedimento cauteloso, sendo que, por isso, foi dada preferência a uma reflexão mais segura através da apresentação de frequências por categoria e por grupos de países com determinada quantificação.

Como mencionado, a referência a dados quantitativos não é constante ao longo dos Relatórios. A adopção de um critério comum não permitiu, por isso, a produção de escalas ou indicação numérica do grau de incidência, o que será natural pela complexidade e dificuldade associada à obtenção de informações. Mais uma vez, a disponibilidade e/ou produção dos dados são problemas difíceis de solucionar. Já que a apreensão de todas as violações de direitos humanos é um procedimento de impossível de realização, os trabalhos dedicados à sintetização deste tipo de informação devem ser encarados com essa consciência, não obstante a sua validade e contributo. Assim, é aqui objectivo tornar materiais descritivos e longos numa grelha de interpretação fácil e global. Já o uso de uma única fonte de dados, se susceptível a críticas pela ausência de comparação com outras informações recolhidas, permite, por outro lado, a aplicação dos mesmos critérios e grelha de análise, sendo mais facilitado o seu preenchimento e, se necessário, a verificação dos dados recolhidos.

No decorrer das investigações é usual surgir um conjunto de hipóteses que podem ser seguidas; algumas tornam-se parte do estudo, enquanto outras são afastadas porque, por exemplo, não servem os objectivos propostos ou porque simplesmente não podem ser postas em prática. Não obstante o seu potencial contributo para a produção de conhecimento, quando tal acontece é comum serem indicadas no final. Assim, foi já mencionada a possibilidade de proceder a uma comparação com outras bases de dados, adoptando ou não as mesmas categorias e grelha de análise; foi também avançado que um enquadramento baseado na cultura e tradição (ligado, por exemplo, às questões de género e religião) poderia trazer benefícios analíticos, eventualmente até possibilitando a obtenção de perfis nacionais. Um outro fenómeno, que pode ou não ser associado à

questão cultural, e que parece estar associado a situações de violência, mas especialmente às de discriminação, é a imigração. O cariz sintético deste trabalho não permite aprofundar o estudo deste tipo de questões, mas indica, contudo, hipóteses teóricas que poderão ser seguidas em estudos mais aprofundados, como sendo a ligação entre as categorias encontradas:

- . capacidade de associação e negociação/organização do trabalho (que podem também estar relacionadas com as condições de trabalho precárias e ao trabalho forçado e infantil, pela falta de fiscalização);

- . tráfico humano (geralmente, para exploração laboral e sexual) e as categorias pedofilia/prostituição, violência na mulher, trabalho forçado e trabalho infantil;

- . associação entre tratamentos cruéis (geralmente operados pelas forças de segurança e guardas prisionais) e condições de detenção/prisão;

- . relação entre impunidade das forças de segurança e assassinatos e detenção/prisão arbitrárias;

- . relação entre refugiados e deslocados/apátridas e a liberdade de circulação.

Além disso, uma outra possibilidade é a construção de um índice de liberdade de expressão e associação, com potencialidade de explicação causal significativa, que inclui-se as seguintes categorias: direitos civis, liberdade de expressão/imprensa, assembleia/associação e associação (trabalho), liberdade de investigação em direitos humanos, organização/negociação e direitos políticos.

Retomando as questões gerais abordadas, pode dizer-se que o debate em torno dos direitos humanos não pode, de facto, ser efectuado sem se ter a consciência da sua evolução, marcada pela história e filosofia, que resulta, através de um Ocidente que pressiona o resto do mundo, numa série de acordos internacionais, orgulhosa e comumente aceites. Pensar e, sobretudo, desenvolver o respeito pelos outros seres humanos, nas suas diferentes dimensões, tornou-se numa obrigação moral, muitas vezes, e infelizmente, mais discursiva do que prática. Não obstante, o esforço colectivo, onde jogam entidades governativas e organizações da sociedade civil, em confronto ou parceria, tem um balanço positivo, mais não fosse pela abrangente e crescente consciencialização.

Os Relatórios Nacionais sobre Práticas de Direitos Humanos do DEEUA são um dos exemplos das inúmeras iniciativas promovidas e que sendo embora criticáveis, pelo seu método ou, principalmente, pelos interesses que podem ou não encerrar, consistem

num projecto ambicioso de aglomeração de um conjunto de informações que, por si só, consagram a necessidade de produção de conhecimento neste âmbito. Partindo do pressuposto de que o conceito incorpora noções várias e, portanto, até contraditórias na realidade, poucos serão os temas que não incluí. Efectivamente, falar de direitos humanos implica discutir todos os fenómenos que lhe estão associados, sob pena de excluir variáveis significativas; também, se o objectivo único é, e deverá ser, a aplicabilidade de tais avanços, os constantes diálogos, as diplomacias e as boas vontades declaradas sem acções correspondentes tornar-se-ão obsoletos. Então, uma vez estabelecido que uma visão alargada do conceito, sustentada num conhecimento com a maior dimensão possível, permitirá a construção de uma perspectiva mais rica, vale a pena explorá-la sempre tendo em conta a sua concretização.

Daí a apresentação de conteúdos teóricos que ajudam a perceber o seu trajecto, a discussão da sua definição e a sua progressiva institucionalização, que, nos dias de hoje, é representada por entidades bem conhecidas; mas não só, a introdução de outros temas, não excluindo a existência provável de muitos outros, segue esta mesma ideia. A exploração de uma metodologia de rara utilização constitui um passo arriscado, mas considerado necessário e adequado aos propósitos finais; se o conhecimento deve ser produzido, como argumentado, e principalmente neste tema, com uma finalidade real, a construção de um esquema conceptual e sintético foi o objectivo principal deste trabalho. Mais do que contribuir para a contínua formulação de hipóteses teóricas, não obstante a indicação de possíveis pistas de investigação que dele poderão advir (porque não é negada a validade e importância de outros tipos de estudos ou a mais-valia comparativa ou de triangulação), a maior preocupação foi a de poder fornecer uma sinopse simples e clara, acessível a todos, pela convicção de que o conhecimento permite uma acção mais informada e consciente.

A natureza deste tipo de análise serve mais uma orientação sistematizada do que uma discussão teórica e argumentativa (até pelas imposições temporais e académicas), mas obviamente, não se escusa de interpretação, ora não fosse prosseguida uma organização grupal. Assim sendo, além da constatação óbvia do grande número de violações de direitos humanos registado, não esquecendo a sua variabilidade nomeadamente entre países (que não permite, desse modo, avançar com a elaboração de perfis regionais), uma das conclusões mais pertinentes está relacionada com os índices acentuadamente altos em dois grupos, mulheres e crianças. Nos conjuntos de categorias elaborados, os valores relativos a tratamentos violentos, no geral, são assustadoramente

altos, enquanto comportamentos discriminatórios e níveis de corrupção ou relativos ao funcionamento do sistema judicial são, no mínimo, preocupantes. Se, além disso, tentarmos qualificar o estado dos direitos humanos no mundo posicionando-o numa escala, que, no caso, iria de 0 a 194, verificamos que a sua posição estaria no nível 135. Se de algum modo se generalizou a ideia de que já se fizeram muitos avanços na consciencialização das populações quanto ao respeito pelos direitos humanos, este número deverá, tal como muitos outros presentes na análise de resultados, seguramente, suscitar algumas interrogações. E assim se cumpre o segundo grande objectivo deste trabalho: fomentar a curiosidade sobre o tema, fornecendo dados que, simultaneamente, informam e poderão desenvolver raciocínios, hipóteses e problemáticas de aplicação preferencialmente prática.

Concluindo, este trabalho resulta da tentativa, dentro das limitadas capacidades individuais, portanto, servindo-se de fontes já existentes, em resumir o estado dos direitos humanos a nível global, motivação que nasce de uma simples, mas genuína preocupação com as assimétricas condições de vida que ainda persistem no nosso planeta.

Referências Bibliográficas

ADLER, Emanuel (1999), “O construtivismo no estudo das relações internacionais”, *Lua Nova*, nº 47, pp. 201-246, Ago. (<http://www.scielo.br/pdf/ln/n47/a11n47.pdf>)

ANDREASSEN, Bard Anders; SANO, Hans-Otto (2004), *What's the goal? What's the purpose? Observations on human rights impact assessment*. Oslo: University of Oslo – Norwegian Centre for Human Rights, Research Notes 02/2004 (<http://www.jus.uio.no/smr/forskning/publikasjoner/arkiv/rn/2004/0204.pdf>)

AYERBE, Luis Fernando (2005), “Os Estados Unidos e as Relações Internacionais Contemporâneas”, *Contexto Internacional*, vol. 27, nº 2, Jul./Dez., pp. 331-368. (http://publique.rdc.puc-rio.br/contextointernacional/media/Ayerbe_vol27n2.pdf)

BARDIN, Laurence (1977), *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

BEANE, James (2003), “Integração curricular: a essência de uma escola democrática”, *Currículo sem Fronteiras*, v. 3, n. 2, pp. 91-110, Jul/Dez. (<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss2articles/beane.pdf>)

CASTRO, Marcus Faro de (2001), “Da Westphalia a Seattle: a teoria das relações internacionais em transição”, *Cadernos do REL*, Caderno nº 20. Brasília: Instituto de Ciência Política e Relações Internacionais (<http://pt.scribd.com/doc/4216765/De-Westphalia-a-Seattle>)

DONELLY, Jack; LIANG-FENTON, Debra, “Introduction” IN LIANG-FENTON, Debra (2004), *Implementing US human rights policy*. USA: United States Institute of Peace (http://books.google.pt/books?id=T9Q--kXZcDUC&pg=PR16&dq=Solomon,+Richard+H.,+IN+Liang-Fenton,+Debra,+Implementing+US+human+rights+policy&hl=pt-PT&ei=whMXTv2-KIS7hAf03_XMBQ&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CCkQ6AEwAA#v=onepage&q&f=false)

FALCONI, Adalberto Fernandes (2008), *Os direitos humanos e o debate sobre sua fundamentação perante os ideais universalista e relativista*. São Leopoldo:

Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Centro de Ciências Jurídicas
(http://www.sapientia.pucsp.br//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5799)

FERNANDES, António Teixeira (2000), *Os direitos do Homem na legitimação dos Estados*. Porto: Universidade do Porto – Faculdade de Letras
(http://aleph.letras.up.pt/exlibris/aleph/a18_1/apache_media/HS985TVTPGJSYIVDNL LCQQGFVRL3A.pdf)

FERNANDES, António Teixeira (2009), *Direitos Humanos e Globalização*. Porto: Universidade do Porto – Faculdade de Letras
(http://aleph.letras.up.pt/exlibris/aleph/a18_1/apache_media/NKKQAD25CRCKH9YG 6NNRLTEA44P2X5.pdf)

GILBERT, Paul Carson (2008), *NGO's and Human Rights promotion: socialization, framing and the case of West Papua*. Nova Zelândia: University of Canterbury
(<http://hdl.handle.net/10092/1694>)

GODOY, Arilda Schmidt (1995), “Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais”, *Revista de Administração de Empresas*, v. 35, n. 3, p. 20-29, Mai/Jun. São Paulo.
(http://www.producao.ufrgs.br/arquivos/disciplinas/392_pesquisa_qualitativa_godoy2.pdf)

GONÇALVES, Williams (2003), *Relações Internacionais*. Centro Brasileiro de Documentação e Estudos da Bacia do Prata
(http://www.cedep.ifch.ufrgs.br/Textos_Elet/pdf/WilliamsRR.II.pdf)

HAFNER-BURTON, Emilie M.; RON, James (2009), “Seeing double: human rights impact through qualitative and quantitative eyes”, *World Politics*, v.61, n.2, p. 360-401.
New Jersey: Trustees of Princeton University
(http://irps.ucsd.edu/ehafner/pdfs/seeing_double.pdf)

IGNATIEFF, Michael (2005), *American exceptionalism and human rights*. USA: Princeton University Press
(http://books.google.pt/books?id=OUiZLQdGJwC&printsec=frontcover&dq=Ignatieff,+Michael,+American+exceptionalism+and+human+rights&hl=pt-PT&ei=dBIXTsHeN5S7hAfnoszMBQ&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CCKQ6AEwAA#v=onepage&q&f=false)

KRETSCHMANN, Ângela (2006), *Universalidade dos Direitos Humanos e na complexidade de um mundo multicivilizacional*. São Leopoldo: Universidade de Vale do Rio dos Sinos - Centro de Ciências Jurídicas (http://bdtd.unisinos.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=275)

LANDMAN, Todd (2003), *Map-making and analysis of the main international initiatives on developing indicators on democracy and good governance*. United Kingdom: University of Essex - Human Rights Centre (<http://web.abo.fi/institut/imr/research/seminars/indicators/final-report.pdf>)

LIANG-FENTON, Debra (2004), *Implementing US human rights policy*. USA: United States Institute of Peace (http://books.google.pt/books?id=T9Q--kXZcDUC&pg=PR16&dq=Solomon,+Richard+H.,+IN+Liang-Fenton,+Debra,+Implementing+US+human+rights+policy&hl=pt-PT&ei=whMXTv2-KIS7hAf03_XMBQ&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CCkQ6AEwAA#v=onepage&q&f=false)

MERTUS, Julie A. (2004), *Bait and switch: human rights and US foreign policy*. United Kingdom: Routledge (http://books.google.pt/books?id=Ftc9oQoPWnMC&printsec=frontcover&dq=Mertus,+Julie+A.,+Bait+and+switch:+human+rights+and+US+foreign+policy&hl=pt-PT&ei=GRMXTqjxMJSBhQfQ0tDMBQ&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CCwQ6AEwAA#v=onepage&q=Mertus%2C%20Julie%20A.%2C%20Bait%20and%20switch%3A%20human%20rights%20and%20US%20foreign%20policy&f=false)

PEREIRA, Alessandro Eugénio; BECARD, Danielly Silva Ramos; LACERDA, Gustavo Biscaia de (2010), “Relações internacionais: novos cenários e agendas”, *Revista de Sociologia e Política*, vol. 18, nº 37, pp. 9-15, Out. Curitiba (<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n37/02.pdf>)

PIOVESAN, Flávia (2008), “Tratados internacionais de protecção dos direitos humanos: jurisprudência do STF”, *Revista Internacional de Direito e Cidadania*, vol. 1, Out. São Paulo: Instituto Estudos Direito e Cidadania (<http://reid.org.br/arquivos/REID-002.pdf>)

SANDRINI, Adriana Cesário Pereira (2006), *Direitos Humanos como garantia de exercício de cidadania: uma reflexão à luz do direito brasileiro*. Santa Catarina: Universidade do Vale do Itajaí (http://www6.univali.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=222)

SANO, Hans-Otto (2005), *Human Rights Indicators. Purpose and Validity. Paper for Turku/Åbo Expert Meeting on Human Rights Indicators, 11-13 March 2005*. Dinamarca: Danish Institute for Human Rights. (http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:TFtfzwGenGUJ:web.abo.fi/institut/imr/research/seminars/indicators/Human.doc+Human+Rights+Indicators.+Purpose+and+Validity.+Paper+for+Turku/%C3%85bo+Expert+Meeting+on+Human+Rights+Indicators,+11-13+March+2005&hl=pt-PT&gl=pt&pid=bl&srcid=ADGEESikpDJfYMjc0YklsTcV5C7AJYWdJHBh2soaP8entZ9X8Y96LJG7DMhXyvs4GQuOkX3itab4jN-EasqTa1r4PV5g9GGjZtID48f8ny2SdfOkaURARqmOxx9a1uN9k3l_G2RvGQD3&sig=AHIEtbSCLzQd6iwy8EQKfbteQ-8t00p43w)

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe (2009), “Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas”. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, Ano I, Número I, Julho de 2009 (http://rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Pesquisa%20documental.pdf)

SANTOS, Marcelo (2007), *O poder norte-americano e a América Latina no pós-guerra fria*. São Paulo: Annablume (http://books.google.com/books?id=frbvqMgII9UC&pg=PA16&lpg=PA16&dq=O+poder+norte-americano+e+a+Am%C3%A9rica+Latina+no+p%C3%B3s-guerra+fria&source=bl&ots=9YcinLITqF&sig=hF5JT_T0VCk3oKYFKryZUOKhfa8&hl=pt-PT&ei=zpGAToP1FY_JswaA0K0f&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=4&ved=0CDAQ6AEwAw#v=onepage&q&f=false)

SOLOMON, Richard H., “Foreword”, IN LIANG-FENTON, Debra (2004), *Implementing US human rights policy*. USA: United States Institute of Peace (<http://books.google.pt/books?id=T9Q--kXZcDUC&pg=PR16&dq=Solomon,+Richard+H.,+IN+Liang->

Fenton,+Debra,+Implementing+US+human+rights+policy&hl=pt-PT&ei=whMXTv2-KIS7hAf03_XMBQ&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CCkQ6AEwAA#v=onepage&q&f=false)

SPRING, Joel (2004), “O futuro da educação na sociedade global”. *Currículo sem Fronteiras*, v. 4, n. 2, pp. 71-91, Jul/Dez. (<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol4iss2articles/spring.pdf>)

TAVARES, Celma (2009), *Educação integral, educação contextualizada e educação em direitos humanos: reflexões sobre seus pontos de intersecção e seus desafios*. Brasil: Fundo das Nações Unidas para a Infância (retirado de <http://www.b-on.pt>)

VEIGA, Marcelo (2007), *Pensamento político moderno e fundamentos dos direitos humanos: perspectivas para o século XXI*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (http://www.sapientia.pucsp.br//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5799)

WILSON, Larman C., “Human Rights in U.S. foreign policy: the rhetoric and the practice” IN WILSON, Ernest J. Wilson (2004), *Diversity and US foreign policy: a reader*. United Kingdom: Routledge (http://books.google.pt/books?id=PjcZJpW0WtMC&pg=PA373&dq=Wilson,+Larman+C.,+IN+Wilson,+Ernest+J.+Wilson,+Diversity+and+US+foreign+policy:+a+reader&hl=pt-PT&ei=WhEXTs7BBtKJhQfIya3GBQ&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CCkQ6AEwAA#v=onepage&q&f=false)

Fontes

Relatórios Nacionais sobre Práticas de Direitos Humanos de 2010 (Departamento de Estado dos Estados Unidos da América - United States Department of State, consultada em 01-04-2011, no sítio <http://www.state.gov/>)

Annual Report 2011: the state of the world's human rights (Amnistia Internacional - Amnesty Internacional, consultada em 01-02-2011, no sítio <http://www.amnesty.org/>)

World Report 2011 (Human Rights Watch, consultada em 01-02-2011, no sítio <http://www.hrw.org/>)

Anexo 1

Declaração Universal dos Direitos Humanos¹

Adoptada e proclamada pela Assembleia Geral na sua Resolução 217A (III) de 10 de Dezembro de 1948.

Publicada no Diário da República, I Série A, n.º 57/78, de 9 de Março de 1978, mediante aviso do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Preâmbulo

Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo;

Considerando que o desconhecimento e o desprezo dos direitos do homem conduziram a actos de barbárie que revoltam a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que os seres humanos sejam livres de falar e de crer, libertos do terror e da miséria, foi proclamado como a mais alta inspiração do homem;

Considerando que é essencial a protecção dos direitos do homem através de um regime de direito, para que o homem não seja compelido, em supremo recurso, à revolta contra a tirania e a opressão;

Considerando que é essencial encorajar o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações;

Considerando que, na Carta, os povos das Nações Unidas proclamam, de novo, a sua fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres e se declararam resolvidos a favorecer o progresso social e a instaurar melhores condições de vida dentro de uma liberdade mais ampla;

Considerando que os Estados membros se comprometeram a promover, em cooperação com a Organização das Nações Unidas, o respeito universal e efectivo dos direitos do homem e das liberdades fundamentais;

Considerando que uma concepção comum destes direitos e liberdades é da mais alta importância para dar plena satisfação a tal compromisso:

¹ Fonte: Gabinete de Documentação e Direito Comparado (www.gddc.pt)

A Assembleia Geral

Proclama a presente Declaração Universal dos Direitos do Homem como ideal comum a atingir por todos os povos e todas as nações, a fim de que todos os indivíduos e todos os órgãos da sociedade, tendo-a constantemente no espírito, se esforcem, pelo ensino e pela educação, por desenvolver o respeito desses direitos e liberdades e por promover, por medidas progressivas de ordem nacional e internacional, o seu reconhecimento e a sua aplicação universais e efectivos tanto entre as populações dos próprios Estados membros como entre as dos territórios colocados sob a sua jurisdição.

Artigo 1.º

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.

Artigo 2.º

Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação.

Além disso, não será feita nenhuma distinção fundada no estatuto político, jurídico ou internacional do país ou do território da naturalidade da pessoa, seja esse país ou território independente, sob tutela, autónomo ou sujeito a alguma limitação de soberania.

Artigo 3.º

Todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Artigo 4.º

Ninguém será mantido em escravatura ou em servidão; a escravatura e o trato dos escravos, sob todas as formas, são proibidos.

Artigo 5.º

Ninguém será submetido a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.

Artigo 6.º

Todos os indivíduos têm direito ao reconhecimento em todos os lugares da sua personalidade jurídica.

Artigo 7.º

Todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual protecção da lei. Todos têm direito a protecção igual contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

Artigo 8.º

Toda a pessoa tem direito a recurso efectivo para as jurisdições nacionais competentes contra os actos que violem os direitos fundamentais reconhecidos pela Constituição ou pela lei.

Artigo 9.º

Ninguém pode ser arbitrariamente preso, detido ou exilado.

Artigo 10.º

Toda a pessoa tem direito, em plena igualdade, a que a sua causa seja equitativa e publicamente julgada por um tribunal independente e imparcial que decida dos seus direitos e obrigações ou das razões de qualquer acusação em matéria penal que contra ela seja deduzida.

Artigo 11.º

1. Toda a pessoa acusada de um acto delituoso presume-se inocente até que a sua culpabilidade fique legalmente provada no decurso de um processo público em que todas as garantias necessárias de defesa lhe sejam asseguradas.

2. Ninguém será condenado por acções ou omissões que, no momento da sua prática, não constituíam acto delituoso à face do direito interno ou internacional. Do mesmo modo, não será infligida pena mais grave do que a que era aplicável no momento em que o acto delituoso foi cometido.

Artigo 12.º

Ninguém sofrerá intromissões arbitrárias na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou na sua correspondência, nem ataques à sua honra e reputação. Contra tais intromissões ou ataques toda a pessoa tem direito a protecção da lei.

Artigo 13.º

1. Toda a pessoa tem o direito de livremente circular e escolher a sua residência no interior de um Estado.

2. Toda a pessoa tem o direito de abandonar o país em que se encontra, incluindo o seu, e o direito de regressar ao seu país.

Artigo 14.º

1. Toda a pessoa sujeita a perseguição tem o direito de procurar e de beneficiar de asilo em outros países.

2. Este direito não pode, porém, ser invocado no caso de processo realmente existente por crime de direito comum ou por actividades contrárias aos fins e aos princípios das Nações Unidas.

Artigo 15.º

1. Todo o indivíduo tem direito a ter uma nacionalidade.

2. Ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua nacionalidade nem do direito de mudar de nacionalidade.

Artigo 16.º

1. A partir da idade núbil, o homem e a mulher têm o direito de casar e de constituir família, sem restrição alguma de raça, nacionalidade ou religião. Durante o casamento e na altura da sua dissolução, ambos têm direitos iguais.

2. O casamento não pode ser celebrado sem o livre e pleno consentimento dos futuros esposos.

3. A família é o elemento natural e fundamental da sociedade e tem direito à protecção desta e do Estado.

Artigo 17.º

1. Toda a pessoa, individual ou colectivamente, tem direito à propriedade.

2. Ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua propriedade.

Artigo 18.º

Toda a pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de convicção, assim como a liberdade de manifestar a religião ou convicção, sozinho ou em comum, tanto em público como em privado, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pelos ritos.

Artigo 19.º

Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão.

Artigo 20.º

1. Toda a pessoa tem direito à liberdade de reunião e de associação pacíficas.

2. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

Artigo 21.º

1. Toda a pessoa tem o direito de tomar parte na direcção dos negócios públicos do seu país, quer directamente, quer por intermédio de representantes livremente escolhidos.

2. Toda a pessoa tem direito de acesso, em condições de igualdade, às funções públicas do seu país.

3. A vontade do povo é o fundamento da autoridade dos poderes públicos; e deve exprimir-se através de eleições honestas a realizar periodicamente por sufrágio universal e igual, com voto secreto ou segundo processo equivalente que salvaguarde a liberdade de voto.

Artigo 22.º

Toda a pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social; e pode legitimamente exigir a satisfação dos direitos económicos, sociais e culturais indispensáveis, graças ao esforço nacional e à cooperação internacional, de harmonia com a organização e os recursos de cada país.

Artigo 23.º

1. Toda a pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à protecção contra o desemprego.

2. Todos têm direito, sem discriminação alguma, a salário igual por trabalho igual.

3. Quem trabalha tem direito a uma remuneração equitativa e satisfatória, que lhe permita e à sua família uma existência conforme com a dignidade humana, e completada, se possível, por todos os outros meios de protecção social.

4. Toda a pessoa tem o direito de fundar com outras pessoas sindicatos e de se filiar em sindicatos para a defesa dos seus interesses.

Artigo 24.º

Toda a pessoa tem direito ao repouso e aos lazeres e, especialmente, a uma limitação razoável da duração do trabalho e a férias periódicas pagas.

Artigo 25.º

1. Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou

noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade.

2. A maternidade e a infância têm direito a ajuda e a assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimónio, gozam da mesma protecção social.

Artigo 26.º

1. Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito.

2. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das actividades das Nações Unidas para a manutenção da paz.

3. Aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o género de educação a dar aos filhos.

Artigo 27.º

1. Toda a pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam.

2. Todos têm direito à protecção dos interesses morais e materiais ligados a qualquer produção científica, literária ou artística da sua autoria.

Artigo 28.º

Toda a pessoa tem direito a que reine, no plano social e no plano internacional, uma ordem capaz de tornar plenamente efectivos os direitos e as liberdades enunciados na presente Declaração.

Artigo 29.º

1. O indivíduo tem deveres para com a comunidade, fora da qual não é possível o livre e pleno desenvolvimento da sua personalidade.

2. No exercício destes direitos e no gozo destas liberdades ninguém está sujeito senão às limitações estabelecidas pela lei com vista exclusivamente a promover o reconhecimento e o respeito dos direitos e liberdades dos outros e a fim de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar numa sociedade democrática.

3. Em caso algum estes direitos e liberdades poderão ser exercidos contrariamente aos fins e aos princípios das Nações Unidas.

Artigo 30.º

Nenhuma disposição da presente Declaração pode ser interpretada de maneira a envolver para qualquer Estado, agrupamento ou indivíduo o direito de se entregar a alguma actividade ou de praticar algum acto destinado a destruir os direitos e liberdades aqui enunciados.

Anexo 2

Notas de preparação dos Relatórios Nacionais (Notes on preparation of the Country Reports)

The annual Country Reports on Human Rights Practices are based on information available from a wide variety of sources, including U.S. and foreign government officials, victims of human rights abuse, academic and congressional studies, and reports from the press, international organizations, and nongovernmental organizations (NGOs) concerned with human rights. We find particularly helpful, and make reference in the reports to, the role of NGOs, ranging from groups within a single country to those that concern themselves with human rights worldwide. While much of the information that we use is already public, information on particular abuses frequently cannot be attributed, for obvious reasons, to specific sources. This report reflects the Department of State's assessments and concerns with respect to the human rights situation around the world. The Department of States does not use sources or information it believes lack credibility.

By law, the Secretary of State must submit the Country Reports to Congress by February 25. The Country Reports cover respect for human rights in foreign countries and territories worldwide; they do not purport to assess any human rights implications of actions by the United States Government or its representatives, nor do they consider human rights implications of actions by the United States Government or of coalition forces in Iraq or Afghanistan. To comply with the congressional requirement for the reporting of human rights practices, we provide guidance to U.S. diplomatic missions in August for submission of draft reports in September and October, which we update at year's end as necessary. Other offices in the Department of State provide contributions, and the Bureau of Democracy, Human Rights and Labor prepares a final draft. Due to the submission deadline, the report will not reflect developments that became known after the end of the year. However, we make every effort to include references to major events or significant changes in trends.

We have attempted to make the reports as comprehensive, objective, and uniform as possible in both scope and quality of coverage. We have paid particular attention to attaining a high standard of consistency in the reports despite the

multiplicity of sources and the problems associated with varying degrees of access to information, structural differences in political, legal, and social systems.

Evaluating the credibility of reports of human rights abuses is often difficult. Most governments and opposition groups deny that they commit human rights abuses and sometimes go to great lengths to conceal any evidence of such acts. There are often few eyewitnesses to specific abuses, and they frequently are intimidated or otherwise prevented from reporting what they know. On the other hand, individuals and groups opposed to a government sometimes have powerful incentives to exaggerate or fabricate abuses, and some governments similarly distort or exaggerate abuses attributed to opposition groups. We have made every effort to identify those groups (for example, government forces) or individuals who are believed, based on all the evidence available, to have committed human rights or other related abuses. Many governments that profess to oppose human rights abuses in fact secretly order or tacitly condone them or simply lack the will or the ability to control those responsible for them. Consequently, in judging a government's policy, the reports look beyond statements of policy or intent and examine what a government has done to prevent human rights abuses, including the extent to which it investigates, brings to trial, and appropriately punishes those who commit such abuses.

To increase uniformity, each country report begins with a brief overview that includes a description of the country's political structure and the extent to which civilian authorities control security agencies. The overview summarizes human rights developments during the calendar year, identifying abuses and notable specific improvements.

We have continued the effort from previous years to cover in the reports human rights problems affecting women, children, persons with disabilities, and indigenous people. The appropriate section of each country report discusses any abuses that are targeted specifically against women (for example, rape or other violence perpetrated by governmental or organized opposition forces, or discriminatory laws or regulations). In Section 6, we discuss socioeconomic discrimination; discrimination against persons with HIV/AIDS; societal violence against women, children, the gay, lesbian and transgender community, persons with disabilities, or ethnic minorities; and the efforts, if any, of governments to combat these problems.

The following notes on specific sections in each country report are not meant to be comprehensive descriptions but rather to provide an overview of the key problems covered and their organization:

Arbitrary or Unlawful Deprivation of Life--Includes killings by governments without due process of law or where there is evidence of a political motive. This section also covers extrajudicial killings (for example, the unlawful and deliberate killing of individuals carried out by order of a government or with its complicity), as well as killings by police or security forces and actions that resulted in the unintended death of persons without due process of law. The section generally excludes combat deaths and killings by common criminals if the likelihood of political motivation can be ruled out. Deaths in detention due to adverse conditions are covered in detail in the section on "Torture and Other Cruel, Inhuman, or Degrading Treatment or Punishment."

Disappearance--Covers cases in which political motivation appears likely and in which the victims have not been found or perpetrators have not been identified. Cases eventually classified as political killings in which the bodies of missing persons are discovered also are covered in the previous section, while those eventually identified as having been arrested or held in detention may be covered under "Arbitrary Arrest or Detention."

Torture and Other Cruel, Inhuman, or Degrading Treatment or Punishment--Covers torture (an act of intentionally inflicting severe pain, whether physical or mental) and cruel, inhuman, or degrading treatment or punishment committed by or at the instigation of government forces, including paramilitary forces, or opposition groups. The section discusses actual occurrences, not whether they fit any precise definition, and includes use of physical and other force that may fall short of torture but which is cruel, inhuman, or degrading, including judicially sanctioned violent or abusive punishment. There also may be discussion of poor treatment that may not constitute torture or cruel, inhuman, or degrading treatment. The section also covers prison conditions and deaths in prison due to adverse conditions.

Arbitrary Arrest or Detention--Includes cases in which detainees, including political detainees, are held arbitrarily in official custody without being charged or, if charged, are denied a public preliminary judicial hearing within a reasonable period. The section also includes subsections on the role of the police and security apparatus, arrest and detention practices, and any amnesties that may have occurred during the year.

Denial of Fair Public Trial--Describes the court system and evaluates whether there is an independent judiciary free of corruption and whether trials are both fair and public (failure to hold any trial is noted in the section above). The subsection "Political Prisoners and Detainees" covers persons convicted, imprisoned, or detained essentially for political beliefs or nonviolent acts of dissent or expression, regardless of the actual legal charge. The subsection "Civil Judicial Procedures and Remedies" inquires whether there is access to an independent and impartial court to seek damages for or cessation of an alleged human rights violation. The optional subsection "Property Restitution" is included if there is a systemic failure of a government to enforce court orders with respect to restitution or compensation for the taking of private property under domestic law.

Arbitrary Interference with Privacy, Family, Home, or Correspondence—Includes government punishment of family members for alleged violations of law by individuals and efforts to coerce or forbid membership in a political organization. The reports discuss the right of the individual to noninterference by the state. It includes the right to receive foreign publications, for example, while the right to publish is discussed under "Freedom of Speech and Press." Includes the right to be free from coercive population control measures, including coerced abortion and involuntary sterilization, but does not include cultural or traditional practices, such as female genital mutilation, which are addressed under "Discrimination and Societal Abuses."

Use of Excessive Force and Other Abuses in Internal Conflicts--This optional section describes abuses in countries experiencing significant internal conflict. Includes indiscriminate, nonselective killings arising from excessive use of force, or by the shelling of villages (deliberate, targeted killing of civilians is discussed in the section on "Arbitrary or Unlawful Deprivation of Life"). This section also includes abuses against civilian noncombatants. For countries where use of this section would be inappropriate because there is no significant internal or external conflict, killings by security forces are discussed in the section on "Arbitrary or Unlawful Deprivation of Life"; nonlethal abuses are discussed in the section on "Torture and Other Cruel, Inhuman, or Degrading Treatment or Punishment."

Freedom of Speech and Press--Evaluates whether these freedoms exist and describes any direct or indirect restrictions. A subsection ("Internet Freedom") includes discussion of monitoring or restriction on the expression of opinion via the Internet.

Another subsection, entitled "Academic Freedom and Cultural Events," includes information on restrictions, intimidation, and censorship in these fields.

Freedom of Peaceful Assembly and Association--Evaluates the ability of individuals and groups (including political parties) to exercise these freedoms. It considers instances of government failure to provide permits or licenses for meetings and demonstrations, as well as information on the ability of trade associations, professional bodies, NGOs, and similar groups to maintain relations or affiliate with recognized international bodies in their fields. The right of workers to associate, organize, and bargain collectively is discussed under the section on "Worker Rights" (see Appendix B).

Freedom of Religion—All country reports have a hyperlink to the most current International Religious Freedom Reports published by the Department of State. Examples of anti-Semitism are moved to Section 6 under its own subsection, appearing after Children and before Trafficking.

Freedom of Movement, Internally Displaced Persons, Protection of Refugees, and Stateless Persons--The section discusses whether and under what circumstances governments exiled citizens, restricted foreign travel, especially for women, and revoked passports. It includes subsections "Internally Displaced Persons (IDPs)" (if applicable), "Protection of Refugees," and "Stateless Persons" (if applicable.) As defined in the 1951 Convention Relating to the Status of Refugees and its 1967 Protocol, refugees are persons outside their country of origin or, if stateless, outside their country of habitual residence who have a well-founded fear of persecution for reasons of race, religion, nationality, membership in a particular social group, or political opinion, and who are unable or unwilling to avail themselves of the protection of that country. Under certain regional instruments, such as the Organization of African Unity convention governing the specific aspects of refugee problems in Africa, the term refugee may refer to persons displaced by civil strife, widespread violence, or natural disaster. The subsection "Protection of Refugees" reviews the government's extension of assistance and protection to refugees, including *nonrefoulement*, the provision of temporary protection, support for voluntary repatriation, longer term integration opportunities, and third country resettlement. It also covers abuse and discrimination against refugees. The subsection on stateless persons examines whether a country has habitual residents who are legally stateless (not recognized as nationals under the laws of any state) or de facto stateless (not recognized as nationals by any state even if these

individuals have a claim to nationality under the laws of a particular state). The report reviews whether the government has effectively implemented laws and policies to provide such persons the opportunity to gain nationality on a nondiscriminatory basis. The subsection also examines, among other matters, whether there is violence or discrimination against stateless persons in employment, education, housing, health services, marriage or birth registration, access to courts, or the owning of property.

Respect for Political Rights: The Right of Citizens to Change Their Government--Discusses the extent to which citizens have freedom of political choice and the legal right and ability in practice to change the laws and officials that govern them. The subsection "Elections and Political Participation" assesses whether elections were free and fair, including participation by women and minorities on an equal basis.

Official Corruption and Government Transparency--Covers allegations of corruption in the executive, legislative and judicial branches of government and actions taken to combat it. Also, the section covers whether the public has access in law and practice to government information.

Governmental Attitude Regarding International and Nongovernmental Investigation of Alleged Violations of Human Rights--Discusses whether the government permits the free functioning of local human rights groups (including the right to investigate and publish their findings on alleged human rights abuses), whether these groups are subject to reprisal by government or other forces, and whether government officials are cooperative and responsive to their views. The section also discusses whether the government grants access to and cooperates with outside entities (including foreign human rights organizations, international organizations, and foreign governments) interested in human rights developments in the country. Reports on national human rights commissions, parliamentary commissions, relations with international war crimes tribunals and truth or similar commissions.

Discrimination, Societal Abuses, and Trafficking in Persons--Contains subheadings on Women; Children; Anti-Semitism, Trafficking in Persons; Persons with Disabilities; Societal Abuses, Discrimination, and Acts of Violence Based on Sexual Orientation and Gender Identity; and Other Societal Violence or Discrimination. If applicable, also includes subheadings on National/Racial/Ethnic Minorities, Indigenous People, and Incitement to Acts of Discrimination. The section addresses discrimination and abuses not discussed elsewhere in the report, focusing on laws, regulations, or state practices that are inconsistent with equal access to housing, employment, education,

health care, or other governmental benefits for members of specific groups. (Abuses by government or opposition forces, such as killing, torture and other violence, or restriction of voting rights or free speech targeted against specific groups would be discussed under the appropriate preceding sections.)

The subsection "Women" discusses societal violence against women, e.g., "dowry deaths," "honor killings," wife beating, rape, female genital mutilation, and government tolerance of such practices, as well as the extent to which the law provides for, and the government enforces, equality of economic opportunity for women. A paragraph on reproductive rights reports on the basic right of couples and individuals to decide freely and responsibly the number, spacing, and timing of their children.

The subsection "Children" discusses violence or other abuse against children.

The subsection on "Anti-Semitism" discusses anti-Semitic abuses. The material used to be found under Section 2.c. on Religious Freedom; that section now contains a hyperlink to the most recent International Religious Freedom Report. Within that report, there is material on anti-Semitism, but such information is also included in the Country Reports.

The "Trafficking in Persons" subsection contains a hyperlink to the most recent Trafficking in Persons report of the Department of State.

The subsection "Persons with Disabilities" covers discrimination against persons with physical or mental disabilities in, among other things, employment, education, and the provision of other government services. The subsection on "Societal Abuses, Discrimination, and Acts of Violence Based on Sexual Orientation and Gender Identity" notes laws criminalizing sexual orientation and reports on discrimination against gays, lesbians, bisexual, and transgender persons.

Worker Rights--See Appendix B.

Explanatory Notes

Occasionally the Country Reports on Human Rights Practices state that a country "generally respected" the rights of its citizens. The phrase "generally respected" is used because the protection and promotion of human rights is a dynamic endeavor; it cannot accurately be stated that any government fully respected these rights all the time without qualification in even the best of circumstances. Accordingly, "generally respected" is the standard phrase used to describe all countries that attempt to protect human rights in

the fullest sense, and is thus the highest level of respect for human rights assigned by this report.

In some instances, Country Reports use the word "Islamist," which should be interpreted by readers as a Muslim who supports Islamic values and beliefs as the basis for political and social life.

Since the Secretary of State designates foreign groups or organizations as foreign terrorist organizations (FTOs) on the FTO list, only those groups on the FTO list dated November 24, 2010 will be described as "terrorists" in the reports.

When describing whether a government provides "protection against *refoulement*," the reports are referring to whether the government refrained from expelling or returning a refugee in any manner whatsoever to the frontiers of territories where his or her life or freedom would be threatened on account of race, religion, nationality, political opinion, or membership in a particular social group.

Subject headings in these reports are used to introduce general topics, and the report text that follows such headings is intended to describe facts generally relevant to those topics and is not intended to reach conclusions of a legal character.

Reporting on worker rights

The 1984 Generalized System of Preferences (GSP) Renewal Act requires reporting on worker rights in GSP beneficiary countries. It states that internationally recognized worker rights include: "(A) the right of association; (B) the right to organize and bargain collectively; (C) a prohibition on the use of any form of forced or compulsory labor; (D) a minimum age for the employment of children; and (E) acceptable conditions of work with respect to minimum wages, hours of work, and occupational safety and health." All five aspects of worker rights are discussed in each country report under the section heading "Worker Rights."

The discussion of worker rights considers not only laws and regulations but also their practical implementation. This discussion is informed by internationally recognized labor and antitrafficking standards, including the Conventions and Recommendations of the International Labor Organization (ILO) and the UN Organized Crime Convention Protocol to Prevent, Suppress, and Punish Trafficking in Persons. Differences in the levels of economic development are taken into account in the

formulation of the standards related to acceptable conditions of work. Some specific guidelines derived from international standards are discussed below.

A. "The right of association" has been defined by the ILO to include the right of workers and employers to establish and join organizations of their own choosing without previous authorization; to draw up their own constitutions and rules, elect their representatives, and formulate their programs; to join in confederations and affiliate with international organizations; and to be protected against dissolution or suspension by administrative authority.

The right of association includes the right of workers to strike. While it is generally accepted for strikes to be restricted in the public sector and in essential services, the interruption of which would endanger the life, personal safety, or health of a significant portion of the population, these restrictions must be offset by adequate safeguards for the interests of the workers concerned (for example, mechanisms for mediation and arbitration, due process, and the right to judicial review of legal actions). Reporting on restrictions on the ability of workers to strike generally includes information on any procedures that may exist for safeguarding workers' interests.

B. "The right to organize and bargain collectively" includes the right of workers to be represented in negotiating the prevention and settlement of disputes with employers, the right to protection against interference, and the right to protection against acts of antiunion discrimination. Governments should promote mechanisms for voluntary negotiations between employers and workers and their organizations. Coverage of the right to organize and bargain collectively includes a review of the extent to which collective bargaining takes place and the extent to which workers, both in law and practice, are protected against antiunion discrimination.

C. "Forced or compulsory labor" is defined as work or service exacted under the menace of penalty and for which a person has not volunteered. "Work or service" does not apply where obligations are imposed to undergo education or training. "Menace of penalty" includes loss of rights or privileges as well as penal sanctions. The ILO has exempted the following from its definition of forced labor: compulsory military service, normal civic obligations, certain forms of prison labor, emergencies, and minor communal services. Constitutional provisions concerning the obligation of citizens to work do not violate this right so long as they do not take the form of legal obligations enforced by sanctions and are consistent with the principle of "freely chosen

employment." The UN Trafficking Protocol definition also references forced labor or services.

D. "Prohibition of child labor and minimum age for employment" concerns the effective abolition of child labor by raising the minimum age for employment to a level consistent with the fullest physical and mental development of young people. ILO Convention 182 on the "worst forms of child labor" identifies anyone under the age of 18 as a child and specifies certain types of employment as "the worst forms of child labor." These worst forms of labor include slavery, debt bondage, forced labor, forced recruitment into armed conflict, child prostitution and pornography, involvement in illicit activity such as drug production or trafficking, and "work which, by its nature, or the circumstances in which it is carried out, is likely to harm the health, safety or morals or children." In limited circumstances, ILO Convention 182 permits the employment of children between the ages of 16 and 18 in what the convention describes as an "unhealthy environment," if adequate protective measures have been taken.

E. "Acceptable conditions of work" refers to the establishment and maintenance of mechanisms, adapted to national conditions, that provide for minimum working standards, that is: wages that provide a decent living for workers and their families; working hours that do not exceed 48 hours per week, with a full 24-hour day of rest; a specified number of annual paid leave days; and minimum conditions for the protection of the safety and health of workers.

Anexo 3 - Tabela principal de frequências de categorias (34) por país (194)